

Francisco Aroldo Vasconcelos de Oliveira

Uma visão sobre o final desta década

Meus pensamentos e opiniões publicados
sobre economia, política e sociedade.

Porto Velho
Edição do Autor
2019

Uma visão sobre o final desta década, meus pensamentos e opiniões publicados sobre economia, política e sociedade.

Direitos de edição reservado pelo autor.

Editor:

Franciso Aroldo Vasconcelos de Oliveira

Diagramação e capa:

Arthur Nogueira de Vasconcelos

Impressão e acabamento:

RONDOFORMS IND. GRÁFICA EIRELLI-EPP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

A large, empty rectangular box with a thin black border, intended for the entry of International Cataloging in Publication (CIP) data.

Ficha Catalográfica elaborada pelo(a) bibliotecário(a) XXXXXXXX CRB11/XXX.

Sumário

Apresentação do Autor.....	5
Agradecimentos.....	7
Prefácio.....	9
Uma breve explicação da obra.....	10
Artigos publicados no ano da graça de nosso senhor de 2014.....	11
Artigos publicados no ano da graça de nosso senhor de 2015.....	65
Artigos publicados no ano da graça de nosso senhor de 2016.....	82
Artigos publicados no ano da graça de nosso senhor de 2017.....	107
Artigos publicados no ano da graça de nosso senhor de 2018.....	163

Apresentação do Autor.

Os últimos dias do ano, em todos os anos, servem para as pessoas refletir sobre o que virá; somos impelidos naturalmente todo mês de dezembro a memorar os fatos e acontecimentos de nossas vidas e ao mesmo tempo, pela mesma natureza humana arremetidos aos sonhos, aos projetos e aos desejos de iniciar um novo ciclo, começar um nova vida; fazer diferente, criar novos meios e também nesse tempo fazemos muita reflexão - algumas são bastante verdadeiras e outras, nem tanto assim.

Com as décadas que passam e com os finais de século parece que ocorre, em caráter coletivo, o mesmo fenômeno. Quando os números das décadas e dos séculos encostam no numeral 08 ou 09 os grupos sociais tomam avaliações de caminhada e iniciam suas novas prospecções.

Isso é mesmo da nossa natureza de humanos.

E aqueles que não o fazem, mesmo que de maneira impulsiva ou inconsciente, estão fadados a ser apenas massa de modelar, exprimida e reprimida nas mãos ou pelas mentes de outros que pensam e que agem.

Por isso que, sendo humano, desejando um patamar a mais que “massa” me propus a reunir os meus escritos que falam sobre todos os assuntos e temas; revelando assim meus projetos, inquietações, estória profissional, de vida e família e também as minhas opiniões e visão de mundo registradas e publicadas entre 2014 e 2018.

Propostas, projetos, sonhos, poesia, reclames, ideias, críticas e concordâncias que me ocorreram divulgar para os meus escassos leitores, mas que me fazem expressar a gostosa

liberdade de fazer parte de diálogos sociais e de ações de mudança (sempre para melhor) da sociedade, da economia, das relações humanas, das relações institucionais e da efêmera condição de ser gente e de pertencer ao universo.

Os textos são corridos em sua maioria; poucas vezes me reporto a este ou aquele outro autor, mas aqui o leitor encontra alguns dos grandes seres que já estiveram convivendo conosco nesta caminhada humana de mais de 12.000 anos.

E lógico, não poderia faltar alguns textos espirituais que trazem pensamentos e reflexões simplificadas para nossa postura e para uma melhoria interna e individual - pois o que somos, de verdade, até o dia do nosso juízo final é meros aprendizes.

A esperança que me move é que neste livro todos possam refletir sobre tudo. As crianças, jovens, adultos, idosos, empresários, professores, jornalistas, economistas, engenheiros, médicos, advogados e outros profissionais e também as lideranças políticas e espirituais possam ao ler um ou outro artigo, concordando ou discordando, possam por sua ótica, e interesse: contribuir e dialogar.

Afinal de contas o crescimento individual e coletivo se alcança exclusivamente pelo exercício da civilidade, cidadania, do diálogo e da participação da construção de uma sociedade mais humanizada, mais harmonizada com educação, cultura, conhecimento e paz social.

Graça e Paz, Deus seja louvado, sempre!

Agradecimentos

Permitam que eu possa inverter nestes agradecimentos, o que não é comum nas outras obras, as sequencias.

Agradeço aos patrocinadores culturais desse volume: Uma visão sobre o final desta década; os quais estão mencionados em páginas destacadas e também na contracapa.

Agradeço aos meus filhos, Arthur, Beatriz, Camilla - a minha turma abc... - por me apoiar e me desculpar por tempo que não estive ladeando com eles em razão desse trabalho e de outros que tenho exercido e desempenhado em Rondônia.

Agradeço a minha esposa Elisângela, a novinha do João e da Eremita; companheira de quase 30 anos - a minha princesa de sempre, alias, desde 1.989.

Agradeço aos amigos e amigas, colegas de trabalho, irmãos e irmãs e todos os fraternos de todos os lugares por onde Deus me deu oportunidade de viver e de conviver - são muitos e moram todos em minhas boas lembranças e no meu coração, graças a Deus, são muito condescendes com as minhas inúmeras falhas.

Agradeço aos meus professores e professoras, todos eles; pois sem conhecimento e sem orientação não conseguiria caminhar, trabalhar e nem abrir os meus olhos para o universo do conhecimento e do amor.

Agradeço a minha mãe Dona Erani Vasconcelos de Oliveira, educadora no Maranhão e profissional da saúde no Ceará, por sempre ter-me impulsionado com seus exemplos de sinceridade, simplicidade, honestidade, amor e dedicação;

apoiando todos os meus sonhos e projetos, incondicionalmente, desde 1.970 quando eu ainda estava na sua barriga – ela é a minha rainha de sempre.

Agradeço a Sagrada Família de Nazaré por trazer há dois mil anos as luzes do amor, da fé e da necessária consciência de que somos mais e melhores do que imaginamos ser; e, sempre, agradeço a Deus-Pai-e-Criador de todo o universo e de nós, os seres humanos; agradeço a Ele por permitir essa minha existência no mundo.

Gratidão.

Gratidão.

Gratidão.

Prefácio

Para meu filho com muito carinho
para que você possa cada vez mais
aperfeiçoar sua felicidade.

De sua mãe que te tem muito
amor e carinho.

Deus me presentiou você, meu
sentido de vida.

Parabéns por mais
essa linda data

Te amo

Erani

09-04-2015

Em memória

Erani Vasconcelos de Oliveira nasceu em 02.01.1949 na fazenda boca da mata no Buriti do Maranhão e morreu em Porto Velho capital de Rondônia em 02.07.2019.

Uma breve explicação da obra.

Prezados leitores, esse livro foi construído semana a semana, por artigos de todos os temas que me ocorreu escrever de 2014 até 2018 e consta de um pouco das estórias do meu trabalho, da minha família, dos meus sonhos, das minhas ideias e pensamentos sobre tudo e inclusive sobre economia e ainda um pouco de política.

Foram selecionados alguns artigos entre tantos e espero que você possa apreciar essa coletânea e também oportunamente fazer críticas e contribuições. Nessa obra eu também falo um pouco da minha trajetória de trabalho no SENAI, no SEBRAE, no SENAR, no Governo do Estado e na Assembleia Legislativa onde atualmente desenvolvo a função de assessoria parlamentar.

Os artigos reunidos estão separados por ano e em cada início há um Salmo para a sua reflexão, pois nenhum ser humano está completo sem honrar sua existência, seus pais, sua família e a Deus – nosso Criador; Ele que nos orienta e nos ama com todo o seu Espírito.

Desejo que ao ler e refletir sobre esses artigos possa eu contribuir para o seu aprendizado, e, para o desenvolvimento de uma Rondônia mais próspera com oportunidades para todos aqueles que aqui depositam a sua confiança e seu trabalho para o bem de suas famílias e do povo.

Eu mesmo e minha família, temos depositado nessas terras do Marechal nossas esperanças de viver e ser felizes. Desejo uma vida plena a todos vocês.

Graça e Paz a todos nós, sempre com Deus no coração.

*Ano da Graça de
Nosso Senhor de 2014.*



Salmos 20,14

“Erguei-vos, Senhor, em Vossa
potência! cantaremos e
celebraremos o Vosso poder.”

Falando sobre entidades com titulação de OSCIP.

Rondônia mais uma vez inova. Dispomos desde julho do ano passado de um marco legal para o terceiro setor com o advento da Lei 3.122 de 01.07.2013 que cria no âmbito da Secretaria de Estado dos Assuntos Estratégicos o sistema SISPAR – Sistema Integrado de Parceria e descentralização de recursos para o Terceiro Setor, cria a Gerência de Fomento ao Terceiro Setor e desenvolve credenciamento e titulação para Utilidade Pública, Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Basicamente temos agora em Rondônia um vetor para as relações entre Estado e Sociedade Civil que preconiza a transparência e o controle social mais efetivo, determinado pelo arcabouço normativo que a Lei representa.

Sobre o credenciamento no sistema SISPAR é possível prever que até o final desse primeiro semestre a Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos deverá concluir aproximadamente 500 credenciamentos dada a procura pelo serviço em razão do curto período imposto pelo calendário eleitoral para as transferências regulares de recursos tanto para os convênios e contratos previstos no orçamento de cada secretaria de estado como pelas emendas parlamentares.

Sobre a titulação é correto à afirmativa de que devem ser propostas em segundo momento visto que o marco legal não impõe a titulação e mesmo porque o artigo 15º foi modificado agora no mês de fevereiro dilatando o prazo para a regulamentação das entidades que já dispõem do título de Utilidade Pública.

Essas organizações, mais de trezentas, deverão apresentar documentação para a manutenção desse distintivo até o final do presente exercício, tendo sido asseguradas as suas prerrogativas. Mas neste artigo quero me deparar com algumas observações inerentes ao processo de titulação de entidades em nível federal e que devem ser considerados pelos seus dirigentes no momento de recorrer a busca de titulação estadual.

Para tanto conto com a atenção do leitor nas duas dimensões abaixo explicitadas que considero positivo na decisão de buscar uma titulação para OSCIP, quais sejam. Sobre o credenciamento no sistema SISPAR é possível prever que até o final desse primeiro semestre a Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos deverá concluir aproximadamente 600 credenciamentos dada a procura pelo serviço em razão do curto período imposto pelo calendário eleitoral para as transferências regulares de recursos tanto para os convênios e contratos previstos no orçamento de cada secretaria de estado como pelas emendas parlamentares. Sobre a titulação é correto à afirmativa de que devem ser propostas em segundo momento visto que o marco legal não impõe a titulação e mesmo porque o artigo 15º foi modificado agora no mês de fevereiro dilatando o prazo para a regulamentação das entidades que já dispõem do título de Utilidade Pública.

Essas organizações, mais de trezentas, deverão apresentar documentação para a manutenção desse distintivo até o final do presente exercício, tendo sido asseguradas as suas prerrogativas. Mas neste artigo quero me deparar com algumas observações inerentes ao processo de titulação de entidades em nível federal e que devem ser considerados pelos seus dirigentes no momento de recorrer a busca de titulação estadual. Para tanto conto com a atenção do leitor nas duas dimensões abaixo explicitadas que considero po-

sitivo na decisão de buscar uma titulação para OSCIP, quais sejam:

a) O que caracteriza juridicamente uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)

Além dos registros obrigatórios, que qualquer entidade deve providenciar, há também uma gama de procedimentos facultativos, que podem acarretar benefícios financeiros, administrativos e ou políticos à entidade. Entre eles está a decisão de sua diretoria em buscar a qualificação como OSCIP. A Lei Federal n.º 9.790/99 criou uma nova qualificação para pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos. Esse título público, conferido pelo governo federal, pode ser obtido por associações civis e fundações de direito privado mediante preenchimento de requisitos e adoção de procedimentos estabelecidos em lei.

A lei buscou reconhecer o caráter público de um conjunto de organizações da sociedade civil até então não reconhecidas pelo Estado, criando um novo sistema classificatório, que também procurou diferenciar, organizações sem fins lucrativos de interesse público daqueles de benefício mútuo (para um número limitado de associados) e de caráter comercial. Além disso, previu a existência do “termo de parceria”, que pretende facilitar e desburocratizar o acesso das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos a fundos públicos. Atualmente, o instrumento jurídico que regula os repasses de recursos públicos para as organizações da sociedade civil para que executem políticas públicas chama-se “convênio”, instrumento considerado por muitos especialistas em terceiro setor inadequado para regular essa relação.

A Lei n.º 9.790/99, apesar de ser tecnicamente clara e apre-

sentar alguns avanços, causou imensos debates e dúvidas entre as ONGs, principalmente pelo contexto político em que foi gestada e pelos temas que toca: identidade das ONGs, relação com o Estado, acesso a fundos públicos, transparência e prestação de contas. Depois de mais de uma década da publicação da Lei n.º 9.790/99 e com centenas de entidades qualificadas, vários termos de parceria entre a administração pública e organizações qualificadas como OSCIPS estão sendo firmados em âmbito federal, estadual e municipal. Mas não em todos os estados da Federação por existir ainda pouco aprofundamento e experimentos concretos com o dispositivo novo conhecido como Termo de Parceria. Por outro lado, estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio grande do Sul e Pernambuco passaram a requerer dos entes do terceiro setor que a qualificação como OSCIP seja exigida em algumas situações concretas de transferências de recursos.

Em muitos casos, a titulação é exigida como condição de acesso a fundos públicos (exemplo: Programa de Formação de Telecentros financiado com recursos do Fundo para a Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)) ou como condição para a concessão de isenções fiscais (exemplo: lei do Estado de Pernambuco que concedeu a isenção do ITCMD às organizações qualificadas como OSCIP).

b) - Principais benefícios conferidos aos portadores da titulação como OSCIP

No quesito incentivo fiscal a doações, a Medida Provisória n.º 2.158-35/2001, em seu artigo 59, estabelece que as organizações qualificadas como OSCIPS também podem, assim como as organizações portadoras do título de Utilidade Pública, receber doações de empresas dedutíveis do imposto

de renda. Assim, doações efetuadas às OSCIPS podem ser deduzidas do imposto de renda das empresas doadoras tributadas sob o regime do lucro real até o limite de 2% sobre o lucro operacional dessas empresas, antes de computada a sua dedução, nos termos e condições estabelecidos pelo inciso III do parágrafo 2º do art. 13 da Lei n.º 9.249/95. Termo de parceria - As parcerias firmadas entre as OSCIPS e o Estado podem ser regidas pelo termo de parceria, instrumento instituído pela Lei n.º 9.790/99, que estabeleceu critérios mais transparentes e eficientes para o repasse de recursos públicos para entidades sem fins lucrativos, que até então eram regidos pelos convênios. Possibilidade de remuneração de dirigentes - Uma grande inovação da Lei n.º 9.790/99 é a possibilidade de a organização instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestem serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado. A Lei n.º 10.637, de 30 de dezembro de 2002, trata de isenção fiscal para OSCIPS que remuneram dirigentes. Segundo ela, as OSCIPS que optam por remunerar seus dirigentes que atuam efetivamente na gestão executiva e aqueles que a ela prestam serviços específicos e que tenham vínculo empregatício com a organização poderão ter isenção do imposto de renda e receber doações dedutíveis das empresas doadoras.

Por último e não menos importante, cabe frisar que as organizações com titulação de OSCIPS podem receber bens apreendidos, abandonados ou disponíveis, administrados pela Receita Federal, em conformidade com o texto da Portaria 256 de 15 de agosto de 2002, do Ministério da Fazenda. Desta forma, ficam as informações dirigidas para as lideranças do terceiro setor de Rondônia que queiram buscar sua titulação com base na Lei 3.122 de 01.07.2014, debater com a diretoria e o conselho fiscal esses benefícios, na medida em

que no texto legal uma titulação exclui outra, em razão das diferenças nos benefícios da referida titulação. Será prudente debruçar sobre essas nuances para a correta escolha da melhor titulação no momento de proceder com o requerimento e as formalidades.

Aliança Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável.

Nas três últimas décadas muito tem se falado e escrito sobre o conceito formal de sustentabilidade, ou desenvolvimento sustentável, mas o senso comum pouco depreende dessa forma pensar acadêmica que aponta o modelo de garantia do progresso social e econômico ao longo do tempo; especialmente no que diz respeito às suas peculiaridades locais e as muitas desigualdades regionais.

Apenas para circunscrever um determinado recorte geográfico e um horizonte temporal, reporto aqui nessas poucas linhas o processo de desenvolvimento empreitadas por dig-nos pioneiros desde 1970 no estado de Rondônia.

Com a abertura dos primeiros talhões do PIC de Ouro Preto do Oeste pela União, num arremedo de Reforma Agrária calcado pelo INCRA, uma verdadeira massa humana se instalou ao longo do eixo da rodovia federal BR 364. O ciclo da produção agropecuária iniciava com o POLONOROESTE e em seguida com o PLANAFLORO onde milhares e milhares de famílias foram sendo distribuídas em milhões de hectares.

Ao largo desse processo de ocupação territorial passou a visão de um programa de educação rural e de incentivo à produção que pudesse promover uma possível sustentabilidade aos negócios rurais que aqui nasceram.

Certamente que não houve diálogo entre Estado e Sociedade à época; isso se deu apenas nas aproximações do zoneamento já no presente milênio quando os organismos inter-

nacionais financiadores cobravam reuniões representativas para o debate sobre os aspectos geográficos, hidrográficos, sociais e econômicos desenvolvidos nas várias audiências públicas.

No início da década de 80 foi criado e instalado pelo Governo Federal as instâncias do poder público representativo em Rondônia.

Nascia assim os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e uma onda de serviços públicos foi iniciada; como alguns historiadores chamam - foi a época da economia dos contratos.

Produzir e comercializar em escala comercial significativa não foi o forte do novo estado de Rondônia até o final da década de 1990, talvez por isso tenhamos revelado um baixo capital empresarial; denotando nossa dependência de decisões de investimentos privados em negócios locais sempre nas mãos das empresas matrizes, localizadas em outras unidades da federação.

Com o surgimento da formalidade dos conceitos de desenvolvimento com sustentabilidade socioambiental em decorrência da conferência mundial sobre meio ambiente ocorrida em 1.992 as forças locais puderam dedicar alguma atenção ao tema e no ano 2.000 Rondônia aprovou a lei do zoneamento sócio-econômico-ecológico, avanço para o fortalecimento do terceiro setor.

Ao longo da primeira década deste novo milênio regado pela reflexão desses conceitos e práticas sustentáveis aliados a abertura democrática e participativa em todo o país, de alguma forma fortaleceu o aparecimento de iniciativas do terceiro setor para colaborar com o Estado na consecução de

políticas públicas como a atenção à infância e adolescência, terceira idade, enfrentamento e combate a pobreza, desenvolvimento da agricultura familiar, manifestações culturais, esporte, lazer, tratamento de drogados e alcoolismo.

Rondônia já conta com entidades filantrópicas do calibre das Obras Sociais Santa Marcelina, Casa Família Rosetta, APAE, Apatox, Associação Acuda entre outros; mas há muito que avançar nesse segmento.

Entre os anos que vão de 2000 a 2010, mesmo diante de pouca atenção do Estado essas e outras organizações da sociedade civil, puderam desenvolver suas iniciativas sociais e colaborar com o espaço público, especialmente no fortalecimento da cidadania e participação no controle social.

Outro fator que é preciso registrar é a ainda tímida presença do setor empresarial nas parcerias para a responsabilidade social, talvez pela ausência de poder de decisão ou de orientação sobre os benefícios fiscais que empresas recebem por aportar seus recursos em projetos sociais de interesse público.

Como registro importante no histórico recente de nossa caminhada, ocorre que Rondônia dispõe de uma legislação voltada para o terceiro setor, a Lei 3.122 de 01.07.2013 que está em pleno vigor, representando um avanço e um marco legal importante para o fortalecimento de parcerias entre os segmentos que edificam o espaço público e seus benefícios no campo social e econômico. Este fato é verdadeiramente uma grande oportunidade de retomar o diálogo social e determinar novo passo na ampliação das relações entre esses segmentos que integram a sociedade rondoniense.

Da parte do Governo estão planejadas algumas ações que

demonstram o ânimo do Executivo em promover e ampliar esse debate e diálogo, como exemplo o Seminário Estadual - Aliança Estratégica para o Desenvolvimento que terá em Porto Velho no mês de julho próximo a presença de especialistas que debaterão com as autoridades locais, representantes da sociedade civil e empresários os diversos temas ligadas ao ambiente de prosperidade econômica e social de Rondônia para os próximos anos.

Serão discorridos os conceitos e as principais propostas para a produção com sustentabilidade, formas de captação de recursos nacionais e internacionais, gestão de resultados, legislação do Terceiro Setor e a responsabilidade social empresarial. O debate iniciado por ocasião do certame poderá inaugurar a construção de um pacto tripartite pelo desenvolvimento com base em alianças entre o Estado, a Sociedade Civil Organizada e os representantes do Mercado. Esse primeiro e importante passo para uma futura realidade de diálogo e avanço está sendo dado pelo poder executivo estadual, por meio do fomento ao terceiro setor, numa clara demonstração de que o Estado sempre será o motor dos processos de desenvolvimento na busca da cooperação baseada em resultados

Empreendedorismo Social - Primeira abordagem.

Em 2010 li material acadêmico sobre o conceito de empreendedorismo social e um livro em especial me chamou a atenção, trata-se do Empreendedorismo social - Da teoria à prática, do sonho à realidade, de Edson Marques de Oliveira - Editora Qualitymark.

Recuperei mês passado essa leitura na biblioteca de casa que nasceu de um baiano que cresceu em São Paulo o autor galgou posição social e espaço para suas ideias na década de 90 como bacharel em Serviços Sociais, especialmente após cursar seu mestrado e doutorado.

Professor por dedicação e educador por excelência o professor Edson desenvolve em seu compêndio um verdadeiro tratado sobre as funções e características do empreendedorismo social com matizes com o conceito de empreendedor que estamos acostumados a ouvir do SEBRAE desde sempre.

Segundo o estudioso o contexto do aparecimento do conceito formal de empreendedorismo social tem a ver com a necessidade de se colocar os projetos sociais de benefícios públicos e coletivos no rol das ações concretas e de resultados, passando do pensamento desarticulado de “querer servir desinteressadamente” que figura por exemplo no texto legal da Lei federal sobre Utilidade Pública para assumidamente colocar conceitos empresariais na gestão comprometida com resultados nesses mesmos projetos. Isso porque na grande maioria das vezes em que você conversa com algumas lideranças desses projetos o sonho pressupõe

a lógica do mercado e normalmente não decolam projetos ambiciosos de transformação social, meramente em razão das leis mercadológicas e de relações trabalhistas que impõem a esses mesmos dirigentes complicações com o fisco, multas, desconfiança da opinião pública e um emaranhado de ações jurídicas que desmontam os pretensos interesses descompromissados.

O livro aqui em destaque, coloca muitas luzes para o voluntariado brasileiro e para os líderes do terceiro setor que queiram dedicar seu tempo e parte de sua vida a causas do coletivo. Edson Marques Oliveira propõe um modelo de empreendedorismo social que fuja às tentações do assistencialismo do paternalismo e da simples filantropia. Seu objetivo é buscar alternativas exequíveis do ponto de vista da administração pragmática e de qualidade para resolver os graves problemas sociais do nosso país a partir da iniciativa das empresas que, em aliança com o governo, e com a sociedade civil organizada, possam atuar como um todo.

Neste livro encontramos casos de sucesso e um modelo de aplicabilidade para as ideias que expõe ao longo de toda a obra.

A proposta é orientar o leitor a disciplinar o pensar sem com isso restringir o sonhar; formando, portanto, um empreendedor que sonha com os pés no chão e é capaz de transformar a realidade que o cerca.

O livro é um manual embora não seja demasiadamente técnico. Reflexivo sem ser por demais teórico e enfadonho. Trata-se, portanto, de um livro de fácil leitura, útil tanto para leigos quanto para especialistas que desejam enfrentar a questão social passando da teoria à prática, transformando seus sonhos em realidade.

O conceito formal de empreender significa em linhas gerais modificar estruturalmente e com resultados eficazes a realidade que o cerca, dando normalmente solução para um problema específico; no caso do empreendedorismo social o agente que idealiza os projetos e processos de solução de problemas como saúde, educação, geração de emprego e renda e soluções culturais deverá montar seus sistemas de desenvolvimento, acompanhamento e controle de resultados, tanto para o benefício público como para o seu próprio, no caso do empreendedor (líder social) tendo em vista que todo e qualquer projeto depende de recursos financeiros captados no meio público ou no meio privado e que prescindem da correta aplicação e de tempestiva prestação de contas.

Revisão na legislação do terceiro setor tende a expandir o credenciamento no SISPAR.

A Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos (SEAE), com o firme propósito de promover a implantação da nova lei do terceiro setor e com a determinação de fazer cumprir o melhor desempenho nos processos de credenciamento das organizações do terceiro setor, em razão dos dispositivos previstos na Lei 3.122 de 01.07.2013, autorizou a constituição de uma Comissão Especial de Análise que fez uma revisão e emendou alguns dos artigos da norma, entre eles o artigo 20º, entre outros itens.

De maneira a tornar simplificado o procedimento de credenciamento no sistema SISPAR – Sistema Integrado de Descentralização e Parcerias com o Terceiro Setor, preconizando a economicidade, a transparência e a desburocratização de processos.

Na medida em que os procedimentos relacionados com a técnica legislativa possam ser dirimidas e após a análise e aprovação pela ALE (Assembleia Legislativa de Rondônia), a relação de documentos necessários ao credenciamento remonta maiores possibilidades de efetivar o credenciamento e menor espaço de tempo, haja vista que no detalhamento do novo artigo 20º a proposta de nova redação contempla apenas nove itens, sendo que nos procedimentos de titulação para Utilidade Pública, OS ou OSCIP a lista de documentos exigida foi mantida.

A Comissão Especial de Análise da Lei 3.122 focou ainda sua proposta nos artigos 43, 54 e 65 que definem respectivamente as regras para o funcionamento da Gerência de

Fomento ao Terceiro Setor, a forma da prestação de contas das entidades que receberem transferências voluntárias de recursos e ainda a estruturação do sistema SISPAR enquanto ferramenta de controle e acompanhamento dessas transferências.

Um ponto importante e ficou também esclarecido com a nova redação proposta diz respeito a não remuneração, sob qualquer forma de servidores públicos que estejam nos quadros de OSCIP como conselheiros - artigo 11-B. A definição põe fim a vários questionamentos e possíveis ambiguidades presumidas na interpretação da norma em vigor.

Como marco legal em nível estadual, a Lei 3.122 terá ao longo do tempo, e isso é natural, um processo de adaptação e ajustes de novas necessidades de modernização, levantados pela relação entre o Estado e a Sociedade Civil, na medida em que a execução das diversas políticas públicas possam apontar para essas necessidades de ajustes e refinamento.

Uma discussão que já está em andamento junto às lideranças do terceiro setor de Rondônia diz respeito à possibilidade de vir à luz uma lei estadual que trate de benefícios fiscais ou isenções parciais de tributação de responsabilidade do poder executivo que possa apoiar a redução efetiva dos custos operacionais relacionados com a gestão patrimonial dos bens adquiridos pelas organizações sociais que atuam por exemplo nas áreas de saúde e educação que precisam de veículos e de máquinas e equipamentos ou instrumentos específicos.

Os primeiros passos no sentido de promover o diálogo para essas mudanças estão sendo discutidos pela área técnica da Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos em seu plano de ação para ser implementado até o final de 2014 e que con-

siste principalmente em homologar as novas alterações na lei e a definitiva efetivação dos módulos do sistema SISPAR que dizem respeito aos editais, acompanhamento de execução física e financeira e a prestação de contas de repasses.

Empreendedorismo Social - Segunda Abordagem.

Caros amigos leitores do Gente de Opinião, convido-os a retomar o tema do empreendedorismo social; dessa vez procurando desenvolver as características do comportamento dos líderes do terceiro setor que contribuem no país e no estado de Rondônia para a promoção dos valores culturais, educacionais, produtivos e inclusivos e ainda nos segmentos da assistência social e da saúde.

Assim como foi descrito no artigo anterior, o empreendedorismo social deriva do conceito empregado para o comportamento do empresário que tem entre muitas qualidades a de planejar correndo riscos calculados, liderar processos, especialmente em crises, inovar com inteligência e promover a produção com vistas ao benefício de seu empreendimento.

Posto isto, no campo empresarial já entendemos que o indivíduo com essas características e competência realiza suas ações com vistas a prosperar economicamente e preferencialmente elevando seus lucros; no mundo do empreendedorismo social a lógica é mais abrangente. As características de comportamento do empreendedor social impulsionam causas coletivas, aquelas de interesse público, e procuram solucionar problemas locais de saúde, educação, cultura, esporte e lazer ou a geração de trabalho e oportunidades de renda a populações vulneráveis economicamente.

Percebe-se que o comportamento e a atitude do empreendedor social não é o resultado individualizado pela busca do lucro como forma de resultado de suas ações e de liderança

- característica do segmento privado; mas que o líder social procura nas suas habilidades gerar resultados nos programas e projetos de amplitude coletiva, gerando meios de melhorar a vida de outras pessoas.

Para tanto o empreendedor social lança mão de técnicas de gestão corporativa e de organização e método de trabalho que garantem os resultados almejados.

Métodos de controle de estoques em hospitais mantidos por organizações do terceiro setor já admitem o programa cinco s, uma metodologia japonesa para que as indústrias possam diminuir desperdícios e melhorar seu fluxo de caixa.

O planejamento e o acompanhamento das ações e atividades inerente de um projeto social são também desenvolvidos por outras ferramentas de controle oriundos do setor empresarial, como o ciclo PDCA e o planejamento estratégico de médio e longo prazos. Essas técnicas de planejamento e supervisão das ações da indústria e do comércio foram difundidas no Brasil na década de noventa e hoje já estão sendo aplicadas em programas sociais e unidades de educação, esporte, hospitais e creches coordenadas por empreendedores sociais de visão de resultados.

Há críticos da utilização dessas ferramentas de melhoria que dizem que o assistencial, a saúde e a educação se fazem apenas com boa vontade e voluntariado pois acreditam que o serviço social do terceiro setor deve pautar suas ações e métodos pelo emprego desinteressado do tempo.

Registro que na Europa e na América, desde a década de 80 as organizações do terceiro setor desenvolver com responsabilidade e profissionalismo suas atividades pautadas pelo emprego dessas ferramentas de administração e gestão

modernas e que no Brasil desde meados dos anos 90 o sul e o sudeste e também o nordeste já aderiram a essa forma de empreendedorismo social com resultados na queda da mortalidade infantil, aumento do conhecimento profissional de jovens, trato de doenças da terceira idade, ampliação de participação na cultura, esporte e lazer e ainda na geração de renda e oportunidades de trabalho como é o caso da economia solidária.

Em Rondônia temos o desafio de ampliar o debate e promover ações de capacitação e de desenvolvimento dos talentos do empreendedorismo social para inserir mais e mais organizações nesse contexto de resultados e efetividade.

Portanto, vamos à obra.

Plano Integrado de Reconstrução e Prevenção de Desastres para o Estado de Rondônia

O inverno de 2014, no ano do centenário oficial da cidade de Porto Velho chegou carregado pelas águas do degelo andino e pelas chuvas que assombram o povo boliviano desde o natal do ano passado. Os meses de fevereiro e março certamente ficarão marcados para muito tempo na cultura local, especialmente de mais de 3 mil famílias atingidas em sete municípios que são banhados pelo Rio Madeira e seus afluentes de cabeceira.

Dentre tantas pessoas atingidas diretamente e mesmo indiretamente, algumas autoridades do executivo perderam o sono por mais de sessenta dias e entre tanto “vai e vem” da burocracia da União, do próprio governo do Estado e nas entrelinhas e mumunhas do poder local, destaco mesmo a intransigência e a curta visão de algum alcaide, chegamos ao mês de junho com um plano.

Finalmente a estrutura de governo empoderou-se e finalmente convocou seus técnicos e a sociedade civil para discutir propostas para a reconstrução.

Foi ao longo do mês de maio que rodadas de mesas de discussão e mediação produziram o documento lustroso divulgado na manhã do dia 09 de junho pelo senhor governador reunindo investimentos no patamar dos 2,81 bilhão para ações emergenciais e curto e médio prazos para garantir dignidade, esperança e melhoria da atual situação dos povos ribeirinhos.

São vinte projetos de infraestrutura; dez de inclusão social;

seis ligados à política pública de manutenção e garantias da saúde; e nove programas dedicadas a questões do meio ambiente. As fontes de recursos, naturalmente são públicos e 80% destes virão pelos Ministérios da Integração, Cidades, Meio Ambiente, Saúde e Educação.

Esse trabalho foi desencadeado após Decreto de Calamidade Pública emitido pelo executivo estadual que tem a missão constitucional de reunir os esforços institucionais, os meios humanos, físicos e financeiros para garantir a recuperação dos meios de vida e da qualidade de vida advindos de catástrofes naturais.

Agora que amainaram os ânimos e que temos um Plano, nossa esperança repousa que as divergências políticas nessa época de campanha sejam deixados de lado e que todos possamos naturalmente colocar mãos à obra para o sucesso desses investimentos e a recuperação plena da economia do estado.

Titulação de Utilidade Pública para as Organizações da Sociedade Civil em Rondônia.

Dia primeiro de julho a Lei do Terceiro Setor em Rondônia completou seu primeiro ano - Lei 3.122 de 01.07.2013 criando um sistema de parcerias entre o Estado e a Sociedade Civil com maior transparência no que diz respeito a transferência, gasto e acompanhamento na prestação de contas de recursos oriundos da conhecida fonte 100.

Para quem atua e opera o Terceiro Setor, existe uma rotina de muita legislação, normas e conceitos que no mais das vezes confundem até os ditos especialistas; portanto esse artigo vai para todos que estão circundados no território jurídico da Utilidade Pública - em Rondônia as entidades que detêm esse título importante são em número de quase 400 (quatrocentos) CNPJ.

Na maioria são ligadas às atividades de cunho social, cultural e esportivo e que nos últimos 20 anos desenvolvem suas ações por intermédio de apoio do governo do estado ou de parlamentares que destinam suas emendas para solucionar problemas de fluxo de caixa e de manutenção de vários projetos importantes.

Para esse grupo específico foi sancionada em março do corrente ano a Lei 3.327 de 17.03.2014 que modifica o artigo 15º da Lei do terceiro Setor - Lei Estadual 3.122, ampliando o prazo para as organizações que já receberam sua titulação de Utilidade Pública e que ainda não apresentaram documentação na Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos (SEAE).

Essas organizações da sociedade civil (associações e fundações) têm agora até o final do mês de março de 2015 para acorrer aquela Secretaria com sua documentação a fim de manter esse importante título que lhe dá distinção no momento de conveniar com qualquer das unidades do executivo estadual.

O prazo está dilatado por força de lei, mas é importante para os líderes dessas organizações buscarem junto ao corpo técnico na SEAE as informações sobre como proceder para a manutenção de sua titularidade em razão de promover assim também as possibilidades de manter seus projetos com futuros convênios ou contratos públicos.

Isso feito, a organização fica automaticamente credenciada no sistema SISPAR que é gerido com o fim de dar maior controle social para a transferência de recursos públicos do tesouro do estado para as chamadas entidades sociais de terceiro setor.

Apenas para memorar, segundo informado no site portal da transparência do governo do estado, no exercício fiscal de 2013 foram autorizados pela PGE um total de 344 Convênios os quais movimentaram nas áreas de saúde, educação, socioambiental, cultura, esporte e lazer mais de 30 milhões de Reais.

Como se vê, os números do terceiro setor em funcionamento na economia do estado tendem a firmar posição. Especialmente na medida em que melhores projetos são desenvolvidos, gerando oportunidades de aquecimento e de crescimento da economia local e regional.

Capacitação para o desenvolvimento social sustentável.

Caros leitores do jornal eletrônico Gente de Opinião, este artigo vai como colaboração para o debate necessário sobre as formas de execução de projetos sociais e seu alcance para promover o desenvolvimento de ações estruturadas de políticas públicas não essenciais - onde o Estado não alcança por razões de caixa ou mesmo de capacidade técnica; especialmente também o texto é destinado àqueles que conhecem ou que operam a rotina de captação e execução de parques recursos no terceiro setor e que acompanham em nosso estado o histórico da atuação de organizações na área do interesse público.

Firmado isso em primeiro momento quero novamente entoar o mantra da capacitação e da transferência de conhecimento que pode e deve fomentar as relações entre o Estado e a Sociedade Civil, posto que cada um na sua vertente, mas aliados e em cooperação, podem e conseguem promover em determinado território o sonhado desenvolvimento com crescimento de indicadores sociais e econômicos.

O fato de a captação de recursos para as organizações do terceiro setor depender de farta legislação e de inúmeros controles específicos determina a necessidade de capacitação onde o Estado deve realizar essa transferência de conhecimento para garantir a mínima efetividade na aplicação correta e consciente de recursos públicos.

No Brasil os agentes responsáveis pela gestão do terceiro setor têm como fonte de recursos os convênios, termos de parceria e contratos regulados por legislação pesada e por

uma prestação de contas onerosa.

Como as isenções destinadas a organizações depende das titulações que a mesma dispõe e que administrar problemas de saúde, educação, cultura, combate à pobreza, esporte, geração de trabalho e renda e casos de excepcionalidade requerem profissionalismo e urgência; natural que na questão do fomento, o Estado possa e deva, desenhar ações de capacitação, orientação e assessoramento às lideranças e também aos gestores de organizações enquadradas como de terceiro setor.

Unidades da Federação como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Minas Gerais mantêm programas estaduais de capacitação e orientação para prover o devido suporte a essas questões para associações, institutos e fundações há quase uma década.

No caso de Rondônia temos a Lei 3.122/13 que dá o suporte para um setor de fomento ao terceiro setor com reflexos na Lei Complementar 733/13 que criou unidade administrativa e orçamentária para a empreitada de apoiar e assessorar as organizações em seu cadastro, credenciamento, elaboração de projetos e captação de recursos, bem como a devida prestação de contas em conformidade com a legislação em vigor.

O fato é que cada governo utiliza seu planejamento e suas condições técnicas e financeiras para agilizar as informações e orientações para sua clientela e nesse caso Rondônia prepara um Banco de Projetos para o apoio específico de ações do terceiro setor com um programa de capacitação inédito com o viés de promover nas principais regiões do estado atividades de caráter público não essenciais com a parceria dessas organizações.

Para alcançar esse objetivo promissor é necessário que seja destinada equipe técnica preparada e tempo de maturação suficiente para que as organizações possam elaborar suas propostas com a possibilidade de captar recursos públicos e privados com foco nos principais problemas sociais da atualidade.

Em pesquisa informal realizada em maio e junho com alguns operadores do terceiro setor em nossa capital e interior, ficou visível que um programa de capacitação voltado para a formação de capital intelectual e a formatação de um banco de projetos adequado seria uma boa estratégia de aproximação e de crescimento da promissora aliança entre Estado e Sociedade, corroborada pela relação positiva na transferência de conhecimentos e habilidades.

Bom, visto a experiência de mais de uma década deste tipo de ação estratégica sendo executada por exemplo na Bahia e no Rio de Janeiro, e também, observando os sinais de maturidade do governo com demonstrações concretas de interesse pelo fomento de alianças para a gestão compartilhada, cabe aos agentes públicos do momento deflagrar processo semelhante em Rondônia que obterá benefícios e resultados de melhoria de seus indicadores sociais com a respectiva e necessária participação e controle social do terceiro setor organizado.

Programas sociais e a participação empresarial.

Muito se tem discutido no Brasil sobre a melhor forma de desenvolver programas sociais e políticas públicas envolvendo as parcerias entre os três setores - Governo, Empresas e Sociedade Civil nos últimos vinte anos; lojas de serviço, institutos de personalidades do mundo artístico, fundações de esportistas de sucesso, fundações empresariais entre outros ocorreram ao número crescente de organizações associativas na busca de agregar valores e voluntariado a diversas causas de norte a sul.

No nordeste, sudeste e sul acompanhamos inúmeros desses projetos de assistência e de desenvolvimento social, cada região com seus atores em busca de solução de problemas circunscritos à praia, às grandes metrópoles e ao sertão.

Empresários têm buscado prêmios de excelência social como forma de potencializar marcas e produtos com o apelo da solidariedade. Entretanto duas regiões ainda caminham em ritmo brando quando se fala em participação ativa dos representantes do Mercado: Amazônia e Centro Oeste.

O que se convencionou chamar atitude de engajamento, comum no setor empresarial de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais por exemplo, por aqui ainda, é como diz um bom mineiro: calmo.

O Governo Federal tem diversas formas de incentivos fiscais para empresas engajadas com o social. Existe legislação para a dedução do IRPJ, a isenção do PIS/COFINS e a isenção dos 20% da cota empresarial do INSS que posso citar

aqui como exemplos clássicos.

Há benefícios também para quem doa aos Fundos da Criança e do Adolescente e para o setor cultural há os benefícios da Lei Rouanet.

Em Rondônia, dada, talvez a sua jovialidade, entre outros paradigmas culturais locais; empresários notadamente aportam recursos em forma de doações a entidades e a projetos consolidados – quando o fazem.

Mas é difícil mensurar essa participação na medida em que na maior parte essas doações são realizadas em forma de parcerias econômicas ou pelos donativos anônimos.

Aqui então firma-se uma necessidade imperiosa para o terceiro setor organizado em terras de Rondon, qual seria: envolver com maior profundidade o setor produtivo nas questões relacionadas com os problemas sociais dos municípios e da capital gerando assim pelo conhecimento e pela aproximação, diria inclusive pela convivência respeitosa, o grau devido de sensibilidade e a pro atividade requerida à empreitada de melhor desenvolver ações de promoção do homem e da família em sua inteireza - solidariedade com os menos afortunados e união institucional para cuidar de temas cotidianos que produzem cidadãos melhores.

O resultado a médio prazo, computados devidamente os ativos sociais e empresarias, sempre com a mediação do Estado, vislumbra conseqüentemente uma sociedade melhor - produtiva, ativa e engajada com o ser humano.

Diálogo Social, uma Ferramenta de fomento ao desenvolvimento real e sustentável.

Caros amigos, falo muito sobre o conceito das coisas nos artigos que tenho escrito e nas aulas e palestras que tenho ministrado desde o ano de 2004 porque aprendi com filósofos, pensadores, professores renomados e especialistas de todos os matizes que a construção de projetos e programas de resultados econômicos e sociais prescindem de compreensão e aprofundamento.

Desde os tempos idos do Comunidade Solidária e do Comunidade Ativa que o aprendizado de conceitos como comunidades sustentáveis, redes sustentáveis, diálogo social, planejamento participativo, controle social, participação solidária, empreendedorismo social e responsabilidade empresarial refletem em cada unidade da federação de acordo com a cultura da conversa e do compromisso com os fundamentos da democracia.

Processos e procedimentos autocráticos ou autoritários de qualquer gestor público culminam em baixa efetividade e certamente em vícios de execução que vão desde o desconhecimento simples da legislação em vigor - até porque no Brasil, não é pouco o volume e o arcabouço jurídico para a gestão pública - até mesmo o potencial nível de corrupção intra e infra governo.

Muitos desses problemas degenerativos da ação pública na busca de solução para problemas rotineiros e de alta complexidade podem ser minimizados pelo simples diálogo desprezioso entre os segmentos que compõem uma economia em determinado espaço geográfico - território.

Os pesquisadores e mestres no desenvolvimento têm argumentado que: para a melhor promoção do desenvolvimento de uma localidade, há que se preparar de maneira inteligente e carinhosa três pontos basilares, sem os quais haverá certamente a corrosão de propósitos a médio e longo prazos, quais sejam: 01 - governança preparada e escolhida democraticamente; 02 - capital empreendedor com vontade e preparo;

Traduzo aqui como: gestão compartilhada focada em resultados econômicos, sociais e ambientalmente sustentáveis.

Esse tripé é conseguido como o melhor dos ambientes para que as boas sementes de projetos, programas e planos governamentais possam frutificar, gerando para os grupos sociais, a empresa e o público as condições de maturidade, prosperidade e convivência em paz.

Esse ambiente propício para o desenvolvimento com cooperação entre o primeiro setor, o segundo setor e o terceiro setor apenas alcançam aqueles atores sociais e representantes desses segmentos que apostam no diálogo social e no controle social democrático como instrumento para a escolha de projetos e programas que efetivamente impulsionam os resultados nos diversos campos que formam uma determinada sociedade.

Aqui é importante lembrar que os conselhos de políticas públicas surgiram na década de 90 como base para essa prática democrática e do controle social, mas que cada um e todos os atores precisam estar imbuídos com certa maturidade de participação e de contribuição que apenas a capacitação continuada pode gerar.

Neste sentido, mais uma vez quero registrar que os estados

de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul e Minas Gerais desenvolveram nas duas últimas décadas um sistema de participação e controle social onde Estado, Mercado e Sociedade Civil trocam experiência e aprendizado na busca de soluções para seus inúmeros e crescentes problemas de ordem econômica e social.

Nada supera o diálogo no campo privado das relações de indivíduos, trazendo resultados que minimizam os desconfortos por exemplo entre irmãos, amigos, colegas, vizinhos, filhos e casais; certamente que no campo público onde os interesses coletivos são o desdobramento dos anseios privados de melhores níveis de qualidade de vida, com mais segurança, mais saúde, saneamento, educação e renda perpassam a todos.

A boa manutenção dos níveis diálogo entre a sociedade e seus gestores públicos e o fomento da capacitação e da participação representativa ampliando e consolidando democraticamente esse diálogo social produz o solo fértil para um verdadeiro banco de ideias e de soluções eficazes para o desenvolvimento local, regional e nacional.

Como o executivo estadual está fomentando o Terceiro Setor.

Em julho deste ano comemoramos aniversário da Lei Estadual 3.122 (de 01.07.2013) que determina os parâmetros gerais da relação do Estado com as organizações da sociedade civil em terras de Rondon.

Para alguns desavisados e céticos de plantão cabe neste artigo lembrar que a Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos (SEAE) dispõe desde o final do ano passado de equipe técnica multidisciplinar, orçamento e um programa de fomento às organizações do terceiro setor que no caso de nosso estado somam mais de 2.000 cartões de CNPJ.

O Poder Executivo desenvolveu com os técnicos da DETIC - Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação um programa de controle e acompanhamento das relações de transferências de recursos públicos - conhecido como sistema SISPAR que configura eletronicamente o cadastro e o credenciamento de entidades em todo o estado.

Nesse sistema há todas as informações pertinentes a atividade das organizações, sua localização, principais ações e valores destinados à consecução de seus objetivos.

No longo do primeiro semestre foram capacitados 186 servidores estaduais de todas as secretarias, apresentado o resumo da Lei 3.122 e a operação do sistema SISPAR para 892 lideranças de entidades associativas em todos os municípios e promovidas seminários e workshops com lideranças municipais e também para operadores de projetos sobre a elaboração e a captação de recursos públicos.

A Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos desenvolver desde julho um programa de capacitação para gestores do terceiro setor para 100 organizações com a participação de mais de 230 participantes.

O programa está dividido em dois módulos de capacitação de 16 horas cada com a formatação de um BANCO DE PROJETOS SOCIAIS onde até o mês novembro próximo serão analisados e avaliados ao menos 30 projetos para execução no exercício fiscal de 2015.

Para garantir essa execução, o Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) já anunciou recursos carimbados na ordem de 1,5 milhão de reais.

Trata-se de programa de fomento inovador que resguarda legalmente as transferências previstas em LOA para o apoio às atividades não-essenciais previstas no plano de trabalho das organizações credenciadas no sistema SISPAR.

Observa-se que ao contrário do que ocorre em outras unidades da Federação, Rondônia avança no sentido da promoção das parcerias com o segmento das associações e fundações organizadas que bem representam o terceiro setor no estado.

Investimentos do Estado no segmento do terceiro setor.

Semana passada estavam em Ji-Paraná, região central do estado de Rondônia, lugar próspero, com o desenvolvimento já de duas décadas, do setor do agronegócio, muitas lideranças políticas e empresariais engajadas no crescimento e no desenvolvimento socioeconômico.

Um ambiente oportuno para falar sobre questões e projetos do terceiro setor.

Pois bem, ouvi posicionamentos e aproveitei a oportunidade de propagar algumas informações para essas lideranças a respeito do crescente fomento ao empreendedorismo social, sob a ótica da atuação do Estado no período recente.

Sobre o apoio do primeiro setor às iniciativas de lideranças sociais e seus projetos de recuperação de alcoólatras, viciados, portadores de transtornos, apenados, indigentes e outros malefícios da vida.

Sobre o apoio do primeiro setor ainda aos diversos projetos de saúde, educação, esporte, cultura, pesquisa e lazer que determinam ao coletivo as possibilidades de convivência saudável e pleno desenvolvimento psicossocial, discorri sobre alguns números que trazem à tona o que de fato um gestor público humanista pode trazer à sociedade civil por meio da promissora vontade política e da sensibilidade social.

Nos anos de 2011 a 2013 as mais de 200 organizações sociais que receberam emendas parlamentares ou participaram de

editais e concursos de projetos sociais em Rondônia receberam do poder público quase 206 milhões de Reais.

Recursos transferidos para a gestão parceira de associações, institutos, fundações e ONGs em todos os 52 municípios.

Segundo informações da SEPOG - Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, consta que apenas no ano de 2012 - primeiro ano do PPA - Planejamento Plurianual de Investimentos do atual governo, foram repassados a entidades beneficentes o valor de mais de 122 milhões de Reais, confirmando apoio ao desenvolvimento de atividades não-essenciais do setor público ao setor privado sem finalidade econômica, como descreve a legislação em vigor.

Isso é fato que corrobora a atual existência de equipe técnica multidisciplinar na Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos (SEAE) empenhada em fomentar parcerias na gestão desses recursos para que o retorno à sociedade civil ocorra da melhor forma.

Rondônia está no rol dos Estados onde o Governo e a sociedade civil têm diálogo e desenvolvem parcerias para a promoção do terceiro setor; numa cultura real de colaboração para a solução dos problemas locais, onde a estrutura governamental, dado ao seu porte, não desponta com segura presteza.

Aproveitando minha estada ali na região, registrei por exemplo um investimento público numa atividade de cooperação entre os três setores que já está em sua terceira edição: a Rondônia Rural Show, evento tecnológico de quatro dias que arregimenta as forças dos atores locais para alavancar a economia rural e que tem reflexos diretos na atividade do empreendedorismo social.

O Estado investiu aproximadamente 1,3 milhões de Reais na organização da Feira Rondônia Rural Show 2014; reuniu mais de duzentas empresas comerciais, as associações rurais de toda a região central, a EMATER, a IDARON, a EMBRAPA, as Universidades, as cooperativas, centenas de agricultores familiares e organizações beneficentes.

A programação focada na geração de oportunidades de conhecimento resultou na oferta de crédito de mais de 400 milhões de Reais para mais de sete mil produtores.

Refletindo sobre esses aspectos, convido meus interlocutores na região do Rio Machado e todos os que puderem me ler, para que possamos refletir sobre as possibilidades de manter e ampliar o diálogo social entre os setores - Governo, Empresas e Sociedade Civil.

O diálogo gera certamente um maior e melhor investimento em anos vidouros para o bom funcionamento do segmento do empreendedorismo social. Os resultados de uma política de cooperação e planejamento são visíveis, são para todos.

A primeira semana do próximo centenário.

Alguns leitores meus podem dizer, mas como um artigo no dia 06 de outubro para memorar o centenário de Porto Velho; mas quero aproveitar essa primeira semana do próximo centenário para fazer um caminho inverso ao que fizemos na semana passada quando inúmeros nascidos, adotados e acolhidos nesta cidade maravilhosa recordaram com nostalgia esse primeiro século.

Quero dizer que eu mesmo fiz isso no face book e nas minhas fan page; aliás por favor acessem minha fan page criada em 30 de janeiro desse ano para homenagear nossa cidade: felizidadecentenária, ali fiz nesses oito meses a inscrição e a publicação de fatos e fotos, textos, recortes do tempo, dados estatísticos, registros normais e morais sobre o histórico de Porto Velho, sempre com humor, saúde, vivacidade, ternura e a compelida paixão dos enamorados.

Afinal sou um desses adotados, fato que vim do Ceará para cá há exatos 22 anos. Pois bem, nessa primeira semana do próximo século da cidade estratégica e feliz Porto Velho quero registrar que precisamos mesmo de novas lideranças empresariais, políticas e culturais para preparar e embalar esses anos vindouros e prósperos.

Muitas obras estruturantes hão de se implantar no estado de Rondônia e mui especialmente todas elas vão desaguar - desculpe o trocadilho, aqui pelas margens do Madeira, posto que somos desde criancinha uma cidade portuária.

Com o avançar da próxima década essa vocação de ligar o Brasil ao mercado andino e em seguida ao mercado asiático

vai se consolidar. Estudem inglês e espanhol e até o mandarim hoje para colher os frutos em 2024.

Não tenhamos nenhum de nós essa dúvida.

Nossa Porto Velho entrará na terceira década desse milênio com aproximadamente 1,1 milhão de almas e certamente que a produção do estado e da porção norte que nos inclui será dedicada a saciar as necessidades básicas daqui e de mais 120 milhões de cidadãos latino-americanos.

Se você alcança esse meu pensamento, certamente que vislumbra novas empresas, novos planos educacionais, novos investimentos em saúde, saneamento, segurança, cultura, esporte, lazer e o bom e velho turismo.

Para as comemorações do próximo centenário, quem se habilita hoje? Um grande abraço a todos os que fazem a hora. Viva a cidade de Porto Velho e suas imensas possibilidades e oportunidades.

Democracia representativa e participativa como foco de ações do terceiro setor.

Nesse mês de outubro estamos vivenciando mais uma vez em todo o país o ensaio pessoal e democrático de fazer escolhas. Analisamos as propostas de candidatos em primeiro turno e agora no segundo turno. Pelo sufrágio ocorrido em cinco de outubro próximo passado temos novo compromisso cidadão no dia 26.

Quero nesse artigo explorar com os meus amigos e amigas leitores a essência do movimento de organizações do terceiro setor, e ferramenta estatutária de muitas delas que é a representação e a participação na mudança e na transformação da vida em comunidade; a forma do público e do coletivo na expressão elementar dos nossos direitos e deveres como civilizados e como atores sociais.

Gostaria de memorar com todos que para haver prosperidade individual e crescimento particular é preciso ambiente oportuno e diálogo, sempre o diálogo.

Pois bem, Rondônia avançou bem nos últimos anos nesse campo, temos até uma legislação estadual para reger as relações entre o governo e as organizações do terceiro setor, tanto as urbanas como as rurais.

Uma ação organizada ocorrida no mês de setembro passado demonstra o grau de compromisso com os avanços que essas entidades já registram no campo da gestão focalizada na representatividade e na participação democrática. É fato que entre os anos de 2002 a 2010 governantes da época pouca atenção deram aos movimentos sociais, suas organiza-

ções e suas necessidades, talvez pelo formato fechado em si mesmos, priorizando a autossuficiência do Estado como um ente “resolvedor” de todos os problemas públicos; o que na realidade, desde a década de 90 não faz mais parte da agenda de gestores públicos antenados com o desenvolvimento e o potencial de parcerias que o terceiro setor representa.

Os representantes do povo, eleitos para a gestão do coletivo já não podem se dar ao luxo de acreditar que o primeiro setor é solucionador impreterível de todos os problemas, à exceção daqueles que estão garantidos na constituição como ações intransferíveis - como saúde e educação; ademais a evolução das sociedades e das economias em todo o mundo dizem que os setores de determinada economia em determinado espaço geográfico devem proceder com alianças sociais para a plena garantia de satisfações básicas de todos os seus habitantes.

Dito isso, recorro ao momento presente para informar aos cidadãos e cidadãs que o terceiro setor de Rondônia tem suas propostas e seus anseios em relação ao diálogo social, especialmente com os gestores públicos e os empresários na medida em que os problemas sociais advindos de desdobramentos de planos de governo - como é o caso da construção das usinas do Madeira ou de catástrofes naturais - como ocorrido no início de 2014 com a cheia histórica dos rios e seus afluentes; retroceder no diálogo social e na participação cidadã com seus conselhos e suas lideranças jamais.

Rondônia caminha para o fortalecimento de suas instituições e também das suas lideranças representativas e que a eleição em segundo turno possa trazer as certas e devidas garantias de crescimento econômico e desenvolvimento social que o futuro precisa, para os que estão vivos hoje e para os que ainda hão de nascer.

Artigo de final de outubro, para refletirmos em 2015.

Caros amigos e amigas leitores do jornal Gente de Opinião, estive recolhido nas duas últimas semanas observando e analisando o segundo turno das eleições no país e especialmente nos estados do Ceará e de nossa amada Rondônia. No Brasil, porque acredito que apenas somos cidadãos completos se temos alguma visão do todo, do conjunto das relações sociais, políticas, empresariais e de rede nas várias unidades da Federação; no Ceará porque meus pais e a família de minha esposa estão por lá e ainda muitos amigos de infância e juventude; e no nosso amado estado de Rondônia pois aqui vivemos, trabalhamos, participamos e colaboramos com o seu desenvolvimento há mais de 20 anos.

Pois bem, dito isso foco agora nos resultados das urnas. Que diferença mínima entre os dois maiores partidos divergentes da atualidade brasileira! O partido dos trabalhadores (PT) e o partido social democrata (PSDB) do Brasil estão nessa disputa há 24 anos, mas nem sempre foi assim - quem puder compreender melhor essa minha interjeição que leia o livro O sapo e o Príncipe; em que pese, os dois partidos sejam, ideologicamente falando, de origem social democrata e, tendo nascido, há 34 anos do pensamentos e de pensadores do centro sul os quais demonstravam na década de oitenta maior grau de maturidade - hoje, nem tanto.

Pena que quase todos aqueles, mais maduros, já se foram; restando hoje, entre os atuais "líderes" das duas cordas, apenas e tão somente mágoas e uma simplificada (perigosa) disputas de espaços e de poder. Faltou no primeiro e no segundo turnos, a meu humilde modo de pensar, propostas

para o horizonte de 2030.

Faltaram planos, projetos e programas estruturantes de uma economia “emergente” que nos últimos 24 meses demonstra cansaço e possível estagnação em 2015 e 2016 - isto seria o atacado.

No varejo, muita piada, brincadeiras sem graça, denúncias, imposições, marketing, falação da vida alheia; mas propostas que possam realmente preparar o país e suas 27 unidades federadas para a próxima década e para a participação consciente no mundo econômico, muito pouco. Isso impactou certamente nas campanhas em nível estadual.

No Ceará ganhou o partido dos trabalhadores e no querido estado de RO ganhou por quase 8% o partido do movimento democrático brasileiro que está realmente trabalhando e desenvolvendo o país há mais de 40 anos. Vê-se bem que eu gosto de números, posto que como economista somos utilizadores de esquemas métricos, decimais e matemáticos ou estatísticos para analisar coisas do dia a dia.

Quero deixar um pensamento para todos nós que vemos esses dois partidos de mesma semente ideológica hoje se digladiarem; vejam o funcionamento de um PMDB maduro, que observa, aconselha, cria e recria espaços de democracia desde seu nascimento até os dias de hoje. Fiel ao patriotismo, aos princípios democráticos e à república, o partido do movimento democrático brasileiro entra em 2015 com maioria no Congresso e com sete governadores eleitos.

Mesmo no meio de tanta gritaria e às vezes baixaria, vemos nítido a cor deslumbrante do movimento democrático que segue, incólume, olhos no futuro, certamente protegendo o Brasil de alguns brasileiros.

Homenagem a um cearense de serra do felix.

Meus caros amigos e amigas, realmente a vida é muito interessante.

É uma viagem pelo globo, com sensações imensas de alegria, rotinas, trabalho, dores, amores, paixões, doações, decepções, realizações, projetos, caminhos e vida, simplesmente: vida.

Alguns com poucos anos se vão, outros permanecem mais tempo. Uns são grandes pessoas desde a infância, outros vão crescendo com a gente.

Meu sogro, nasceu na Serra do Félix, 112 Km de Fortaleza, no Ceará.

Casou jovem, teve 10 filhos e 21 netos, 12 bisnetos e um mundo grande de amigos, primos, colegas e irmãos de igreja.

Proselitista, sangue quente, mas muito humilde no desfavor, produtor de caju e mel e grãos; eleitor consciente, votador de bons políticos, cantor e bom orador. Agricultor e cantor, fazia poesia e tocava violão como ninguém.

Havia 10 anos não desfrutava de sua companhia pois uma doença alemã (Alzheimer) o acometeu e levou à cama e aos cuidados próprios da infância.

Hoje, dia 30 de outubro, mês das missões, chegada das chuvas, mês da cidadania, com as eleições, foi também o mês do último aniversário de João Nogueira Filho que completou

dia 24 passado seus 93 anos de caminhada e missão terrena.

O cantador-agricultor dono de 3.400 pés de caju, trovador de mão cheia e encantado com a vida, com a família e com a natureza foi convocado para uma audiência privada com o Criador.

Seu Joãozinho da Ermita teve uma vida simples de pequenos, mas muitos sonhos, quase todos realizados.

Dedicado aos amigos à família e ao trabalho na terra, deixa um enorme legado de ética, justiça, amor e paz.

Meu sogro fez seu check-in no final da manhã do dia de hoje, sereno e tranquilo ladeado pelas duas filhas mais velhas, duas sobrinhas e da valorosa Maria Ermita.

Voou para sua viagem eterna, foi abraçar Jesus e encontrar-se com o Pai.

Conheceu Porto Velho em 1994 quando morou em minha casa durante 10 meses.

Aqui ele comeu peixe, passeou no Madeira e no Jamari.

Foi a Guajará-Mirim e ao outro lado - sua única viagem internacional; viu aos 73 anos cair gelo do céu, e naquele dia ele me disse, chorando de alegria como as crianças: no Ceará não tem disso não... chuva de gelo? Eu nunca vi...

Perdido nesses pensamentos eu sai do trabalho ao meio dia e meio para cuidar de algumas coisas, falar com meus cunhados e cunhadas e acalantar a filha mais nova dele: minha Elisângela.

Curioso as coisas da vida e da nossa mente, as coisas de Deus e de sua semente - nós.

Pasmem! Quando entrei na Avenida Abunã liguei o rádio e na FM tocavam apenas músicas do Rei Roberto Carlos - as preferidas do meu amigo Joãozinho.

Cheguei em casa marejado, mas certo que a vida é e sempre será maravilhosa. Obrigado senhor, mesmo que eu chore, Obrigado Senhor pela esperança. Obrigado Senhor, agradeço, Obrigado, senhor!

Essa vida é mesmo como diz o cantor festejado pelo Brasil há mais de cinquenta anos: uma dádiva, um caminho que leva a plenitude em Deus.

Por isso, mesmo que eu chorei, obrigado Senhor!

Receba em seus braços esse amigo e companheiro de caminhada.

Descanse em paz senhor muito grande pequeno Joãozinho Nogueira da Maria Ermita.

Governo cria o banco de projetos do terceiro setor para financiamento em 2015.

Ainda no exercício fiscal de 2013 quando a Lei 3.122 de 01.07.2013 entrou em vigor, o Executivo de Rondônia montava a equipe de fomento ao terceiro setor na Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos (SEAE); quando foi criado um PROGRAMA DE FOMENTO AO TERCEIRO SETOR no orçamento em curso, aproveitando o envio em setembro da Lei de Reforma que foi para a Assembleia Legislativa e deu condições a modificações e criação de novos programas para aquele exercício que caminhava para sua finalização.

Foi uma oportunidade para o fomento ao terceiro setor iniciar suas ações antes do final de 2013 que veio como uma grande abertura para o devido apoio às ações da equipe recém instalada.

Por esse artifício foi possível iniciar um programa de capacitação e desenvolvimento de lideranças que foi emplacado com um produto bem específico para o atual exercício de 2014 que seria o de implantar com metodologia própria um BANCO DE PROJETOS DO TERCEIRO SETOR.

A ideia que ora já está consolidada é simples: ao longo de seis meses a SEAE capacita em dois módulos distintos as lideranças e voluntários de organizações com dois cursos de 16 horas cada - o primeiro é o de Elaboração de projetos e captação de recursos públicos e privados com material apostilado e orientação técnica à distância para a produção de PROJETOS. À medida que cada organização desenvolve e finaliza o texto de sua proposta ela passa a integrar o BANCO DE PROJETOS DO TERCEIRO SETOR.

Cada entidade apresenta exclusivamente uma proposta (Plano de Trabalho) no valor nunca superior a 200 mil reais e esses projetos são uma tarefa dada pelos instrutores com um dever de casa entre os módulos de capacitação. O segundo módulo de capacitação - Gestão de projetos e prestação de contas, também um curso com 16 horas, serve para aprimorar e detalhar com os participantes os meios físicos, humanos e financeiros com os quais as organizações do terceiro setor pretendem colocar o projeto em prática. Como um produto desse programa de capacitação temos na metodologia dois fatores basilares que ajudam a construir uma relação melhor entre o Estado e as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, qual seja a da confiança e a de relações mais amígdas - dado que ao longo dos cursos, da elaboração do projeto, sua defesa, preparação e texto final os líderes e voluntários das ONGS e a equipe técnica do governo do estado podem trocar informações e experiências.

Esse processo transforma a frieza do papel e da burocracia em ações complementares e de constante diálogo compartilhados pelo mesmo objetivo: compor um BANCO DE PROJETOS DO TERCEIRO SETOR onde o Estado e o terceiro setor contribuirão para sua existência por meio de um processo colaborativo. Próximo passo será abrir no exercício de 2015 o edital específico para o devido aproveitamento desses projetos o que já foi garantido estrategicamente pelo Secretário de Estado do Orçamento, Planejamento e Gestão, George Braga quando inscreveu para a LOA de 2015 o valor de 1,6 milhão para atender a essa proposta inovadora. O terceiro setor organizado do estado de Rondônia agradece pois agora tem projetos estruturados e uma parceria robusta com a orientação e o acompanhamento técnico necessário ao cumprimento de metas e ações específicas.

Terceiro setor deve ligar antenas em 2015.

O governo federal adiou a entrada em vigor Lei 13.019, sancionada no dia 31.07.2014 e que define novas regras para as parcerias entre o Estado e as Organizações da Sociedade Civil, avançando na construção de um novo marco regulatório para o terceiro setor.

A mudança foi feita por meio de uma medida provisória publicada no dia 30.10.2014 no Diário Oficial da União. Essa tal MP dá um novo prazo, as novas regras só passam a valer no fim de julho de 2015.

“As entidades da Plataforma já achavam necessário um adiamento, considerando que os três meses inicialmente previstos incluíam o período eleitoral, que atrasou os processos necessários para a adaptação de prefeituras, governos estaduais e outros órgãos. No entanto, consideramos o prazo de um ano excessivo. A lei poderia entrar em vigor antes, com uma indicação de possíveis adaptações”, avalia Vera Masagão, diretora executiva da Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (Abong) e representante do Comitê Facilitador da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para o terceiro setor.

“Agora, temos que avaliar como trabalhar essa entrada da MP no Congresso junto aos parlamentares que nos apoiaram e já conhecem o tema. Queremos avaliar se há espaço para algum aperfeiçoamento na lei. Tivemos diversos debates em estados e municípios, tanto do governo quanto da sociedade civil, e ouvimos dúvidas e reclamações que talvez possam ser consideradas agora”, defende. Segundo a Secretária-geral da Presidência da República,

pasta que foi a principal articuladora do tema junto ao Congresso e à sociedade civil, o adiamento responde a pedidos de “diversos órgãos e entidades públicas, entidades municipalistas e representantes da sociedade civil”.

Elas alegam a insuficiência do prazo previsto em lei, de 90 dias, por conta da necessidade de “adaptações e mudanças estruturais que o novo regime de parcerias demanda da administração pública federal, estadual, municipal, do Distrito Federal e das próprias organizações da sociedade civil”. Ainda segundo a SGPR, o maior prazo de adaptação à nova lei também evitará problemas no atendimento à população em situação de vulnerabilidade, em especial o realizado pelas redes privadas vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social, cujas atividades são de natureza continuada.

A nova lei estabelece novas normas para parcerias voluntárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios com Organizações da Sociedade Civil, garantindo maior segurança jurídica para as partes envolvidas.

Entre as novidades, estão a criação de instrumentos jurídicos específicos para as parcerias entre Estado e terceiro setor, a obrigatoriedade de chamamento público para a seleção das organizações parceiras, o estabelecimento de obrigações tanto para os órgãos públicos quanto para as organizações privadas em todas as fases de uma parceria, do planejamento à execução e prestação de contas

Para o estado de Rondônia que já tem sua Lei - 3.122 de 01.07.2013, mantém equipe técnica multidisciplinar apoiando e orientando aos gestores de organizações e que criou o sistema de acompanhamento de parcerias por meio do SISPAR na Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos, essa MP de Dilma Rousseff amplia prazos para suas natu-

rais mudanças.

Com a chegada de fevereiro de 2015, o executivo estadual poderá enviar à ALE sua proposta de modificações, agregando a nova linguagem das relações entre Estado e terceiro setor advindas da Lei 13.019 para dar o devido suporte legal às alianças futuras na condução de projetos socialmente sustentáveis e economicamente produtivos.

Medida Provisória 658 amplia prazo de adequação para novo Marco Regulatório do Terceiro Setor.

No final do mês de outubro desse ano, foi publicada a Medida Provisória nº 658, que alterou dispositivos da Lei nº 13.019/2014, de 31.07.2014 conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. A referida MP instituiu nova data para a entrada em vigor do Marco Regulatório, anteriormente previsto para o primeiro dia de novembro do ano corrente.

Com a mudança, a Lei nº 13.019 somente vigorará depois de transcorrido 360 (trezentos e sessenta) dias após a sua publicação, efetivada em 1º de agosto de 2014. A Secretária-geral da Presidência da República divulgou que a referida prorrogação buscou atender as manifestações de diversas entidades e administradores públicos, os quais entenderam que prazo indicado previamente seria exíguo para o atendimento das novas exigências fixadas pela Lei, contudo constatou-se na prorrogação um retrocesso ao maior rigor que se almejou no marco regulatório de repasse de verbas públicas a tais entidades.

A Lei é abrangente pois trata de conceitos novos, definições jurídicas e detalhamentos de como registrar e acompanhar CONVÊNIOS no portal SICONV e traz cinco (05) novos meios de transferência de recursos públicos para as chamadas ONGS; no caso dos municípios, as desigualdades regionais e as assimetrias existentes, bem como o fato de que 70% dos municípios brasileiros são considerados pequenos, com menos de 20 mil habitantes, resultam, portanto, em pouca

capacidade institucional para promover rápidas adaptações às mudanças necessárias no curto prazo anteriormente estabelecido pela Lei.

Além disso, sem a alteração do prazo haveria impactos significativos nos ciclos orçamentários, uma vez que a maioria das previsões para o exercício de 2015 já foi encaminhada para as Assembleias Legislativas, Câmara Distrital e Câmaras de Vereadores ao longo deste ano, sem a devida adequação à nova Lei.

Com a prorrogação, falando em Rondônia que tem em pleno vigor a Lei 3122 de 01.07.2013 será possível promover nos próximos meses as devidas alterações e o devido planejamento e a estruturação adequada no PPA do ano que vem para que organizações possam proceder com suas próprias modificações e adequações e adaptação à nova realidade. Essas organizações da sociedade civil poderão apropriar-se das novas regras; promover, quando necessário, eventuais alterações em seus estatutos sociais; ajustar suas estruturas administrativas e desenvolver metodologias de planejamento e gestão.

O maior prazo de adaptação à nova lei também evitará problemas no atendimento à população em situação de vulnerabilidade, em especial o realizado pelas redes privadas vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social, cujas atividades são de natureza continuada.

Em resumo, após 09(nove) anos no congresso nacional, o novo Marco Regulatório das Organizações ganhou juntamente com o próprio Estado tempo hábil para a sua compreensão e adaptação por todos os atores envolvidos na formulação de parcerias e alianças para o desenvolvimento de projetos sociais.

Artigo de final de ano, sem retrospectivas. Isso mesmo, sem retrospectivas.

Não que 2014 seja para ser esquecido, mas porque o tempo não para e não param as necessidades de avançar. O mundo muda constantemente, o Brasil e Rondônia, como fazem parte do mundo não pode ser diferente. Há ideias novas, programas e projetos fluindo o tempo todo. Campanhas, eleições, futebol, copa, carnaval, acidentes, revoluções, criações novas de homens velhos, renovações de pensar em homens novos.

Quando digo homens é a humanidade, as mulheres estão contidas na expressão. Em razão disso tudo, devemos memorar nossas vidas para adiante. O ano novo é mesmo para continuar. A vida impõe isso. O trabalho, a saúde, a família, os amigos, a Igreja, a saudade, a harmonia, os projetos e as soluções são para executar e vamos caminhando.

Sem pisar duro, melhor com serenidade, mas com olho no futuro e nas boas coisas que fazem da vida o brilho do milagre de estar presente. Desejo com sinceridade a todos que acreditam no trabalho, no progresso e na justiça com fraternidade e respeito às diferenças que realmente 2015 seja próspero e repleto de maior positividade e progresso.

Aos que não acreditam, também; pois afinal de contas o sol nasce para todos e a chuva cai em todos os lugares, desde sempre. Bem-vindo o ano novo de nossas novas vidas; repensadas, repaginadas e produtivas, com boas emoções e solidariedade.

*Ano da Graça de
Nosso Senhor de 2015.*



Salmos 21,15

“Derramo-me, como água, todos os meus ossos se desconjuntam; meu coração tornou-se como cera e derreteu-se nas minhas entranhas”

2015, ano do diálogo social como motor do desenvolvimento.

Em 2014 escrevi 19 artigos sobre o terceiro setor. Ora nacional, ora da realidade de nosso estado. Vislumbrando o desenrolar das estratégias das organizações, empresas e do governo, sinto que em todo o país é chegada a hora de ampliar e promover o diálogo social entre os três setores. Governo, Empresas e as organizações da sociedade civil e seus movimentos sociais.

O mundo anda revoltado com tantas dificuldades sociais, econômicas, espirituais e toda a matiz material e nem tanto assim.

Estamos ainda de ressaca da chegada do novo milênio; afinal as pessoas esperaram ansiosas pelo ano 2000 desde o século XIX - faz tempo.

Para muita gente 10 anos é muito, mas para um povo não; para a escala da humanidade 10 anos é como se fosse um minuto.

Por isso nesses últimos vinte anos ficou meio que adormecido o momento presente. É preciso, portanto: dialogar.

Em casa, na igreja, no campo, no trabalho, nas mídias sociais, no e-mail, nos salões, em todo o lugar é preciso dar mais força para a fala e a conversa.

Voltar atrás como há cinquenta anos foi é mero saudosismo nosso; devemos procurar, mover, ir ao encontro; propagar as ideias de melhorias, pois a sociedade melhorada é para

todos usufruírem.

No campo do desenvolvimento social e econômico não há prosperidade em nenhuma cidade que relega o diálogo, o respeito, a amizade, a ajuda, a solidariedade, a ética e a gestão humanizadas das relações.

Rondônia prosperará na medida em que os canais de diálogo sejam abertos e perenes. É preciso cuidar todo dia de tudo.

Portanto, nesse artigo de início de ano, quero dividir com todos vocês esse desejo que é real para muitos e que pode multiplicar. Estado, Sociedade civil e empresas devem unir esforços para alavancar e construir um lugar melhor para todos. Feliz sonhos a todos nós rondonienses que pensamos no dia de ontem, no dia de hoje e nos dias que ainda hão de vir.

Gestores podem contar com nova lei para desafogar folha de pagamento.

Ano passado em meio à turbulência das campanhas locais e nacionais passou despercebido para muitos operadores da administração pública um fato novo: o país tem um novo marco regulatório para o terceiro setor.

A União, estados e municípios podem desenvolver atividades não-essenciais com de área meio e fim por intermédio de parcerias com as associações civis sem finalidade econômica, sob quatro formas de transferência de recursos públicos.

Trata-se da Lei 13.019 de 31.07.2014 que está em vigor regulamentada por MP.

Os gestores da própria União, executivos estaduais e prefeitos poderão por meio de editais e concurso de projetos recepcionar propostas de melhor capacidade técnica, qualidade no atendimento e custos reduzidos.

Essa ação poderá vir a transformar a necessidade de concursos para cargos temporários e como a rubrica orçamentária é serviços, desafoga com certeza os limites da LRF.

Para os planos de 2015 e 2016, em épocas de recessão é uma via no mínimo sensata; imprescindível é o diálogo com os técnicos e estudiosos do tema, formatar agenda e delinear com o interno dos governos e seus procuradores uma melhor forma de agir.

Amizade é um tesouro que poucos entendem.

Hoje pela manhã, dia 12 de fevereiro, falei pelo Gmail durante 20 minutos com Pedro Calmom Pepeu Vieira de Santana, economista, presidente por três vezes do CORECON do Mato Grosso, Conselheiro Federal por dois mandatos no COFECON e nosso presidente no ano de 2008.

O Pepeu é desses amigos invioláveis. Explico. Ele sempre trabalhou no segmento público, foi secretário de estado do governo no MT por oito anos. Administração e Fazenda. Economista profissional estudioso do desenvolvimento regional. Foram seis anos como superintendente na ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia.

O amigo reside em Belém hoje. Mas sempre tem tempo para os seus.

Em dias conflituosos e de grande estresse de 2015, com indícios de recessão e baixas na economia nacional e com as ideias que 98% das pessoas têm hoje sobre amizade, digo que este é um amigo inviolável, Das antigas. Rememoramos ações conjuntas na região norte em 2006 a 2010 e nossas peripécias em todo o país para irradiar o pensamento do desenvolvimento local e o do desenvolvimento regional com diálogo social. Coisas que ninguém pode tirar de nossas incursões em Brasília-DF e nas principais capitais. Amadurecendo sempre, amigo Pepeu. Vamos ajudando no que podemos na evolução dos conceitos na sociedade e nos governos.

E sempre confiantes em dias melhores, apesar dos pesares locais e nacionais.

Falando para o 3º setor de rondônia!

Caros amigos e amigas. Iniciando 2015 em breve. Acabou o carnaval, março está batendo aí. Fiquem de olho nos editais nacionais e internacionais.

Para você que pretende dar continuidade às ações que já realiza e para os que pretendem inovar esse ano. Vai aqui algumas dicas.

05 PRINCIPAIS MOTIVOS PARA NÃO APROVAR PROJETOS

I - Esquecer/não enviar documentos obrigatórios
É muito importante ler bem o edital e fazer um Check-list (lista de tarefas) antes de qualquer outra coisa.

II - Linguagem prolixa e muito técnica dificultando o entendimento
Falta de clareza nas ideias pode pôr a perder um projeto, mesmo que a ideia seja interessante.
(Atenção, erros de português dificilmente afetam a avaliação do projeto)

III - Projeto sem inovação, igual a todos os outros
Editais com muita concorrência em geral recebem muitos projetos parecidos. É muito difícil se destacar propondo o que todo mundo está propondo.

IV - Portfólio/comprovante de atividades na área ausente

ou fraco

Comprovar que você é capaz de executar bem o projeto proposto

é fundamental. Ninguém dá dinheiro para iniciantes ou despreparados.

Por isso é importante registrar tudo o que você faz.

V - O projeto não tem nada a ver

Tem gente que entra com o mesmo projeto em editais completamente

diferentes.

E isso não dá para passar, um quadrado num buraco redondo, não tem conformidade.

Conviver e aprender da mente criativa rende mais.

Recebi de um amigo economista de Maceió um texto maravilhoso que resolvi resumir para os amigos leitores aqui de nossa querida Rondônia.

Cada um tire as suas conclusões e se permita alguns acertos no seu próprio relacionamento com essa gente criativa.

Tem um porcentual expressivo dessas pessoas em cada canto e rogo pelo encanto de sua convivência.

Abraços a todos, aos criativos e aos reativos; e desejo a ambos um feliz mês de março.

1. Pessoas criativas se inspiram nas horas mais improváveis -A verdade é que ninguém sabe quando a próxima grande ideia vai chegar. Isso também serve para os criativos, mas eles sabem que uma hora a ideia chega. Sem mais nem menos, ela chega.

2. Eles sonham acordados - Os criativos podem estar onde quiserem a qualquer momento. Calma, não estou falando de tele transporte. Eles simplesmente se perdem em suas próprias imaginações... e o pior, isso pode acontecer enquanto conversam com você. Faz parte.

3. Eles ficam entediados facilmente - É impressionante como essas pessoas precisam de estímulos quase que constantes para se manterem ativas e alertas. É muito difícil que consigam prestar atenção em algo que não estão interessados. Déficit de atenção ou não, isso faz parte dos criativos.

4. Eles enxergam o mundo com os olhos de uma criança - Uma parte deles nunca amadurece e isso talvez seja o real segredo para a criatividade. Eles observam o mundo com os olhos curiosos de uma criança.

5. Eles vão falhar... assim como vão tentar novamente depois -Criatividade não significa que você está imune a falhas e erros. Assim como as outras pessoas, os criativos também sofrem derrotas na vida... mas o grande segredo é que eles não param em qualquer rejeição. Eles levantam e tentam de novo.

6. Eles escutam que devem arrumar um trabalho de verdade -Muitos criativos não se animam com trabalhos convencionais. Eles querem algo novo, diferente, desafiador... e isso pode ser motivo para sempre ouvir que devem procurar um trabalho de verdade. Meh.

7. Eles seguem seus corações - Há quem diga que as pessoas criativas têm uma tendência de assumir mais riscos e não se preocupar com problemas. Isso pode trazer inúmeros desafios, mas também muito mais satisfação.

8. Eles se perdem no tempo - Não há nada mais prazeroso para os criativos do que criar algo que realmente importe para eles. Isso pode fazer com que esqueçam de comer, beber e até dormir. Quando as ideias fluem, nada mais importa.

9. Eles trabalham quando os outros estão dormindo... e dormem quando os outros estão trabalhando - Os horários convencionais não se encaixam na agenda dos criativos. Eles fazem as coisas quando é melhor para eles.

10. Eles enxergam oportunidades onde os outros veem dificuldades - A maioria dos criativos sabe que o copo está meio cheio.
11. Eles se apaixonam por suas criações em um dia e no outro as odeiam como nunca antes - Isso é um mistério, mas há algo que deixa os criativos inconstantes sobre seus trabalhos.
12. Eles odeiam suas criações em um dia e no outro estão completamente apaixonados por elas - Assim como o #11. Uma loucura.
13. Eles são humildes e orgulhosos ao mesmo tempo - Pessoas criativas sempre estão dispostas a aprender, mas são extremamente orgulhosas quando se trata de suas ideias.
14. Eles estão sempre à procura de novas formas de se expressar - A busca por novidades nunca para. Qualquer que seja o criativo, ele sempre vai procurar (e encontrar) novas formas de expressar o que pensa e sente.
15. Eles procrastinam - Eles vão cumprir horários e entregas, mas é provável que tudo fique para o dia anterior. Ou para as últimas horas.
16. Eles veem o outro lado da moeda - Os criativos sempre observam situações de diferentes pontos de vista.
17. Eles não gostam de limites - Regras e limites, definitivamente, não foram feitos para criativos. É por isso que algumas vezes eles são vistos como rebeldes.
18. Eles não costumam gostar de números - Tente obrigar pessoas criativas a estudar matemática e veja como elas

odeiam números.

19. Eles são grandes observadores - Qualquer coisa pode servir de inspiração para os criativos, por isso estão sempre observando pessoas e situações. Até os mínimos detalhes.

20. Eles estão sempre buscando novas experiências - Fugir da rotina é uma ótima maneira de se manterem motivados. Lembra do #3?

21. Eles recomeçam tudo de novo - O recomeço não é um medo de pessoas criativas. Se algo não está bom, recomeçar tudo de novo de um jeito melhor não é um problema.

22. Eles amam - Eles amam a vida, as pessoas, os animais, a natureza... eles amam tudo que é belo e puro. O amor dos criativos pela vida é contagiante e realmente pode transformar relacionamentos. Fique próximo de pessoas criativas, elas vão fazer sua vida um pouco mais interessante.

Financiamento de projetos sociais solidários.

No país vivemos numa década em que os financiamentos públicos para projetos sociais sofrem ano a ano cortes orçamentários e restrição normativa, fruto do entendimento dos que atualmente ocupam o poder central de que o provedor das ações de políticas públicas devem ser o Estado.

Em outro plano e pensamento, ao menos em capitais mais antigas como no centro sul e nordeste, por força inclusive do histórico de trabalho e desenvolvimento profissional dos operadores de organizações não governamentais, vemos prosperar a participação crescente de financiamento privado de pessoas físicas e de empresas com ideário de responsabilidade social.

As organizações anteriormente citadas são aquelas que lidam diuturnamente com o interesse público e com causas genuinamente sociais, descoladas de pensamento político-partidário e longe dessas ideologias de dominação que estão carcomendo o progresso de alianças para o desenvolvimento e a real inclusão de menos favorecidos.

As pessoas físicas e empresas que me refiro, também no parágrafo anterior são aquelas que acordaram para o fato de que algo precisa ser feito e que o terceiro setor precisa. Essas pessoas, geralmente com poder econômico elevado e inteligência social têm feito doações privadas - mesmo sem benefício fiscal, apenas para ver projetos resgatar vidas e famílias de doenças, drogas, miséria e violência.

Quero neste artigo enaltecer a todas elas, pessoas e lideranças empresariais anônimas em suas doações para que pos-

samos todos nós, desapegados de qualquer debate desnecessário imaginar que existe ação social solidária além do Estado.

Doar para organizações sérias e consolidadas em suas ações é bom, faz bem ao coração, movimenta pessoas, profissionais e voluntários para pequenas melhorias no seio social.

É preciso promover o terceiro setor com o auxílio do Estado, sim; mas a presença de doadores privados é hoje uma necessidade.

Sobre a dinâmica econômica da feira rondônia rural show.

Quando você joga uma pedra do tamanho de um limão na lâmina de um riacho ocorre que uma, duas ou três vezes ela vai tocar pontos diferentes do espelho d'água com força diferente até que finalmente mergulha longe de você uns 20 ou 30 metros; naqueles momentos em que o projétil toca a água existe uma interação física que produz pequenas ondas circulares.

Pois bem, é semelhante o efeito que tem a organização e as parcerias institucionais elencadas de janeiro a maio pelo Executivo Estadual ao promover e fomentar a inovação tecnológica e os negócios no meio rural de Rondônia. Estou falando da Feira Rondônia Rural Show que ocorre em Ji-paraná.

Os recursos empregados pela SEAGRI, IDARON, EMBRAPA, CEPLAC e a EMATER, somados ao empenho de organizações e instituições públicas e privadas na Feira de Tecnologias e Oportunidades gira em torno de menos de cinco por cento dos valores integrais movimentados ao longo do calendário do crédito que ocorre para quase oito mil produtores rurais de todos os municípios.

É um efeito circular e em cascata, com resultados econômicos de valor agregado bastante significativo.

Havia muito tempo que uma orquestração desse nível e com essa qualidade não ocorria. Melhor falando, não ocorria capitaneado pelo governo.

Desde 2012, quando a primeira edição foi lançada em Ji Paraná a Feira do centro do estado, a Rondônia Rural Show; só cresce.

Em número de interessados, participantes, envolvidos e também em volume de investimentos.

Ano passado foram mais de 500 milhões de reais injetados na economia rural por meio de 7.789 projetos de aquisição e financiamento comercializados que representam em termo de PIB no estado no ano de 2012 quase 3,0 por cento.

Olha bem! Isso não é pouco, pois ao longo do semestre a preparação, planejamento, mobilização, divulgação, comercialização e a aquisição e entrega de máquinas, equipamentos, instrumentos, insumos, veículos leves e pesados e o capital de giro repassado às quase 10 mil famílias rurais geram em torno de 800 empregos indiretos e mantêm no trabalho mais 600.

Afora isso os desdobramentos para a lavoura, a pecuária e para os negócios, pequenos, médios e grandes montam em uma onda circular de duas vezes o valor central divulgado.

A massa de meio circulante que gira no centro do estado e nas suas extremidades garantem também a manutenção de emprego e trabalho no comércio e nos serviços.

É realmente uma grande estratégia de governo a manutenção da FEIRA anualmente.

Valendo aqui a máxima de que nos últimos anos quem realmente tem segurado a peteca das crises é o setor econômico do agronegócio.

Legislação estadual do terceiro setor em perfeito silêncio.

Estamos concluindo o primeiro semestre e com a chegada do mês de julho temos dois aniversários para comemorar. O primeiro diz respeito ao segundo ano em vigor de uma lei estadual a 3.122 que foi a sua época chamada de a nova lei do terceiro setor de Rondônia.

Ali o Estado tentou reunir as titulações de Utilidade Pública, OS e OSCIP como ganho de tempo e movimento na burocracia e criou o SISPAR onde técnicos da secretaria de assuntos de estratégicos ficam incumbidos de recepcionar, analisar e orientar lideranças de associações e fundações com relação ao seu registro e acompanhamento de repasses de recursos públicos, especialmente no que se refere aos inúmeros convênios e emendas parlamentares.

O outro aniversário, esse de um ano que completa no final de julho e o da lei federal 13.019 que regulamenta em todo o país as três novas formas de repasses de recursos públicos para ações e projetos de terceiro setor. Cabe ressaltar que a partir de agosto o terceiro setor não pode mais se utilizar de repasses sob o signo dos convênios, restando contratos de gestão, termos de parceria, termos de colaboração e de fomento, cada um com suas próprias características e previsões.

Muita novidade jurídica e novas nomenclaturas para o mundo das relações entre Estado e Sociedade Civil que já faz tempos não é muito facilitado. Nesses dois aniversários, cabe frisar, o Estado em suas instâncias governativas de todo o país e aqui em Rondônia estão preparando um

bom desenrolar. Salvo disparar pela internet uma espécie de audiência pública eletrônica onde líderes, voluntários e dirigentes ligados ao terceiro setor puderam colaborar com proposições ao Decreto de regulamentação da lei 13.019, nada mais ocorreu. Nenhum debate, nenhuma audiência pública, nenhuma reunião estratégica.

As preocupações têm sido outras e as consequências desse silêncio converter-se-ão em repasses mínimos ou nenhum para as organizações.

É preciso que lideranças e dirigentes a frente das nobres causas filantrópicas e os gestores de políticas públicas entrem em diálogo para que o segundo semestre possa ser salvaguardado.

É preciso um encontro, uma agenda de discussões e as soluções para a promoção de repasses dentro da legalidade e da transparência possam acontecer e os projetos de promoção das políticas públicas sejam deslindadas.

Caso as partes não possam se encontrar para o necessário debate e entendimento do novo marco legal instalado, perderemos todos.

Jovens que precisam de projetos de qualificação, maduros que operam voluntariamente ações filantrópicas, pacientes, doentes crônicos que dependem de recursos públicos para suas entidades, mantenedores de programas continuados e idosos e esportistas clientes de programas sociais mantidos com recursos do Estado.

*Ano da Graça de
Nosso Senhor de 2016.*



Salmos 22,6

“A Vossa bondade e misericórdia
hão de serguir-me por todos os dias
de minha vida. E habitarei na casa
do senhor por longos dias”

Grito da pecuária de Rondônia.

Em favor de mais de 30 mil produtores rurais, as organizações associativas, sindicatos, empreendedores rurais e a Federação da Agricultura e Pecuária de Rondônia iniciam na semana que vem em Vilhena e findam em Porto Velho uma semana de discussões e debate nas cidades do eixo da BR 364 um movimento chamado GRITO DA PECUARIA 2016 para forçar os frigoríficos a negociarem uma elevação no preço atual praticado para a aquisição da arroba do boi.

Isto se dá porque desde meados de 2015 observa-se na série histórica do preço desse item da agropecuária que gera receitas bilionárias e emprega mais de 20 mil profissionais e produtores rurais em toda a Rondônia.

Aparentemente apenas AC e RO estão com os preços abaixo da média da inflação dos últimos 12 (doze) meses, pois ao observarmos a mesma série histórica do produto nos estados do PA, MT, MS, GO, SP e MG observamos que existem elevações mínimas, mas configuram correção da inflação e até 9,45% acima, configurando uma proteção para Minas e São Paulo em detrimento de outros mercados produtores.

Rondônia e Acre estão na lanterna dos preços no momento em que o pecuarista vende seu produto ao abatedouro ou frigorífico. O mais curioso da observação econômica na métrica dos dados registrados mês a mês durante o ano de 2015 é que para RO os preços praticamente estagnaram, sendo importante revelar que os preços da arroba em dezembro passado eram de R\$ 120,00 - o mesmo preço de outubro de 2014.

Incompreensível isso, pois a carne de Rondônia já é afamada desde 2008 como a melhor carne da Amazônia e os insumos e os custos de produção, como todos sabem, aqui por essas paragens não são baixos, somemos a isso um fator de correção da inflação de 15 meses e teremos uma conta simples. O preço da arroba do boi gordo em Rondônia jamais deveria ter iniciado o ano de 2016 a menor que R\$ 132,30.

Antes do natal as autoridades governamentais receberam do movimento organizado uma CARTA DO PECUARISTA discorrendo o problema e exigindo soluções, dentre as nove sugestões expressas no teor da carta que obteve as assinaturas de produtores responsáveis e comprometidos como Adélio Barofaldi, Homero Cambraia, Mario Gonçalves, Adelino Follador, Hélio Dias, Mauro de Carvalho, Eliseu Fernandes e Wesley Villaça, dentre outros.

É importante que os pecuaristas, agricultores e produtores rurais somam suas forças para que o mínimo do preço justo possa ser pago pelos frigoríficos que não devem usar nosso povo e nosso capital empreendedor rural como manobra para regulação de preços; pior não devem e não podem usar um mercado pujante como o nosso para proteger os preços em outras paragens.

Fevereiro promete bons resultados.

O grito da pecuária!

O ano de 2016 começou com um dos três pilares da economia rural de RO em movimento cáustico por melhoria nos preços de compra da matéria prima da cadeia agropecuária da carne.

Como mencionei no artigo anterior, o estado de RO está na lanterninha dos preços da arroba do boi gordo, sendo que os frigoríficos aqui instalados aparentemente combinaram os valores, sendo que a equação que compõe o preço médio da aquisição desde outubro do ano passado estacionou de vez na casa dos R\$ 120,00 para pagamento a prazo, registrando uma diferença (spread) entre os preços locais e aqueles de MT, MS, GO e SP os menores nos últimos anos; criando para o mercado produtor uma incerteza indelicada e uma possibilidade de que a tão alardeada crise nacional possa vir a configurar um cenário negativo para esse primeiro semestre.

Vale debruçar um pouco nos números que estão sendo divulgados pela Associação APRRO e pela Federação FAPE-RON na chamada caravana do Grito da Pecuária onde mais de 500 produtores rurais e pecuaristas fizeram colocações, denúncias, reclamações e apontaram possíveis soluções para o empasse criado.

O rebanho de RO é nos últimos dez anos de qualidade inegável, nossos rebanhos nos 52 municípios já somam 13.440.000 cabeças, sendo que os estoques de machos e fêmeas de até 24 meses de idade revelam um estoque apropriado para o crescente mercado de consumo nas Américas e na Europa, importando que ações governamentais possam desimpedir

a documentação para que nova plantas e as atuais já instaladas e aguardando fiscalização para liberação do SIF possam empregar e gerar mais receitas para a economia.

É fato que nos últimos dois anos cinco plantas industriais foram fechadas, mas não correspondem às necessidades de abate, sendo que estratégias de grandes unidades produtivas tem empurrado o preço de compra aqui na nossa região para baixo desde o mês de setembro de 2014, caracterizando Rondônia como um atual mero regulador dos preços para baixo.

Isso para o leitor desse material, curioso, ou alerta para o futuro da nossa economia é algo parecido com o que ocorreu em 2009 e 2010 com os preços do litro de leite em Rondônia; o produtor aqui paga caro porque é esmerado em produzir muito, mas em COMPENSAÇÃO é pouco ligado em associativismo, aconselhamentos e união.

Digo isso porque ao longo de 15 meses de registros mensais do preço médio de compra da arroba do boi, o produtor rural aqui dessas paragens finalmente uniu-se como classe empresarial para afastar as águas do pescoço em novembro do ano passado depois que os deputados na Assembleia Legislativa (ALE), de posse dos primeiros números técnicos dessa defasagem cruel, repercutiram em debates e audiências públicas.

Os preços de RO em relação aos estados do MT, MS e GO podem ser facilmente calculados, sem precisar utilizar números fabulosos e equações “cabulosas” de econometria.

Simples: os custos da criação do boi estão apanhados nas planilhas de 2013 e 2014 e aplicam-se ali os valores do frete e da diferença do ICMS entre nós e os demais, restando

sempre uma diferença que oscilaria entre R\$ 9,00 e R\$ 15,00 Reais, ajustada aqui o período da inflação e seus desdobramentos.

Pois bem, se ao longo de 2013 o preço médio da arroba servia bem aos pecuaristas a R\$ 89,00 e também em 2014 atendia a esses custos de produção e comercialização a R\$ 111,00 - falando sempre em média; não se conforma numa equação paritária o preço de 119,00 atuais.

Vamos acrescentar em 15 meses os índices oficiais de inflação e teremos um valor básico de R\$ 138,40 para comportar as despesas que o produtor rural arca ao criar e engordar a pasto seu plantel para o mês em vigor - janeiro de 2016. Entretanto as plantas frigoríficas estão com abate programado para fevereiro pagando apenas os mesmos R\$ 119,00 caracterizando total estacionamento dos preços que se encontram já defasados.

Por isso o Grito da Pecuária é importante, imagine só que se os produtores se calarem e aguardarem piedade e melhor análise de seus custos corroídos, os seus estoques já não vão poder ser renovados e em pouco tempo as propriedades certamente vão diminuir sua produção, levando consigo a renda que gira o comércio e os serviços.

E para se ter uma ideia das perdas no ano de 2015 com essa diferença de preços para baixo, o produtor rural, com o fruto de seu árduo trabalho deixou de movimentar aproximadamente 1 Bilhão de reais.

Esses valores representam 3,44% do PIB atual do estado de RO.

Calcule comigo. São aproximadamente R\$ 3.335.000,00 por

dia no global da comercialização da carne do estado.

É imperativo retomar em curto prazo um preço compatível com as perdas de inflação do produtor e com os horizontes virtuosos que o negócio representa para a geração de riqueza e estabilidade econômica.

O mercado do boi em Rondônia hoje.

Todos já sabemos como terminou 2015 o mercado do boi em Rondônia. De julho a dezembro passados os preços de aquisição da matéria-prima caíram de repente, e sem muita explicação no mês de julho e em setembro mais ainda, acumulando no final do ano uma diferença média em relação ao mercado de São Paulo em quase R\$ 30,00 reais.

Isso nunca havia ocorrido na série histórica de preços comparativos desde 2004.

Pois bem. Estava dado o sinal vermelho para toda a cadeia, na medida em que os preços internos - por exemplo da carne nos açougues e frigoríficos de Porto Velho tiveram majoração de mais de 7% em dezembro e janeiro; e com as exportações de carne e miúdos para mais de trinta países com acréscimo de mais de 5%.

Ora, apenas para o produtor rural ficou a conta desses números positivos. Sim. Para os pecuaristas de céu aberto e de confinamento ficou uma margem de menos de 2% de ganhos na arroba do boi gordo e da vaca comercializada.

Fechados agora os números do primeiro trimestre de 2016 e realizadas ações organizadas pelos pecuaristas e pelos produtores rurais ocorreu um fato novo; motivado também pelo excelente trabalho prestado, ainda que inicial, pelos deputados membros da Comissão CPI dos Frigoríficos: os proprietários de plantas industriais resolveram sentar e mediar os preços, prometendo graduar até em R\$ 130,00 a aquisição média do boi, que registra em 1º de abril o maior valor para o município de Vilhena - R\$ 128,00 onde quem

comanda o abate é a planta frigorífica da empresa JBS FRI-BOI.

Os produtores rurais de classe média e os pecuaristas de RO tiraram desses últimos seis meses, além de amargar perdas comerciais, um valioso ensinamento: juntos, coordenados e organizados a coisa vai.

Por exemplo o fato de a pauta do boi e da vaca terem sido ajustados pelo governo do estado em janeiro, permitiu que mais de 124 mil cabeças acima de 24 meses pudessem seguir para abate fora dos limites das plantas locais. Com isso, e mesmo arcando com as despesas do transporte, o vendedor auferiu margens de até 8%, salvando o caixa desse início de ano.

Outro fator foi a Assembleia Legislativa, por meio da CPI tornar público o debate sobre as necessidades de melhoria desses preços para o setor produtivo rural e questionar os proprietários industriais sobre a possibilidade de oligopsônio ou alinhamento de preços em 2015.

Para os leitores desse artigo quero registrar que o setor rural da pecuária é responsável há mais de 10 anos por fatia considerável do PIB e dos empregos e serviços rurais formais no estado, gerando um volume de receitas superior a 5 Bilhões de Reais anualmente.

Há muito o que se fazer até o final deste semestre, especialmente em tempos de crise, mas o mercado do boi em Rondônia promete aquecer e isso não deve significar elevação de preços na gôndola do supermercado.

Para quem gosta de registros de preços, deixo esse artigo finalizando com o alerta de que o preço atual da carne para

o consumidor está em média R\$ 18,70 na praça de Porto velho, segundo pesquisa do DIEESE.

Vamos acompanhar.

Final do calendário de crédito rural, desempenho difícil para o agro.

A crise anunciada há quase dezoito meses pelos especialistas do centro do país começa a dar o tom para os negócios também no setor rural, tendo em vista que para o setor da Indústria, o sinal é vermelho desde 2014.

Mas o agro é mesmo forte e tem sido a salvaguarda da nossa balança comercial. Vamos ver agora em julho os números que devem saltar da frigideira para o fogo.

Ocorre que nos últimos cinco anos é mesmo o setor produtivo do agronegócio brasileiro quem está segurando as pontas.

Mas porque o mundo precisa de alimentos. Não se enganem. Para produzir esses alimentos. Precisamos de insumos e muitas vezes esses insumos estão dolarizados o que comprometeu os contratos de commodities de dezembro para cá.

Os produtores de classe média rural e as grandes empresas comerciais tiveram que rever todos os seus preços para cima, com certeza. E o produtor rural do início de todas as cadeias produtivas está arcando com essas diferenças abissais.

Aqui em nossa Rondônia o caso está repercutindo há doze meses com a carne, mas desdobrasse também sobre o leite e frutas e verduras que buscam acompanhar os preços das prateleiras dos supermercados, mas é como a lebre e a tartaruga no conto inglês. Com a virada do semestre os produtores certamente estão com o grau de endividamento em

evidência e a expectativa para o final de 2016 infelizmente não é boa. Mas é preciso apostar. É preciso produzir.

Uma boa dica é que os sindicatos, cooperativas, associações e os representantes do setor rural possam lançar mãos de especialistas em fóruns, encontros e nas Feiras estaduais e regionais para olhar mais adiante. Olhar para 2017 e 2018.

Um olhar seguro pelo ambiente melhor, politicamente falando.

E fazer mesmo os investimentos que serão necessários.

O Governo central bem que poderia ajudar.

Diminuindo gastos desnecessários e reduzindo pelo Ministério da Fazenda e por Decretos bem elaborados a atual carga de impostos. Não dá para continuar pedindo aos produtores que tenham paciência e convicções se o maior gastador do bolo econômico não fizer também seus apertos no cinto.

Vamos trabalhar e apostar, mas vamos cobrar. O setor produtivo precisa melhorar sua organização e se encontrar mais.

O debate enriquece as propostas.

Governo do estado propõe elevação do orçamento em 0,92%.

Está em tramitação na Casa de Leis desde setembro o projeto de lei para o Orçamento de 2017, onde o gestor público e os interessados no desenvolvimento de Rondônia, podem acompanhar a fixação das despesas e a origem das receitas que movimentam a máquina e os serviços públicos.

A previsão de gastos e de investimentos proposto pelo chefe do Executivo é de apenas R\$ 7.346.024.881,00 onde, respeitadas as transferências constitucionais e as aplicações determinadas pela Lei Magna para a saúde e educação, sobram ínfimos recursos para investimento em áreas como a produção, saneamento, segurança e habitação.

Apesar de Rondônia ser um dos estados da Federação que está no considerado “azul”, honrando seus compromissos de folha de pagamento e fornecedores, muito há o que se fazer para que haja manutenção nos próximos anos para essa valorosa marca da gestão Confúcio Moura.

Discutir com as lideranças do setor produtivo, com a mediação da Assembleia Legislativa pode ser uma boa saída para o breve futuro de virada de década, posto que estados como o Mato Grosso e o Goiás, concorrentes regionais no setor complexo do agronegócio, por exemplo já marcam pontos em relação aos investimentos para a elevação da produção, da qualidade e da comercialização de produtos como a carne, a soja, o milho e o leite.

Aqui em Rondônia, na Comissão de Agricultura e Pecuária da Assembleia Legislativa existe a defesa de elevação para

R\$ 18 milhões os investimentos em programas de apoio e fomento, por exemplo para a fruticultura e a piscicultura, sem falar nas necessidades prementes de recuperação das áreas degradadas e calcário.

Até dezembro, data final descrita pelo regramento legal da LOA, o legislativo pode fazer as devidas emendas na proposta do Executivo e este tem tempo hábil para os possíveis ajustes, dando respostas a discussões que a sociedade e o mercado estão sinalizando desde meados de 2016.

Para enfrentar a crise e manter os níveis de solidez das contas atuais do Estado é importante aproveitar essa elevação de quase 11 (onze) por cento e promover os devidos investimentos onde gera trabalho, renda e receitas públicas: o setor do agronegócio.

Na medida em que o governo aplicar esses recursos em programas de fomento para as atividades produtivas no campo, a economia cuida de fazer o giro na indústria, comércio e serviços por força de sua dinâmica natural.

Publicado em - Gente de Opinião - Todos os direitos reservados

Quinta-feira, 17 de novembro de 2016 - 20h21

Legislação do Licenciamento Ambiental em foco.

Tramita na Casa de Leis uma proposta revisional das tabelas que determinam os valores para as taxas de licenciamento ambiental para todas as atividades econômicas do estado de Rondônia; na prática desde que a Lei 3.769 de 21 de março do corrente entrou em vigor, muitos empreendedores dos segmentos: rural, comercial, de serviços e indústrias de pequeno, médio e grande porte foram surpreendidos com a robustez das guias referentes aos licenciamentos regulados

por legislação federal.

O Deputado Adelino Follador (DEM) ao ouvir reclames das três federações do setor produtivo, a FAPERON, a FIERO e a FECOMERCIO e de outros empresários proprietários de pequenas madeireiras, serrarias, cerâmicas e de processamentos de alimentos - agroindústrias, protocolou pedido de suspensão imediata dos efeitos do atual regramento, embasado em estudos técnicos referentes à essas atividades, onde pode-se exemplificar o caso de o empreendedor recorrer à SEDAM para legalizar o manejo florestal de uma propriedade de 2.300 ha que objetiva explorar madeira deve recolher três taxas - perfaz um total de R\$ 83.387,85.

Ao se comparar o mesmo projeto para execução no estado do Amazonas, o empreendedor rural teria que desembolsar R\$ 12.715,00 e no estado vizinho do Mato Grosso (concorrente regional) o empreendedor recolhe R\$ 8.317,26.

Outro exemplo seria comparar a legislação antiga (Lei 3.686 de 08/12/2015) para as taxas ambientais relacionadas com uma serraria de área total de 5000 m² com a legislação atualmente em vigor no estado (Lei 3.769 de 21/03/2016) para o mesmo empreendimento que recolhe em taxas para a SEDAM o valor total de R\$ 12.218,00.

Esses temas e outros relacionados com os desdobramentos dessa taxas em tempo de crise e a necessidade de o setor produtivo garantir trabalho e renda no campo e na cidade serão debatidos na Assembleia Legislativa no próximo dia 21 de novembro pela manhã.

Onde empresas e SEDAM poderão encontrar pelo diálogo um caminho mais seguro para garantir o desenvolvimento sustentável.

Investir no setor rural é garantia de saída da atual crise.

O agronegócio, em meio à crise política, a crise fiscal e a crise econômica brasileira, continua em 2016 velejando bem, apesar do mar revolto; continua rendendo divisas ao país e sinalizando com crescimento real em produção, para o alívio do executivo, dos poderes constituídos e da sociedade brasileira.

E não à toa a gigante Globo tem veiculado slogan sobre o Agro em horário nobre.

Talvez patrocinado pela CNA, mas certamente que fazendo justiça ao agricultor e pecuarista de todos os matizes. Isso nos conforta como cidadãos 'e verdade, mas cabe aos governos estaduais e a própria União ter uma clara política de incentivos para a produção agropecuária neste final de década para que o mundo ao comprar nossos produtos possa receber qualidade, perenidade e diversidade pelo preço justo.

Aproveitar o momento de aprovação em todos os estados do orçamento público para 2017 e no ano que vem as revisões de PPA - Plano Plurianual de Investimentos é uma forma de honrar esses produtores com mais do que propagandas e medalhas de honra ao mérito.

Promover a redução de despesas em áreas de menor importância e criar mecanismos de fomento e apoio racional ao setor rural e mesmo estratégico para que o Brasil possa vencer a crise porque passa atualmente; medidas duras e visão de futuro e mesmo uma receita ortodoxa, remédio amargo,

mas de resultado em médio prazo.

Mesmo em meio a turbulência no campo político e institucional, alguém precisa divisar os meios de garantir nos próximos cinco anos o desempenho e os resultados do setor que vem dando show de produtividade, perenidade e diversidade nos contratos com o resto do mundo: o agronegócio salva a balança comercial do país desde 2013, mas precisa agora de fomento e de apoio de pequenos investimentos. Investimentos que jamais podem ser encarados como despesas, pois trazem o necessário e bem-vindo retorno econômico em curto e médio prazos.

Os prazos legais para a revisão e a devida aprovação da LOA em todos os estados está à porta, mês de dezembro, portanto mãos à obra.

Publicado em - Gente de Opinião - Todos os direitos reservados

Domingo, 4 de dezembro de 2016 - 18h02

Investir no Agro é estratégico para o Desenvolvimento de RO.

Para os estados brasileiros a regra legal do planejamento orçamentário determina que até o final desse mês as assembleias legislativas possam analisar e aprovar a proposta do poder executivo e em seguida à sanção dos governadores, a peça elaborada com as previsões de receitas e despesas sejam publicadas na imprensa oficial para que surja a LOA - Lei do orçamento anual, com vigor a partir do primeiro dia útil de janeiro.

Ora, muito do planejamento e da visão de futuro dos governantes fica impresso na composição e na distribuição dos valores destinados às diversas unidades orçamentárias que compõem o pleno funcionamento da máquina estatal na sua LOA.

Mas também há nos elementos previstos e registrados no emaranhado de códigos e descrições de planos, ações e atividades o futuro de todos de determinado território geográfico, os estados e suas relações comerciais com os vizinhos e o chamado resto do mundo.

Previsões de investimento em setores estratégicos como a saúde e a educação, a segurança e a infraestrutura urbana e rural são de responsabilidade partilhada com os municípios que devem certamente elaborar as suas propostas locais de olho no que está previsto pelo governante maior, seja na União ou no estado onde o município pertence.

O planejamento orçamentário de um estado é certamente complexo, mas existem definições de investimento fáceis de verificar, como no caso de determinadas unidades orçamentárias onde com pouco o motor funciona e gera multiplicação de riqueza - dependendo, lógico de sua vocação.

Esse é o caso atualmente para boa parte dos estados do sul, sudeste e aqui do sul da Amazônia uma realidade expressa em seis anos de históricos de produção e produtividade: o agronegócio tem salvado o da balança comercial regional e nacional e definido a robustez do PIB nesses estados de vocação agropecuária.

É esse o caso de Rondônia que carece de investimentos hoje no setor da produção rural, para que gargalos como o empobrecimento do solo seja recuperado imediatamente para continuar como geradoras de oportunidades de riqueza.

É preciso colocar hoje os olhos em 2020.

Rondônia tem cinco pilares do agronegócio que precisam de reforço de investimentos; sendo elas: as cadeias produ-ti-

vas do leite, da carne, da piscicultura, dos grãos - em especial o café e a soja e a fruticultura.

Todas carecem de melhor atenção no quesito investimento.

Apesar dos fundos específicos, a SEAGRI e a SUDER devem estar na lista das unidades que comportem recursos suficientes para o devido investimento em recuperação de áreas degradadas, melhor logística para escoar a produção e o transporte e a entrega de calcário, insumos e adubagem; além é claro de criar um programa específico no Estado para a comercialização de produtos.

Estados como GO, MT e o MS já estão preparados para atingir mercados externos com o foco em seus principais produtos agropecuários.

As informações oficiais mostram que o PIB Rondônia 2014 representa 0,6% do PIB do Brasil e ocupa a 23^o posição no ranking nacional.

Na Região Norte, o valor representa 11,05 % do PIB da região, ocupando a 3^a posição ficando atrás apenas do Pará com 40,44% e Amazonas 28,13%.

O item com melhor desenvolvimento em 2014, segundo o relatório, foi a agropecuária que respondeu por 12,7% do total do valor adicionado bruto do estado e aumentou 8,5% em termos reais. Os principais produtos que contribuíram para o resultado em volume foram o cultivo de café (13,7%) e da soja (8,4%) na agricultura e a criação de bovinos (2,9%) no setor da pecuária.

Analisando esses números podemos dizer que devemos mobilizar recursos para o devido investimento no meio ru-

ral, preparando assim um cenário positivo para a chegada da nova década e para não perder na concorrência regional e nacional as posições que o agronegócio rondoniense já alcançou com muito esforço e competência desde o início desta década.

Investimentos em programas, projetos e ações no setor rural de Rondônia têm o condão de desdobrar rapidamente no comércio e na indústria, garantindo geração de riqueza, trabalho e renda direta para mais de 40 mil famílias e tem trazido marcas de geração de mais de 7 Bilhões em negócios por ano.

É mais ou menos como na fórmula 1; temos um carro bom, piloto também, equipe nem se fala; vamos colocar pneus melhores nessa máquina e combustível aditivado para alcançar melhores posições na concorrência pela venda de alimentos, o mundo espera mais de Rondônia na próxima década, a hora é agora.

Os doze trabalhos do executivo brasileiro.

Na compreensão do desenrolar de tantas emoções brasileiras desde o início do ano de 2015 cabem várias análises e muitas consequenciais.

É fato que a campanha eleitoral de 2014 dividiu muito o povo em todos os estratos sociais e não estou falando de divisão partidária ou de polarização, como os simplistas alardearam durante mais de doze meses após o início do exercício fiscal do ano anterior, falo aqui é de sonhos de milhões de cidadãos, contribuintes e consumidores da “prosperidade econômica brasileira”;

Muito importante analisar o Brasil que precisamos e que queremos ver em 2020 pelas ações desses últimos acontecimentos. Todos desejamos um país forte, bem administrado, refratário a crises e imune a divergências temporais de poder; pois a União deve ser realmente indissolúvel, como está na Constituição de 1988.

Ocorre que para isso em meio a turbulência das mudanças deflagradas pelo processo de impeachment as lideranças e as forças sociais e econômicas devem primar por um pacto social - para salvar o barco comum.

Todos estamos neste mesmo barco.

Um pacto social orquestrado pelo executivo é urgente.

Ações de curto prazo, de médio e de longo prazos devem ser apresentados e aprovados imediatamente frente a esse possível espetacular naufrágio.

Projetando cenários não positivos para os próximos anos é que vem à nossa luz a possibilidade de ainda nesse dezembro o apático poder executivo convocar uma cúpula dos poderes institucionais e definir ao menos 12 (doze) ações emergenciais para um pacto social - 2017/2020.

Esse pacto social deve ser consolidado em favor de estancar os furos no barco comum da nação brasileira e certamente que terão medidas amargas para todos, e não apenas para o contribuinte. Ouvindo muitos amigos ilustres de todo o país ocorreram as seguintes sugestões para o rei:

01 - Sancionar uma lei federal para que nos próximos 48 meses nenhum servidor público receba como salário o valor superior a R\$ 55.000,00;

02 - Sancionar uma lei federal que enquadra como alíquota única de ICMS o valor de 14%;

03 - Congelar os salários industriais e comerciais e de serviços nos valores de dezembro de 2016 por 24 meses;

04 - Liberar até 40% do saldo do FGTS para o pronto pagamento de dívidas pessoais;

05 - Criar um fundo único de apoio ao pequeno empresário com até R\$ 5.000,00 de apoio como microcrédito para abertura de negócios nos próximos 24 meses com isenção de impostos também por 24 meses;

06 - Renegociar a dívida pública dos Estados em falência para 20 anos;

07 - Reduzir pela metade as taxas de exportação dos produ-

tos brasileiros por 24 meses;

08 - Unificar em todos os municípios brasileiros a taxa de 3,00% para a cobrança do ISS;

09 - Não pagar em 2017 e 2018 o 13 para os aposentados e pensionistas civis e militares;

10 - Sancionar uma lei federal para que nos próximos 48 meses nenhum beneficiário do INSS receba aposentadoria superior a 39.000,00;

11 - Cobrar o imposto sobre fortunas da pessoa física em 5% para os rendimentos superiores a 2.400.000,00 e da pessoa jurídica em 5% com receita bruta anual líquida superiores a 1 Bilhão de Reais - considerando o balanço do ano de 2016;

12 - Determinar uma tabela de Imposto de Renda para a Pessoa Física isentando aqueles salários inferiores a R\$ 3.000,00 e aplicando três faixas apenas; uma de 10%, uma de 15% e outra de 25% para o enquadramento dos demais rendimentos.

Essas medidas emergenciais com prazos específicos para sua ocorrência passam a vigorar em primeiro de janeiro de 2017.

Assim, possivelmente o Estado, os poderes constituídos, os trabalhadores, os empresários, os pobres e os ricos poderão contribuir com um verdadeiro pacto social que traga alento e a oportunidade de correção de rumos. É imprescindível que algo ocorra nesse nível, pois como está, pior poderá ficar - a vida não beneficia a apatia e a indecisão; especialmente em tempos de crise.

Os próximos 24 meses e os 12 trabalhos de Hércules.

Diz a lenda que Zeus, o rei dos deuses olímpicos, que havia engravidado sua amante, Alcmena, proclamou que o próximo filho a nascer da casa de Perseu seria coroado rei de Micenas.

Hera, sua esposa, ao descobrir o fato, fez com que Euristeu nascesse prematuro de sete meses, antes do filho de Alcmena, Hércules. Zeus enfureceu-se ao saber do que ela havia feito, porém nada pode fazer; sua proclamação continuou em vigor.

Mais tarde, já adulto, Hércules assassinou sua esposa, Mégara, filha de Creonte, e seus três filhos, num acesso de loucura provocado por Hera.

Quando se deu conta do que havia feito, o herói se isolou, fugindo para o campo e vivendo sozinho. Foi encontrado por seu primo Teseu, e foi convencido a visitar o oráculo em Delfos, para recuperar sua honra.

O oráculo lhe contou que, como penitência, Hércules deveria executar uma série de doze tarefas, ou trabalhos, e servir doze anos a Euristeu, e ao final dos trabalhos ele se tornaria imortal.

Aqui no Brasil dos dias de hoje temos em semelhança com o caso dos deuses do Olimpo a recente saga das relações tumultuadas do PT e do PMDB, seus aliados, amigos e familiares com a Justiça; onde a Economia e as Relações Internacionais, tomando o lugar de Zeus, impuseram a necessi-

dade de saírem de cena uns e sentarem no trono outros.

Aqui no caso, outros é Michel Temer que tem pela frente a pedreira “hercúlea” de recolocar o trem do desenvolvimento nos trilhos e as coisas da política no seu devido lugar.

É fato que, sendo o presidente Michel Temer orientado pelo Oráculo, tem ele dois caminhos sem volta.

O primeiro é honrar os compromissos com o Brasil e com a Economia nacional - o que não é fácil e nem prazeroso - e ao final de 2018 receber os louros como herói nacional; o outro, menos bom, será converter ouro em carvão e ser relegado como a sua antecessora ao ostracismo e ignorância histórica.

Nosso Hércules que se cuide, pois, mesmo sem a devida condição ou mesmo liderança, vários pseudo-heróis e oportunistas de plantão já começaram a reverberar nosso infortúnio nacional e suas qualidades pouco visíveis - Hera não brinca e está armada com veneno.

Fica a sugestão para o nosso Hércules atual: não ficar chorando pitangas e se lamentando no campo dos infortúnios e da indecisão, corra e execute com fidelidade os trabalhos que lhe foram imputados pelo Oraculo da redenção nacional.

*Ano da Graça de
Nosso Senhor de 2017.*



Salmos 117,17

“Não hei de morrer; viverei para
narrar as obras do senhor”

Ano novo e muitas tarefas para o brasil.

Neste primeiro artigo de 2017 quero desejar sinceramente a todos os leitores do jornal Gente de Opinião a plena realização de seus objetivos pessoais e profissionais e também espirituais, visto que um ser humano completo busca todo dia melhorar como pessoa.

Em dezembro, antes das férias merecidas, escrevi que o nosso presidente Michel Temer teria em 2017 e 2018 algumas tarefas, dentre tantas e inúmeras, aqueles doze trabalhos de Hércules; pois bem, apenas para recordar falando dessas tarefas, recordo de maneira geral que serão 24 meses de intenso trabalho para recuperar a economia e os valores básicos de nossa sociedade.

Não cabem projetos pequenos de pequenas reformas é preciso que o Congresso e os ministérios possam com a coordenação do nosso presidente e todos os governadores um pacto social e econômico sem precedentes para que alcancemos o ano de 2020 em melhores condições.

Precisamos reverter o déficit de mais de 155 bilhões e retornar os empregos de quase 12 milhões de pais e mães de família.

É imprescindível que até o mês de maio o governo tenha realizado as coalizões e as formatações necessárias, caso contrário teremos um ano mais ou menos e um próximo 2018 sem cenário produtivo.

Portanto a tarefa é colocar mãos à obra. O mantra desse ano é mesmo: trabalhar, trabalhar e trabalhar.

Liberação de contas inativas do FGTS

Essa semana o governo federal realiza uma ação importante para a economia nacional que será a liberação para saque das contas inativas do FGTS ao longo desse exercício que podem ser utilizadas para o pagamento ou quitação de dívidas, o que poderá desafogar bastante o orçamento familiar e esfriar a cabeça de aproximadamente 10 milhões de pais e mães de famílias no país.

Mas quem pode realizar o saque do FGTS, exceto a decisão feita pelo o Governo Federal de liberar as contas do FGTS Inativas desde 31 de dezembro de 2015; atualmente pelas novas regras são: Quem possui FGTS inativo por mais de 3 anos; Aposentados e pensionistas; Vítimas de desastres naturais; Falecidos; Financiamento de casa própria; Doenças em estado terminal; Doenças graves (Câncer, AIDS, entre outros). Nessa exceção descrita em Calendário de pagamento do FGTS 2017 vai ser divulgada pela CAIXA no dia 14 de fevereiro.

Os saques poderão ser feitos pela Caixa Econômica Federal, em lotéricas ou em qualquer posto de atendimento da Caixa Econômica Federal, para sacar basta estar portando o documento de identidade e o seu cartão cidadão. Os trabalhadores estão ansiosos para realizar os saques, é importante fica atento (a) a divulgação do calendário que vai ocorrer em breve, tudo indica que os pagamentos serão realizados pelo o mês de nascimento dos beneficiados, essa vai ser uma grande oportunidade para o Governo aquecer novamente a economia do Brasil, segundo o presidente Michel Temer em pronunciamentos de janeiro será injetado aproximadamente 30 bilhões de reais na economia.

Agronegócio de Rondônia em 2020.

Ainda recorro em 1997 quando a Federação das Indústrias lançou o compêndio comemorado e conhecido como Perfil Socioeconômico e Industrial de Rondônia, participei da competente e multidisciplinar equipe de elaboração comandada pelo engenheiro William Curi.

Aquele documento balizou até o ano 2000 muitos projetos em nossa amada Rondônia. Projetos públicos e projetos do setor privado.

Na primeira década deste novo milênio o segmento que efetivamente prosperou e ocupou o espaço do extrativismo foi o rural com destaques para a produção de carne, leite, milho, soja, café, cacau, frutas e mais recentemente a piscicultura.

Nesse último lustro temos como colunas fortes do agronegócio de Rondônia a cadeia da carne e a cadeia do leite que formam nosso parque industrial com os frigoríficos e os laticínios manuseando matéria prima na casa de 2,4 milhões de abates ao ano e 2,35 milhões de litros de leite ao dia.

Não há quem não observe no café e na soja também a elevada produção e o bom comércio com boas divisas e para arrematar atualmente, num esforço desde o ano de 2011, produtores criando e buscando vendas para 70 mil toneladas de peixes.

Tudo isso é o hoje agronegócio de Rondônia.

São mais de 111 mil propriedades em cinquenta e dois mu-

nicípios, uma Secretaria de Agricultura plena de conhecimento e vários sindicatos e associações rurais que desempenham grandioso trabalho na produção e na melhoria da qualidade.

Temos ainda três pilares técnicos quais sejam a Embrapa, a IDARON e a EMATER.

Isso tudo é um sistema intrincado para se administrar e promover os diversos e diferentes interesses comerciais.

Mas é fato que na concorrência regional com os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Goiás precisamos mais união e esforço técnico e político maior.

O estado de Rondônia precisa de um plano estratégico para suas principais cadeias produtivas; as que estão organizadas e aquelas em processo de fortalecimento ou iniciantes. Esses estados acoplados aqui ao sul da Amazônia e que fazem fronteira com a Bolívia e o Paraguai já estão em fase de implantação de seus respectivos planos, e a divulgação internacional de seus produtos, que são iguais aos nossos, começaram em 2015.

Precisamos alinhar rápido os nossos esforços para imitar os bons e assegurar que o agronegócio de nossa amada Rondônia receba a atenção e os investimentos necessários de maneira que ao raiar de ano vindouro de 2020 sejamos páreos preparados para atender os mercados interno e externo com profissionalismo.

Meditando sobre o lema da CF de 2017.

Caros amigos e amigas leitores dessa coluna no jornal Gente de Opinião, amanhã começa mais uma quaresma e como desde a década de sessenta, a CNBB nos convida a meditar, à luz das escrituras e dos sinais espirituais dados a nós por meio dos sempre alertas, os profetas, um lema simples, mas de uma profundidade abissal: Cultivar e guardas a criação.

Essa assertiva está em Gênesis no capítulo 2, versículo 15 convidando a todos nós e cada um de nós a refletir sobre o que é mesmo que estamos fazendo a respeito de construir e manter cidades onde moram pessoas humanas, nós e nossas famílias, afinal de contas, por mais básico que pareça, ainda não temos outro planeta reserva.

Isso mesmo, pasmemos todos nós com essa frase: não existe nem a longo prazo a possibilidade de um condomínio espacial em Marte, Vênus ou no centauro-327 desses identificados na galáxia ali na década de noventa, distantes daqui de nossa Casa (Terra) algo em torno de 100 mil anos luz, pertinho; mas nós estamos aqui, no velho planeta de sempre. Neste paraíso que o Criador nos presenteou há milhares de anos.

Mas, em nome de uma exploração voraz, cada vez mais tecnológica e menos-humana, estamos degradando o paraíso; a despeito de amealhar alguns milhões de dólares a mais por mês ou por ano de intensa atividade, estamos decretando a falência do modo de vida de nossos netos e bisnetos.

A reflexão maior por meio dos estudos dos Biomas do Brasil, quais sejam: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pampa, Mata

Atlântica e Pantanal que a Igreja Católica nos coloca nesses próximos 40 dias é simplesmente a pergunta que não quer calar: para onde estamos indo com nossa Casa Comum?

Quanto de lixo podemos produzir e quando vamos mesmo reciclar?

Quanto vale poluir indiscriminadamente e impunemente os rios, lagos, praias, selvas, córregos e outros ativos naturais dos quais todos dependemos para viver e sobreviver?

Parece mesmo que o apocalipse das prerrogativas humanas de permanecer no jardim do Édem iniciou no final do século passado; ainda que inúmeros cientistas, alguns políticos, artistas, escritores, muitos religiosos e também empresários conscientes discorreram sobre os perigos que nos rodeiam, parece que em vão; pois as molas do consumismo e as engrenagens da corrupção e das falsas tecnologias espremem cada dia os sonhos de viver em comunhão e fraternidade, gozar das delicias desse maravilhoso jardim de Deus.

Eu penso que anda faltando, há mais de um século de ganância, é o respeito ao ambiente e também ao vizinho e a todos os inquilinos (nós mesmos e nossas famílias).

Posto que tudo e que todos estão interligados, todos moramos e morremos nessa tal de Casa Comum.

Amanhã começa a Campanha da Fraternidade 2017 e nessa mais uma quaresma, Deus, por meio dos homens mais espiritualizados que nós, grita aos homens: acordem para a vida!

Desafios do Brasil para sair da crise instalada.

Aos amigos e amigas leitores do jornal gente de opinião minhas sinceras saudações. Finalmente, após o carnaval, vamos começar o ano de 2017.

Deus nos abençoe e proteja nessa empreitada que é promover de alguma forma, do nosso lado, do nosso jeito algum ajuste e influência nesse projeto de novo Brasil.

O presidente Temer tem governabilidade. A base formal no congresso é de 416 cadeiras, distribuídas entre o PMDB, PSDB, PP e PR. Sendo que esses mesmos partidos detêm 65/100 dos ministérios.

É um cenário de trabalho e oportunidades para o gestor maior do Brasil.

Eu diria que até dezembro ele pode empreender o grande trabalho de maestro para recuperação de nossa economia.

Mas tem que se orientar pelas propostas oriundas do meio empresarial via confederação da indústria, comércio e de agricultura e pecuária.

Os especialistas dessas entidades e seus líderes indicam quase em uníssono que o governo precisa:

- 01 - Recuperar o consumo das famílias;
- 02 - Controles austeridade no gasto público;
- 03 - Flexibilidade nas relações trabalhistas;

04 - Melhorar gradativamente o investimento privado;

05 - Retomar as exportações;

06 - Parcerias público e privado para a melhoria da malha viária.

Eis aí o mote das oportunidades, vamos para o trabalho, para a prática.

Mas fazendo sempre as nossas orações com muita fé.

Pequena nota sobre a carne fraca.

Meus amigos e amigas leitores do jornal Gente de Opinião, a sexta-feira passada, dia 17 de março é um daqueles dias, como diz o diretor geral do Jornal Nacional, William Bonner, histórico.

Histórico e pouco responsável por parte desses meios de comunicação foi o formato das reportagens alarmistas que tem um condão de prejudicar uns e enaltecer outros. Isso em se falando de mercado nervoso de commodities, especialmente com um figurão novo como o presidente eleito dos USA que não para de falar abobrinhas, arrepiando a todos nos quatro cantos do mundo.

Entenda melhor o que estou dizendo, o setor de carnes (bovina, frango e suínos, principalmente) é um dos poucos onde a sociedade brasileira consegue ter liderança na arena global. São centenas de empresas que empregam mais de um milhão de pessoas diretamente e indiretamente, têm certificações internacionais sofisticadas difíceis de serem conseguidas, reputação global, compram produtos de milhares de produtores rurais que têm suas famílias dependentes destas empresas, e são responsáveis por mais de US\$ 12 bilhões anuais em exportações de produtos feitos no Brasil para mais de 150 países, contribuindo para que sejamos um país comparativamente com oferta abundante e barata de carnes à nossa população.

Uma ação da polícia federal em dois ou três estados com o foco de cobrar seriedade de 10 ou 12 empresas e mais ou menos 50 ou 60 pessoas de comportamento duvidoso e que pertencem certamente ao lado negro da força é uma boa;

mas dar um tom de tsunami na praia de Copacabana é outra coisa.

Prisão aos que erraram em conduta e punição imediata, mas delongar e denegrir com matérias mal-acabadas um parque nacional de prosperidade, construído em duas décadas de compromisso ético e muita seriedade, aí é jogar contra e procurar fazer gol para os times adversários no mercado mundial de alimentos.

Não podemos cometer o erro das generalizações que vem sendo feito desde o final de semana passada. É preciso antes de mais nada, respeitar uma das poucas coisas da nossa sociedade que o mundo admira.

Torcer pelo fracasso destas empresas é torcer pelo fracasso do próprio Brasil.

A comercialização de carnes no mercado interno e externo são fundamentais para economia nacional. Esse fator coloca em cheque não só a credibilidade das unidades frigoríficas, mas todo o trabalho desenvolvido da porteira para dentro, uma vez que o crime desta proporção pode fechar mercados internacionais, e até diminuir os índices de consumo de carne.

É um momento de buscar imediatamente vincular a imagem do produtor rural, que investe em tecnologia e Boas Práticas Agropecuárias, para produzir alimentos é uma preocupação, que só não é maior que os danos conferidos aos consumidores da proteína animal, vencida e mascarada pelos frigoríficos, e à proporção de perdas econômicas que isso poderá gerar para a nação brasileira.

Sobre as ações para a meta fiscal de 2017 e de 2018.

Eu li na Reuters que a equipe econômica do governo federal calcula que o contingenciamento necessário para cumprir a meta fiscal de 2017 deve ficar em torno de 30 bilhões de reais; li também que além disso, a ideia é arrecadar cerca de 14 bilhões de reais elevando impostos e outros 14 bilhões de reais com receitas extraordinárias, devendo dessa forma cobrir o rombo detectado de 58,2 bilhões.

Olha isso é mesmo uma necessidade, mas é imperioso que as receitas advindas da cobrança de impostos dos mais ricos, com uma modificação e uma necessária correção urgente na alíquota e na tabela do IR pessoa física e jurídica deve ser apresentada e votada esse ano, posto que a classe média do Brasil não deve arcar sozinha com essa conta, que não fecha desde o ano de 2010, não é de agora não.

Outras medidas impopulares que o presidente e os seus ministros precisam coragem para tomar é a mudança esse ano do ICMS para nivelar em todo o país a guerra fiscal. E também o ISS para as quase seis mil prefeituras. Passando o imposto estadual nivelado em 12% e o imposto municipal nivelado em 5% auxiliará de imediato à elaboração dos PPA e das LDO e também a LOA em todo o país para o exercício de 2018 que deverá ocorrer para o bem de todos e felicidade geral da nação. E acima de tudo, iniciar urgente uma campanha nacional com os gestores públicos de todas as esferas sobre a arte de controlar gastos operacionais.

Outra medida que o executivo deve tomar e o congresso deve votar até meados de setembro é a questão de encerrar

a participação do Estado em empresas que não dizem respeito à sua estrita ação constitucional; isso sim demonstra bastante seriedade de ambos os poderes em tempos de crise social e econômica e pode repercutir mui positivamente no fechamento das contas nacionais em dezembro de 2018, podendo o atual presidente imaginar que terá procedido como a nação espera de alguém que está de passagem.

Remendos jurídicos e ausência de reforma.

Caros amigos e amigas leitores do nosso Gente de Opinião, gostaria neste último dia do chuvoso mês de março deixar uma nova contribuição para a reflexão e possíveis ações futuras- que seja bem próximo.

É sobre esse emaranhado de leis fiscais, uma teia infinita de mal-entendidos de operadores dá lei que cresce assustadoramente no país. Desde os últimos 20 anos.

Muitos debates, acórdão, liminares, ações cíveis, para tentar compreender e dissecar nos demoradas tribunais as questões de arrecadação e tributação.

O Brasil tem uma carga pesada de quase quarenta por cento que onera sobretudo a nossa competitividade empresarial e destrói o sonho de muitos empresários e empreendedores.

É assim: toda a base do sistema fiscal de arrecadação no Brasil para o campo e a cidade, para o comércio, indústria, produção agropecuária e serviços carece de uma reforma urgente.

Fazer a coisa mais simples parece impossível para os burocratas.

Esses remendos jurídicos desde a constituição de 1988 só rende divergência e injustiça social e econômica.

Simplificar o sistema federal, estadual e municipal de arrecadação é urgente. Não há porque a União receber o maior bolo fiscal.

As atividades de saúde, educação, transporte, armazenamento, segurança, fiscalização, seguridade social e outros acontece nas cidades.

É nas cidades e na administração pública de um Estado que o cidadão recebe a ação pública. Não é nos corredores do poder Central.

Seria melhor por exemplo que o ICMS tivesse uma mesma alíquota de 12/100 e que o ISS também fosse um só em todos os municípios, talvez 5/100; seria bom que o IR pessoa física fosse cobrado para a renda anual superior a R\$ 38.000,00 - entre outras coisas que podem ser simplificadas.

Vale ou não vale a reflexão?

Continuamos no mais do mesmo.

A respeito da enorme lista já alcinhada de lista de Fachin, divulgada no Brasil ontem, gostaria de tecer três ou quatro linhas para os leitores do nosso Gente de Opinião nessa véspera de Sexta-Feira da Paixão de Nosso Salvador, Jesus.

A lista do Ministro do STF tem Ministros, Senadores, Deputados, empresários e outros componentes da fauna e da flora da, infelizmente, já conhecida corrupção brasileira - terra do famoso jeitinho.

No princípio da década de noventa os personagens dessa fauna e flora corrupta eram os senhores Sarney, ACM, Jader Barbalho, maluf (escrito mesmo em letras minúsculas) e outra dúzia.

Todos deixamos rolar. Eram poucos. O tapete escondia milhares. E nós (sociedade) deixamos rolar. E para nossa má sorte essa imagem equivocada de pessoas intocáveis apenas ganhou corpo e forma gigante. Os políticos e empresários e empresários e políticos entraram em simbiose "corrupta-eles" ...

Ninguém se incomodou. Tudo Bem. O Brasil é rico. E o que poderia ser há 25 ou 26 anos uma simples e decente poda de árvores ruins, galho fraco, agora é na verdade uma grandiosa operação, caríssima para os cofres públicos, caríssima para a imagem institucional e comercial do Brasil, ações e cirurgias demoradas e complexas para salvar um doente.

Nossa esperança é que tenha cura.

Brasil, dimensão continental e pouco capital político.

Aos amigos e amigas leitoras dessas poucas linhas escritas aqui no espaço do jornal Gente de Opinião quero me congarçar com todos, rogando a Deus que seja sempre benevolente e amigo dos brasileiros, apesar de nossas “líderanças”.

Digo isso porque na década de setenta quando estava cursando os primeiros anos de escola tínhamos professores que nos ajudavam com o aprendizado e também com a moral e o civismo, até meados dos anos oitenta era isso que os mestres nos repassavam em meio ao português, matemática e geografias.

Aprendi com as professoras que o Brasil é um país continental, mas eu vi mesmo o que isso significa quando já adulto e profissional pude viajar por todo o território nacional e conhecendo a todas as capitais e o DF conferir esse conceito que remete a quase nove milhões de quilômetros quadrados.

Realmente é enorme o espaço geográfico do país para apenas quinhentos anos de desenvolvimento e progresso. Realmente do ponto de vista histórico há muito que aprender e trabalhar nessas terras de Cabral.

Mas sinceramente pelo capital político que dispomos hoje e que foi forjado desde o início dos anos noventa, estaremos fadados a outro século ou mais de vida colonial, periferia mesmo do mundo.

Não há líderes. Não há compromisso com a República.

Não há moral, estão desconstruindo as famílias e os faróis de civismo, união, integralidade e patriotismo na estão apagados.

Adormecidos.

A cada início de semana, desde o ano de 2015, somos combatidos com notícias que falam muito desse capital político que herdamos.

Muita corrupção, muita desfaçatez, muito dinheiro público desviado e mau empregado.

Pelo andar das carruagens devemos colher até 2020 muito desconforto como resultado dessa desarmonia colossal.

O Brasil não é mais um país continental, mas um agrupamento de 27 unidades desgastadas, desencontradas, concorrentes e adoecidas.

Às vezes penso que talvez seria bom (?) repartir a nação, dividir, criar dela umas cinco ou seis novas nações e deixar que cada um que cuide do que acha que é seu.

Mas na verdade, o que é preciso é um plano estratégico, de homens e mulheres de garra, de efeito e de uma grande reestruturação para os próximos vinte anos.

Urgente.

Vamos logo, retirar esse sistema da UTI que se encontra e dar-lhe vida nova.

Recursos para o desenvolvimento não faltam.

Em Rondônia, recursos para o desenvolvimento urbano e rural sustentável não faltam, pelo menos do ponto de vista do orçamento do Estado e de suas relações organizacionais internas e externas por meio de parcerias e fomento.

Para se ter uma ideia numérica, dos R\$ 7,346 bilhões do orçamento apresentado pelo poder executivo e aprovado pelo poder legislativo para o exercício fiscal desse ano de 2017, existem 1,845 bi nos exatos vinte fundos criados por legislação, ora federal, ora estadual e que são em última instância um formato de gestão compartilhada, sendo que a maioria desses fundos têm algum colegiado onde empresas e a sociedade civil detêm assentos, às vezes até mesmo em número paritário com o Estado, em que pese que a gestão e a presidência sempre sejam do administrador público.

Para promover e fomentar o setor produtivo, grande gerador de empregos, renda, trabalho e prosperidade tributária, existe no orçamento do Estado de Rondônia temos os fundos: FIDER com R\$ 14.315.000,00; o FITHA com R\$ 138 milhões; o FESA com R\$ 15 milhões; o PROLEITE com 8 milhões e o mais novo do ramo conhecido como FECOEP com 11 milhões e o fundo nanico FUNCAFÉ com apenas R\$ 68 mil reais.

Significando apenas 2,53% do total do orçamento desse ano. Segundo consta nos meios da administração pública, recursos há, mas faltam projetos e a boa defesa desses projetos nos meandros da legislação pesada e da burocracia obesa. Realmente isso pode ser apreciado pela lista infundável de documentos que as organizações da sociedade civil (Tercei-

ro Setor) têm a obrigação de apresentar para a captação desses recursos.

Sem falar do tempo dos trâmites que normalmente gira em torno de 100 a 180 dias para a escalada penosa da torre de acesso. Tem que ter fôlego, musculatura e cidadania para tal.

Para promover melhores dias a Rondônia, especialmente no próximo ano (2018), véspera de final de década, é imprescindível ao setor produtivo aproveitar os sinais na L.D.O, já apresentada pelo Poder Executivo, que deverá tramitar na Assembleia Legislativa que ao longo do próximo semestre se transforma em Lei orçamentária e que deve ser aprovada até dezembro próximo.

Promover o acompanhamento e a discussão é atitude significativa, especialmente para os que representam e têm paixão pelas cadeias produtivas: leite, café, grãos, carne e o transporte; onde uma parceria melhorada do Estado com o Mercado, com o Terceiro Setor e com as prefeituras e a própria União certamente que viabilizará melhorias no escoamento rodoviário e fluvial de nossos produtos, resgatando a manutenção e a segurança de empregos e renda.

Produtos do agro sustentam recorde na balança comercial brasileira, de novo.

A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) publicou sexta feira passada (12/05) que os produtos do agronegócio foram responsáveis pelo recorde no superávit da balança comercial brasileira, de novo; foram US\$ 21.4 bilhões, no primeiro quadrimestre de 2017.

Isso significa um resultado 61% superior a igual período do ano passado.

Outro dado importante do estudo feito pela mesma confederação mostra que, de janeiro a abril deste ano, as vendas externas do agronegócio brasileiro atingiram US\$ 29 bilhões.

Esse valor equivale a 42,6% do total das exportações do país no período.

Destaque ficou para as exportações do setor sucroalcooleiro, que cresceram US\$ 857.5 milhões nos açúcares bruto e refinado.

A soja em grãos também teve bom desempenho, com adicional de US\$ 1.9 bilhão nos primeiros quatro meses de 2017 na comparação com igual período do ano passado.

Os estados de Roraima e do Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, tiveram desempenho diferenciado nas exportações do agronegócio.

Roraima, por exemplo, mais que dobrou as vendas externas

no primeiro quadrimestre, em comparação com 2016, e você não está lendo errado ou a CNA escrevendo errado não; trata-se de RR mesmo que adicionou + 1,1 milhão de dólares exportando açúcar e outros + 1,4 arroz não parbolizado.

Aqui em Rondônia devemos nos preocupar com os nossos planos de curto, médio e de longo prazos.

Já o Distrito Federal foi, de maneira proporcional, a unidade federativa que mais ampliou suas exportações no segmento do agro das das exportações de soja em grãos.

Possivelmente este desempenho do agro já pelo sétimo ano tenha pesado na balança política das decisões do planalto central em relação ao Funrural e sua nova alíquota.

Viva o agronegócio brasileiro.

Resultados divulgados pela seagri.

Aos caros amigos leitores dessa nossa coluna no Gente de Opinião quero desejar um mês de junho maravilhoso na Graça e na Paz.

Estive pela sexta vez na FEIRA RONDÔNIA RURAL SHOW que este ano conquistou mais um degrau na difusão de tecnologias pelo novo local e pelos cultivares plantados com muito esmero em quase 11 hectares de áreas onde órgãos públicos e empresas do setor comercial puderam exibir seu trabalho, suas pesquisas e suas máquinas e equipamentos, com destaque para a irrigação.

Mas deixou muito a desejar no quesito da infraestrutura, talvez as chuvas intermitentes (de sempre) no começo desse ano tenham prejudicado a questão do correto dimensionamento do potencial de energia e ainda a questão do arruamento de seus acessos externos e internos.

Mas vale ressaltar que sem a determinação da equipe da SE-AGRI e de outras secretarias de governo estadual e federal essa edição teria sido ainda no endereço antigo.

Passando aqui para os números, ontem eu ouvi o secretário de estado da SEAGRI, Evandro Padovani, na entrevista para o amigo Mauricio na rádio Rondônia; e pelas expectativas do amigo de Vilhena, os bancos vão esgotar esse ano os valores de financiamento do plano safra 2016/2017.

Ainda bem que em julho já teremos novos valores, com taxas mais atrativas e dois novos programas para o próximo plano safra 2017/2018.

Segundo o titular da SEAGRI perto de setecentos milhões de reais serão destinados ao setor produtivo por meio de projetos para o custeio e a produção. Mas é bom esperar o início de julho quando os bancos podem realmente finalizar o balanço geral desse financiamento e a divulgação oficial.

Em 2015 e 2016, juntos, eu lembro que foram mais de cinco mil propostas convertidas em empréstimos e que somados nesses dois anos, Rondônia chegou a 550 milhões de Reais.

Na entrevista também foi divulgado números de comercialização dos artesãos e das agroindústrias familiar que superou a marca dos trezentos mil reais.

Não há quem segura mesmo, por enquanto, a força do agro-negócio desse estado.

Correção da tabela do imposto de renda 2017/18.

Em meados do Mês de maio o presidente Michel Temer disse que a ampliação da faixa isenta para a cobrança de Imposto de Renda (IR) é uma medida positiva, mas que, considerando a situação pela qual passa o país, esta possibilidade estava, fora dos planos do governo.

Ele falou essa sentença em entrevista a emissoras de rádio, sobre aumentar a faixa de isenção do IR, Temer disse que não há absolutamente nada de concreto sobre o assunto. “Houve uma fala sobre a possibilidade de aumentar a faixa de isenção. Não há concretamente nada [a respeito disso]. Claro que seria bom para alcançar uma maior margem de trabalhadores e para a economia, porque em vez de pagar tributo, ele [o contribuinte] consumiria. É bom, mas é complicado [porque diminuiria a receita do Estado]”, no programa Agora Brasil, da Rede Nacional de Rádio em parceria com a NBR – canal de TV da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Graças a Deus que o Ministro da Fazenda e o secretário do tesouro já estão sinalizando com a possibilidade de no final desse mês haverem concluído um estudo técnico sobre uma possível correção entre 5 a 10 por cento.

Isso será muito importante para aquecer o consumo interno. Esperamos que o presidente esteja atento a seus assessores, já que aos mais de 60 milhões de trabalhadores e profissionais liberais que sonham com essa correção desde 2014, pelo menos até maio passado, ele não os tinha entendido.

Noticia boa para os gestores de Organizações do Terceiro Setor.

Nesse artigo vamos falar um pouco sobre o terceiro setor e sobre essa nova e complexa lei 13.019 e seus desdobramentos nos estados brasileiros.

No sitio da ABONG e também na ABCR - saiu informe para o setor público e para o setor privado, especialmente para aqueles abnegados gestores de entidades filantrópicas do terceiro setor que a partir de janeiro de 2016, quando entrou em vigor a Lei 13.019, organizações da sociedade civil passaram a ter acesso a benefícios que não mais exigirão uma certificação complexa e demorada recorrente em outras leis mais antigas e que definitivamente emperravam a captação de recursos privados para a consecução dos seus nobres propósitos.

Com essa nova legislação, em vigor há 18 meses, está previsto a condição de receber doações incentivadas de empresas, e também o de distribuir prêmios e realizar sorteios com o objetivo de captar recursos.

Esses benefícios eram permitidos até 2015 apenas para aquelas entidades certificadas como OSCIPs (organizações da sociedade civil de interesse público) ou certificadas como de UPF (Utilidade Pública Federal).

Agora valem para todas as organizações da sociedade civil. Mas, sempre tem, o mas; para fazer jus a esses benefícios, o requisito principal é que as organizações interessadas devem ter pelo menos uma das finalidades elencadas no artigo 3o. da Lei 9.790 - a lei das OSCIP, o qual transcrevo

abaixo para o devido alerta.

Art. 84-B. As organizações da sociedade civil farão jus aos seguintes benefícios, independentemente de certificação:

I - receber doações de empresas, até o limite de 2% (dois por cento) de sua receita bruta;

II - receber bens móveis considerados irrecuperáveis, apreendidos, abandonados ou disponíveis, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

III - distribuir ou prometer distribuir prêmios, mediante sorteios, vale-brindes, concursos ou operações assemelhadas, com o intuito de arrecadar recursos adicionais destinados à sua manutenção ou custeio.

Portanto caros amigos que ainda não optaram em mudar seus estatutos, essa é a recomendação: corram e o façam, os cartórios os esperam e também um mundo novo de oportunidades de captação de recursos empresariais.

Guajará Mirim, uma pérola de necessidades.

O município de Guajará Mirim é o segundo maior município em extensão territorial de Rondônia e o oitavo em contingente populacional, entretanto amarga uma espécie de isolamento da capital e do desenvolvimento social econômico; registra um IDH-M de 0,657 e um PIB per capita de quase 12,5 mil reais.

Seguramente por natureza de sua proporcionalidade em relação às terras produtivas, o agronegócio não demonstra ainda o seu pleno vigor, dado que ali dos 24.856 Km² apenas 6,0 % são dedicadas as atividades inerentes a economia rural.

Está na Wikipédia que em maio de 2009, na cidade do Rio de Janeiro, Guajará-Mirim recebeu o título de “Cidade Verde”, outorgado pelo Instituto Ambiental Biosfera, em razão de seu mosaico de áreas protegidas, que fazem, da cidade, um dos maiores municípios brasileiros em termos de áreas preservadas.

Naquela data outras 29 cidades brasileiras também receberam o mesmo prestigiado prêmio.

Eu fico aqui imaginando que de 2009 a 2012 tivemos a edição, finalmente do novo código florestal e que, a regra em geral para os municípios é de 20 por cento de reservas e oitenta por cento para a produção.

Na pérola do Mamoré temos a relação de 95 por cento de preservação contra apenas 5,0 por cento aptos para a produção e a geração de riquezas; isto posto, Guajará Mirim, o

seu prefeito atual, Cicero Noronha (DEM) e sua gente tem muito a fazer para promover o desenvolvimento sustentável, mas que seja economicamente viável para suprir as necessidades de quase cinquenta mil guajaramirenses.

Navegando pelos intrincados corredores do poder em Porto Velho e na cidade de Brasília o alcaide poderá ser apresentado a inúmeros planos mirabolantes, mas certamente que o simples e velho poder local poderá ser o adstringente.

Unir os locais em torno de um projeto de resgate da alta estima, desenvolver e empoderar lideranças com doses calculadas de empreendedorismo social e cultural para o setor urbano e procurar somar aqui ainda um componente forte para o setor rural.

Produzir, industrializar e vender aquilo que é de Guajará Mirim poderá ser uma bela saída para a melhoria da qualidade de vida nos próximos anos. E isso terá início com um bom diagnóstico associativo e um planejamento estratégico.

Portanto, vamos lá.

Coloquemo-nos à obra.

República do salve-se quem puder.

Os acontecimentos no país desde o ano de 2014 são realmente um grande teste para o povo, que anda meio esquecido, aliás, mais do que nunca esquecido nessas terras de Santa Cruz, conhecida mundo afora nos últimos 500 anos como terra brasillis, ou Brasil para os íntimos da Europa.

Mas esses acontecimentos não são mesmo de agora, foram construídos desde a promulgação da nova Constituição de 1988 em que esse mesmo povo esquecido foi motivado, embalado e emocionado com o sonho da democracia representativa (rotativa) onde de quatro em quatro anos vemos nascer mais cinco ou seis partidos novos com o anseio de verdadeiramente construir um projeto de nação, longe destes a ideia de se locupletar ou de usar recursos do fundo partidário que os sustentam de pleito em pleito.

Vivemos desde a chegada da do novo milênio várias revoluções educacionais ditadas pelo Conselho Federal de Educação e pelo senado federal com inúmeros avanços nas grades curriculares e na abertura do comercio da educação.

Temos também um sistema único (único mesmo) no mundo inteiro chamado SUS que retira de muitas famílias o sono e o suspiro da liberdade de conviver com os seus de maneira digna nos momentos de tratamento continuado e até mesmo em ações básicas como é o de consultas e exames simples.

Mas para melhorar o sistema, veio um partido em 2003 ao poder e por força de mensalões no congresso nacional implantou entre outras propostas modernas e inigualáveis as

cotas divisórias sociais para o acesso ao ensino superior e também para o acesso ao serviço público, tão cobiçado por todos os nascidos no Brasil, especialmente pelos salários altos da esfera federal.

Atualmente estamos com os três poderes em estreita rota semanal de colisão, com juízes e desembargadores assumindo os holofotes e o palco, sempre destinado aos políticos e empresários; e ainda temos um perfeito sistema judiciário onde os renomados advogados e juristas públicos, todos concursados, nenhum indicado pelo executivo, ditando entre outras regras, como se fossem legisladores, incluindo aí os seus próprios salários e benefícios.

Tudo isso porque a terra brasillis está sem comando desde os últimos 36 meses.

Incrível, como o povo brasileiro é condescendente com seus poderes constituídos; em especial com o executivo.

Nesse tempo de República do salve-se quem puder, vale tudo para uns e outros, em flagrante exercício fraudulento do poder, exercendo comandos temporários e factoides e sutilmente, ou às vezes, às claras, legislar em causa própria.

Para muitas coisas boas nos Estados Unidos, o povo de lá gosta de dizer uma frase efetiva: Deus salve a América; por aqui, nos gabinetes e nos corredores dos palácios de Brasília, estão iniciando uma campanha nova desde o ano de 2014 que pode ser resumida com a seguinte frase: Brasil.

Salve-se quem puder.

Um semestre para a história do país.

E começamos o segundo semestre de 2017 e o país ainda não dá sinais de recuperação econômica para o poderoso ano das eleições que se aproxima.

O atual presidente da república, doutor Michel Temer continua sem ouvir o clamor da indústria e dos empregadores de micro, pequenas e médias empresas e o clamor da nação por redução de impostos e redução também do tamanho do Estado e da presença deste em setores da economia que não há o devido e justificado espaço.

Eu lembro que em dezembro e janeiro o presidente Temer reuniu com alguns grandes empresários e também economistas renomados, penso que foi um dia ou dois de bálsamo para a mente cansada de reuniões onde o que impera são pedidos e ideias políticas mirabolantes e claro, muita fofoca.

O poder tem mesmo muito disso.

Mas cabe ao detentor momentâneo do alo magico da liderança caminhar pela lógica e pela voz de Deus.

E hoje a voz de Deus está em poucos conselheiros que não estejam envolvidos na ciranda do pede-pede.

O atual presidente vai entrar para a história positiva do Brasil se conseguir realizar cinco ou seis grandes mudanças que se arrastam há anos no congresso, mas se continuar racionando pelo varejo apenas das concessões e das nomeações não avançaria.

Retirar o Estado de setores econômico, rever a política de incentivos a indústria, rever a tabela do IR, reduzir ministérios e aplicar com severidade a lei do teto salarial na esfera federal é uma agenda possível, desde que desapegue da possibilidade de estender mandato ou de concorrer às próximas eleições.

Mas vamos ver o que acontecerá nos próximos sessenta dias, afinal domingo ele passou o dia em boa companhia. Empresários e economistas foram amenizar o primeiro dia da semana do presidente.

Sessenta dias para 2018.

O leitor dessas linhas aqui mal elaboradas pelo pretense articulista pode imaginar que no título acima houve erro de digitação; mas é isso mesmo, pasmem, faltam sessenta dias para que se possa vislumbrar um cenário para o futuro do ano que vem, ao menos no que diz respeito ao imbricado futuro das nossas próximas eleições para os cargos majoritários da nação brasileira.

É verdade que em outros artigos desse semestre passado eu venho apontando cenários pouco motivadores, mas infelizmente é parte da função de «fotógrafo» da situação, mesmo que as distâncias dos salões do poder de Brasília possam nos dar um desconto nas possibilidades de acertos; pode-se acreditar nas escritas de proeminentes da comunicação social que ali residem e nos inúmeros blogs e escritos emanados da capital federal, daí é somar as imagens e os áudios que circulam fartamente pela mídia.

O poder atualmente em Brasília, ferve como em tempos romanos, registrados nos livros de história, em razão das questões dos diversos partidos que de olho na cadeira presidencial, e aproveitando o declínio de uns e outros, aferrem-se desde ontem nessa in-virtuosa (isso mesmo) disputa.

O que vai de fato ocorrer com o Lula (?); o que vai de fato ocorrer com o atual presidente Michel (?); o que sinaliza o FHC (?); que rumo tomará o partido PSB e o PDT...?

Os senadores e ilustres deputados federais estão amanhã retomando seus expedientes e tomarão os microfones para

anunciar o que o povo lhes disse durante esses últimos dias do mês julino ou se renderão aos acordos de seus líderes contumazes?

Em épocas romanas o império e o senado em determinados momentos históricos se digladiavam por situações da república que na verdade apenas depõem contra o pior do ser humano: orgulho, preconceito, vaidade, avareza e egoísmo. Por aqui, na atualidade, certamente que os nossos representantes, eleitos pelo povo e para o povo farão com orgulho prevalecer os melhores conceitos humanos: soberania, piedade, partilha, ética, cidadania e a devida visão de futuro com políticas públicas de resgate ao melhor dos brasileiros.

Serão então sessenta dias para que esse melhor do nosso povo, tenha sido entendido pelos parlamentares, queira Deus, e que seja refletido no melhor do congresso - anunciando as necessárias mudanças para o desejado ano de 2018.

Mês para celebrar as vocações.

Estamos no mês de agosto, mês para todos, especialmente os cristãos, celebrar as vocações.

Há pessoas que são vocacionados para o exercício pleno e comprometido da sua fé, ingressam como servos nas igrejas, são padres, bispos, diáconos, freiras, religiosos e religiosas, e ainda os consagrados; missão de vida dedicada efetivamente a Deus e ao seu povo (as comunidades); há também aqueles vocacionados à constituir família, sendo pais e mães, para promover a vida e participar ativamente da educação e do desenvolvimento de seus filhos e filhas; esses vocacionados são essenciais no projeto de Deus para a humanidade que é a família, lugar de exercitar todas as nossas virtudes e também desafiar nossos pecados.

Mas há também as vocações profissionais e de abnegação em favor do coletivo - isso é também da vontade de Deus-Pai que alguns se dediquem a outros semelhantes sem pertencer a uma Ordem religiosa ou mesmo contrair o matrimônio.

Estes não estão separados das comemorações do mês de agosto - são professores, médicos, juristas, pesquisadores, "livre-docentes de filosofia", artesãos, artistas, cantores, pintores, poetas, monges eremitas ecologistas e até os simples moradores de ruas (vocacionados e apaixonados pela liberdade, livre de amarras sociais).

Todos são filhos de Deus.

Todos dentro de seus limites normais e não tão normais,

professam suas escolhas para a vida.

Esse domingo que passou foi o dia do padre.

Domingo que vem comemoramos o dia dos pais.

E até o final desses dias agostinianos, fica uma humilde sugestão desse economista, cujo dia de comemoração é 13 de agosto: vamos comemorar também as vocações daqueles que você percebe que tenham efetivo compromisso com pessoas e que demonstrem o amor pela melhor parte da criação divina: o próximo.

Celebremos então, harmonicamente o mês consagrado à vocação do amor e da comunhão.

Semana da família: ver, julgar e agir.

Essa semana é a semana da família, todo o mundo católico cristão une esforço e oração para que a sociedade possa refletir e melhorar sua visão e suas obras a partir da célula vital do hoje e do amanhã: as famílias.

Como toda semana começa no dia do Senhor, ontem foi o primeiro dia dessa grandiosa programação que conta com um caderno de estudos chamado “Hora da Família 2017” disponibilizados pela Comissão Nacional da Pastoral Familiar (CNPf).

O documento está sendo discutido em vários encontros da Semana Nacional da Família, que neste ano acontece de 13 a 19 de agosto.

A temática de reflexão do material, a partir do tema “Família, uma luz para a vida em sociedade” está em sintonia com o impulso da Igreja no Brasil para que seja percebida a importância das ações dos cristãos leigos e leigas na sociedade. Em termos materiais, o Brasil está mesmo precisando de uma imensa reflexão sobre como as famílias que detêm o poder, político e econômico podem melhorar ou piorar nossas vidas para os próximos anos e do lado espiritual teremos nas bases da sociedade uma outra oportunidade de pensar mais e melhor sobre o que queremos para 2018 e 2020.

Afinal, o Reino de Deus é uma construção perene, e começa aqui mesmo.

Ao gosto das ondas.

Antes de vir de mala e cuia para as terras do Marechal Rondon eu vivi no nordeste; até os meus vinte e poucos anos de idade e na cidade de Alencar – Fortaleza (CE) e me lembro de um adágio popular citado por muitos cearenses quando alguma coisa, alguma situação ou alguma pessoa fica desnorteada; quando alguém sem saber bem o que fazer quanto aos desdobramentos de determinada situação do dia a dia, por desabafo acaba dizendo: está ao gosto das ondas, ou ainda que isso está ao Deus dará...

A par dos acontecimentos em Brasília-DF nesses primeiros dias do segundo semestre, eu, humildemente acho que existem muitos por ali, próximos dos gabinetes presidencial e ministeriais ao gosto das ondas.

Restando, do ponto de vista prático, a menos que algo ocorra de inusitado, dezesseis meses para o fim do mandato presidencial, e 14 meses para as próximas eleições, nada acontece de bom para a nação que venha do Palácio da Alvorada.

Falta liderança no Executivo e cooperação entre os três poderes, sobram denúncias e acusações.

Sobram vaidades e surdez.

Realmente para o povo ordeiro e pacato do Brasil resta rezar, orar, meditar e fazer piadas de bom e de mal gosto com os nossos nervosos atuais dias - como eram assim, em tempos atrás, os nossos dias, na visão da família Marinho.

Ficamos nesse meio tempo, observando e desejando que os

dias melhorem logo no início de 2018.

Que venha logo esse ano novo.

Para o bem do amado povo.

Agosto quente com deficit de ação governamental.

Lendo nos jornais e ouvindo de empresários, lideranças e populares aqui em nossa capital sobre queimadas, resolvi escrever hoje, no finalzinho desse mês quente de agosto essas poucas linhas.

Para uma melhor reflexão do poder constituído.

Apesar da fiscalização recorrente, dois pontos territoriais em nosso estado se destacam de novo, pelo quarto ano consecutivo como o estado de maiores focos de queimada da Amazônia.

E, digamos que chovendo no molhado: essa posição no ranking não nos traz nenhum benefício.

As duas regiões que preocupam hoje a todos são: as áreas de desmatamento para a expansão da agropecuária, sendo essas as regiões de Ponta do Abunã e Vilhena que juntas infelizmente concentram quase que a totalidade das queimadas esse ano.

Julho e agora o findo mês de agosto traduz-se como os sessenta dias mais agravantes, com relação as queimadas.

A região sul do Estado, região de Vilhena concentra a abertura de novas áreas para o plantio de soja e a queima para renovação de pastagem revelaram nesses primeiros 14 dias de julho, um número assustador de queimadas.

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

(INPE), mais de 40 focos de queimadas foram registrados no chamado Cone Sul de Rondônia que registra de acordo com a IDARON um rebanho expressivo de gado de corte e produção de grãos e leite.

Olhando para o outro ponto estratégico do desenvolvimento em foco no Estado: A região da Ponta do Abunã. Segundo dados também do INPE, o desmatamento ficou 40% mais limpo nos últimos dois anos, com relação às áreas de derrubada.

As queimadas registradas dão conta de como anda acelerado o desmatamento na região que ao imitar o cone sul desde o ano de 2013 vem apostando muito da expansão da criação do gado de corte e leite e também na produção de grãos, especialmente pela proximidade do complexo portuário que promete redução de despesas com as operações próprias da produção.

Sem intervenção dos órgãos de fiscalização de imediato.

Aguçando a nossa análise e vislumbrando as posições estratégicas para o desenvolvimento do estado de Rondônia que registrou nos 10 primeiros dias do mês de agosto 1.110 focos de incêndio ativos no estado, segundo dados do monitoramento de queimadas e incêndios do (Inpe), devemos repensar sempre no primeiro semestre de todo ano o formato dessa fiscalização e da educação continuada que precisamos providenciar para que a saúde pública e possíveis desastres rurais e urbanos deixem de ocorrer.

Parece mesmo que está ausente no planejamento dos órgãos governamentais a participação do povo em audiências públicas que possam promover uma aproximação dos que prejudicam e os prejudicados, afinal a qualidade do ar com-

promete a saúde e a vida de todas as famílias, não apenas dos ricos ou pobres, ou dos urbanos ou rurais.

Para frisar o problema, colhi a seguinte informação que preocupa e que não está sendo debatida, mesmo com o mês de setembro esteja batendo às portas e as crianças e idosos estejam ocupando 70% dos atendimentos nas unidades públicas e privadas de saúde.

Em julho, foram confirmados 969 focos de queimadas em todo o estado.

NOTA: A capital Porto Velho tem sido um dos municípios com maior número de queimadas, tanto urbanas quanto rural. Em três dias, de 8 a 10 de agosto, a capital registrou 787 focos de incêndio, segundo dados do sistema do Núcleo de Pesquisa e Monitoramento do Ibama/Prevfogo, disponível na página oficial do Inpe.

Esse sistema de monitoramento registra os focos de calor, mas não confirma a existência de todos.

Segura esse aí, para fechar o presente artigo de agosto quente: Nova Mamoré, que foi flagrada pelo satélite de monitoramento, acusa 456 focos de calor.

Fundo fundagro solicita termo de cooperação com o estado.

Em 2016 logo após a instalação da CPI dos frigoríficos pela Assembleia Legislativa de Rondônia, suscitou no meio rural um movimento intitulado Grito da Pecuária que em seis meses esteve movimentando nas principais cidades do estado as lideranças de associações e sindicatos de produtores das diversas cadeias produtivas do agronegócio.

Pois bem, a classe política tanto do Legislativo como do Executivo acorreram no apoio aos pedidos e projetos de pretensa organização desse setor que hoje é definitivamente responsável pelo superávit da arrecadação, seja pela venda direta da produção, seja pelas agroindústrias movidas pela matéria prima abundante, seja pelas vendas internas e externas, os produtos do setor rural de RO são potência.

Ocorre que ainda no final do ano passado uma das ações desse movimento empresarial rural foi a criação de um Fundo privado chamado de FUNDO FUNDAGRO que tem a ideia geral de arrecadar contribuições voluntárias no meio rural em conta específica no Banco do Brasil e aplicar nas diversas cadeias produtivas como a carne, os grãos, o leite, a piscicultura e a fruticultura, somando com o setor público em manutenção da produtividade e melhorando a qualidade.

Um dos pontos mais fortes do planejamento estratégico do FUNDO FUNDAGRO é que em 2018 possam ser divulgados os produtos de Rondônia no mundo e ainda que sejam desenvolvidas ações junto aos frigoríficos e laticínios que visem a melhoria da qualidade desses produtos e a dissemi-

nação do consumo regional e internacional.

Para que a arrecadação ocorra dentro de padrões normativos e que seja divulgado em parceria com o Estado a diretoria do fundo solicitou em abril desse ano um Termo de Cooperação com a Agencia IDARON, recomendado pela PGE e pela SEFIN nas primeiras reuniões do ano em curso.

Mas até o início dessa semana ainda consistia apenas como pedido, transformado que foi em processo administrativo para consecutivas consultas jurídicas e administrativas no Executivo.

Diz-se que é a burocracia.

Vamos aguardar o desenrolar da mesma, pois a classe produtora urge em se organizar para conquistar melhores e maiores mercados; certamente que ganharão com isso todos os atores sociais de Rondônia.

Meditando sobre a nossa curta existência humana.

Esses dias de outubro tenho conversado bem mais com Deus, ouvido bem mais os sentimentos e observado bem mais o que me rodeia e os que me rodeiam e lendo e relendo alguns livros antigos e ainda, porque estamos em um mundo de mídias, vendo vídeos (no youtube) sobre as grandes épocas da humanidade e sobre as três últimas décadas do século XX; e aí me veio um maravilhoso sentimento de esvaziamento - contemplar o mundo.

Pode parecer estranho para os leitores, pois somos de uma cultura mundista ocidental que está impregnada de materialismo e falar que se está se esvaziando, parece pouco prático ou muito retórico, apenas para os leigos.

Posto que tudo parece mesmo que nasceu há 10 mil anos no Oriente e que do meio do mundo para cá, nas Américas de apenas quinhentos anos, somos meio que uma civilização adolescente, as inúmeras críticas a esse tipo de pensamento não me afetam, mais; pois estamos próximos de virar mais uma década desse novo milênio e ainda corremos por aqui atrás do vento, como diz nos Salmos e pela fala de algum profeta esquecido no ano 700 A.C.

A loucura do dia a dia competitivo desse modo de vida americano dá-nos a todos nós um compromisso com a velocidade e com a qualidade (plástica) que apenas servem ao consumo e à estética voraz da juventude.

Músicas, teatro, jornais, livros, passeios em família, circo, pescarias, reuniões entre amigos para jogar cartas, pegadi-

nhas ingênuas e um bom e velho bate-papo nas calçadas parece mesmo que ficaram esquecidas na década de 80 - não servem mais.

É uma grande pena que todos sejam deprimidos e espremidos por esse pensamento equivocado de «modernidade” (assim mesmo a escrita) e de vida social digitalizada.

Como ser vivente vivemos aprendendo de um tudo e devemos guardar sempre a fé e a esperança em melhores dias, mas essa etapa de contemplar e de reviver coisas realmente importantes é sempre bom, espero que essa energia e esse sentimento chegue a mais pessoas para que na unidade da comunidade que somos todos nós, surja ao menos ao acaso, nova e melhor performance operativa de uma nova realidade e que seja menos plástica e veloz, um pouco mais de conteúdo e de liquidez servirá aos propósitos da nova geração.

Deus ajude às Américas.

Outubro mês das rosas.

O leitor dessas minhas incursões já viu que escrevo de tudo um pouco, coisas de economia, coisas do cotidiano, coisas do passado, coisas do futuro e sobre a vida e a família, lugar onde tudo nasce, cresce e se coloca à disposição do mundo e do dono do mundo. Pois bem, para mim outubro é mesmo de rosa há 21 anos nasceu minha filha, Beatriz Vasconcelos, fruto de muito amor das férias de janeiro.

Hoje, nesta data querida quero divulgar a todos que possam me acompanhar nessas poucas linhas para relatar a grandeza de ser pai de pessoas e de dedicar tempo, energia, amor, carinho, proteção a quem se ama. Dedico esse artigo a minha bela e graciosa, inteligente e esforçada na caminhada de profissional de saúde que ela iniciou como estudante de Enfermagem há dois anos na UNIR, desejando que ela seja coberta pela graça de revelar ao mundo seus atributos e seus dons para o benefício dela mesma e do maior número possível de viventes.

Como dizem comercialmente que outubro é o mês rosa, eu aqui comigo digo, do amor de pai, que outubro é mesmo das rosas que estão nas nossas casas, famílias, trabalho, igrejas, grupos sociais, enfim, na nossa vida.

Em outubro tenho muito especial uma rosa: Beatriz.

Floresça minha filha, Deus é seu guia e fortaleza.

E eu te amo muito.

Sempre torcendo por você.

Fundo de Combate à Pobreza, o FECOEP.

Rondônia está vivendo bons momentos na gestão pública e alguns investimentos no planejamento plurianual tem desde 2015 elevado os padrões de determinados serviços prestados à população, na capital, nos principais municípios e em todo o interior, às margens do Guaporé, Madeira, Machado, Roosevelt e Mamoré; mas segundo o IBGE ainda persiste um cenário de miseráveis, aqueles que segundo os técnicos e burocratas de Brasília e da também da ONU e FAO dizem que são famílias que conseguem sobreviver com HUM dólar por dia.

Nada difícil de ajustar quando se tem tempo, dedicação e a devida sensibilidade para o auxílio verdadeiro ao próximo, como diz no Novo Testamento: olhai o bom samaritano; traduzindo para os dias desse terceiro milênio: planejar ações focadas e convocar as parcerias possíveis é o remédio.

Lembro aqui que entre os idos tempos de 2000 a 2004 existiu no país inteiro um programa samaritano conhecido como Comunidade Solidária e depois surgiu o programa Comunidade Ativa.

O foco dessas ações antigas de governo era o de reunir em torno desse pensamento filantropo e voluntário os recursos públicos federais, do estado, dos municípios, de empresas e do SEBRAE para debelar problemas locais de pobreza, acho que pode ser uma boa para 2018.

Com o mapeamento dessa população de vulneráveis, reunir, reunir, reunir e fazer as indicações de atividades concatenadas para alcançar em 24 ou 36 meses a redução signi-

ficativa desse vergonhoso índice que assombra as pessoas, especialmente aqueles que passam privações e necessidades primárias.

Isso já foi feito uma vez no passado com grandioso resultado e hoje temos em Rondônia, além da boa vontade de todos os possíveis parceiros, o fundo FECOEP que pode dar o pontapé inicial.

O fundo de combate a pobreza prevê a assunção e aporte de recursos para projetos e ações ligados a saúde, educação, assistência social em meio urbano e rural de maneira a melhorar as condições humanas de vulneráveis da economia.

Vamos então, aproveitar a revisão do PPA e a discussão da LOA 2018, colocar-nos a favor do outro como faziam os bons samaritanos e proteger alguns destemidos pioneiros.

Ser ou não ser um filantropo.

No Brasil ontem comemoramos o dia da proclamação da república, quando em 1889 quando o Marechal Deodoro da Fonseca, liderando um levante político e militar, derrubou a monarquia constitucional parlamentar que naquela época estava instalada com o poder sendo exercido pelo imperador D. Pedro II.

O anúncio feito pelo Marechal aconteceu na Praça da Aclamação, atualmente chamada de Praça da República, na cidade do Rio de Janeiro, capital do país na ocasião.

Lá se vão 128 anos e muita coisa mudou mesmo.

Mas num país com tantos feriados, poucos sabem ou lembram desses fatos; pior: poucos tem tempo ou animo para debater ou discutir.

Nesse pensamento, trago aqui, para nosso estado, para os dias de hoje uma plena realidade e uma necessidade.

Ser ou não ser filantropo. Para aqueles homens e mulheres com a bênção de ter e de ser mais que a maioria; digo isso em relação mesmo aos dons que temos e que movimentamos, sendo que num país com tantos desempregados, analfabetos de letras e “funcionais” e com muitos ricos, a classe média e a classe “média/alta” pode colaborar com o crescimento e o desenvolvimento de dias melhores para aqueles que não tem o mínimo.

Falando apenas em quinhentos anos de América, gostaria de falar sobre essa característica que nós herdamos dos eu-

ropeus, ajudar as pessoas por meio de filantropia e solidariedade.

Falando em nosso estado de Rondônia e na cidade de Porto Velho, temos muitos empresários e empreendedores bem-sucedidos, homens e mulheres valorosos que colocam seus dons para a liderança de projetos individuais e coletivos que como resultado transformam e melhoram a vida, trazendo trabalho, renda e prosperidade.

Mas aqui temos muitos indivíduos sem oportunidades e que têm dificuldades de acesso ao básico da pirâmide de Maslow, vide a cidade de Porto Velho com seus atualíssimos indigentes e os altos índices de desempregados e miseráveis.

Para os próximos anos é muito importante que os bem-sucedidos possam abrir os olhos e os seus corações para essa prática da filantropia, apoiar e ajudar financeiramente projetos sociais de ajuda a alfabetização, segurança alimentar, reintegração social, formação básica e profissionalizante e também as questões relacionadas com a saúde e o esporte.

São projetos simples, de pequena envergadura que somados fazem a diferença; e também traduzem benefícios coletivos que transformam as relações humanas, trazendo alegria, objetivos e traz felicidade - para quem ajuda e para os que são ajudados.

A História de Deus, religiões do mundo e você.

Mês passado, novembro, eu assisti no canal NETFLIX uma serie chamada a História de Deus com o ator Morgan Freeman, um americano com mais de 80 anos de idade, sábio e próspero em sua carreira e vida pessoal.

Acredito que foi muito boa a escolha da National Geographic para o tema e também foram felizes com a escolha do ator e narrador.

O Morgan, como prefere ser chamado, é desde 1989, quando começou a brilhar pelo filme Conduzindo Miss Dayse, um profissional de sucesso.

Se você assistir ao documentário-show que falo aqui (A história de Deus) e se deixar conduzir pela narrativa e as viagens pelo redor do mundo que é feita, talvez alcance a graça de compreender um pouco mais sobre o nosso Criador e sobre nós: suas criaturas; esses seres complexos inseridos por vontade Dele na jornada ímpar do Édem maravilhoso que é o planeta Terra.

Desde que o homem desenvolveu a fala e logo em seguida a escrita para registrar os seus feitos para a posteridade, já se vão mais de 10 mil anos. Aqui aldeias, cidades, povoados e civilizações foram erguidas e derrubadas pela ação do homem que motivado por desejos e emoções positivas e negativas constrói e destrói legados, ideias e as pessoas, isso é da natureza de ser humano - verdade.

Mas é também da essência do ser humano querer e poder

evoluir, aprender, respeitar, sonhar com um futuro melhor; e isso tem mesmo a ver com a essência de todas as religiões que é domesticar e atenuar em cada um de nós essa nossa animalidade ancestral.

Deus é amor, verdade, caridade, misericórdia, serenidade, alegria, saúde, sabedoria, paz e confiança em si e nos outros - Deus é urbano e rural, citadino, ribeirinho, fraterno, companheiro e está mesmo; definitivamente no próximo e na vida simples e feliz da comunidade - tudo é Deus quando o homem está em paz consigo e com os outros.

Seguramente para o lado não tão nobre e desmedido da avareza, egoísmo e do desprezo pelas criaturas também está Deus - clamando para os que assim são por decisão ou por biologia, que eles transformem-se; procurem alcançar a moralidade e a integralidade de ser semelhante a Deus - conectar-se com o amor pleno.

Simple assim.

Assistam se puder essa série e coloquem mais espiritualidade em sua materialidade carnal, competitiva e consumista; podemos colher bons frutos de uma alegre convivência social e de moral melhorada.

Graça e Paz.

O que faz a gente ter uma opinião e lutar é a vontade de fazer melhor, sempre.

Gostaria de abraçar a todos os leitores do jornal eletrônico Gente de Opinião nesse final de ano de 2017, apenas dizendo que é muito bom que todos tenhamos as nossas opiniões, fruto da vivência social e da vontade cidadã de melhor colaborar com o contexto histórico da cidade, do estado e do país em que vivemos; digo isso porque às vezes observo que muitos hoje em dia estão açodados pela preguiça de pensar e pela apatia em participar; se colocar em risco e para o trabalho virtuoso dos líderes; isso não é um bom indicador, posto que o capital intelectual de uma cidade que já tem mais de cem anos e muito o que fazer para o progresso de sua gente, deve ter sempre sua fala, sua posição e suas opiniões.

Mesmo vivendo uma era moderna de preposições e de subjeções, seria pouco caso não dar nosso depoimento, nossa contribuição e partilhar um pouco de nossa precária experiência pessoal e profissional.

Me arrogo a convidar a todos que nos leem a participar mais dos debates, utilizar mais os canais de mídia que hoje dispomos, não calar o que não deve calar, presentear a vida e as pessoas com as quais convivemos com um pouco mais de nós é demonstração de solidariedade e de pertença.

Os próximos anos da cidade de Porto Velho e desse frutuoso estado de Rondônia depende de que mais e mais dos nossos cidadãos possam falar, perscrutar, defender opiniões, dialogar e planejar e preparar o trabalho grandioso da construção de uma maravilhosa Porto Velho, que seja bem-

-vindo o ano novo, o ano de 2018 como o descortinar de novos sentimentos e de melhores pensamentos e atitudes.

Vamos dar sempre um viva a vida e ao trabalho sério, honesto e determinado dos que pensam e agem pelo bem comum.

Que venha então 2018 e suas inúmeras possibilidades.

Graça e Paz a todos.

*Ano da Graça de
Nosso Senhor de 2018.*



Salmos 81,8

“Levantei-vos, Senhor, para julgar a terra, porque são Vossas todas as nações.”*

Hoje sábado, último do primeiro mês de 2018.

O título é esse mesmo. Resolvi escrever neste fim de tarde após estar no programa Cremo na família da Rádio Caiari com os casais amigos da equipe diocesana do serviço pastoral conhecido no Brasil desde 1974 como Encontro de Casais com Cristo, o ECC.

Foram duas horas mágicas. Falamos sobre gratidão e perdão, falamos sobre o 14 intereclesial que finda hoje em Curitiba é um encontro nacional das comunidades eclesiais de base com quase 4 mil participantes que traça os diversos temas para a igreja e também falamos sobre a campanha da fraternidade de 2018 que fala esse ano sobre a superação da violência urbana e rural.

Havia dois anos que eu e minha esposa, Elisangela não participávamos de entrevistas juntos e foi bom rever o ambiente da rádio Caiari que até o final de fevereiro passará para a condição de frequência modulada FM com o prefixo 103,1 e passará a divulgar com melhor qualidade a sua programação para as comunidades cristãs de nossa capital.

Para os meus amigos leitores e leitoras que não sabem ainda, deixo o registro de que sob frequência de ondas tropicais AM a rádio Caiari já comemorou seus 57 anos e agora entra em nova e promissora fase.

Desejo que seus diretores possam ter muito sucesso no desafio de emplacar uma grade com programação interessante e participativa, promovendo as diversas pastorais, movimentos e serviços que a igreja e os católicos desenvolvem no dia a dia da liturgia e das comunidades.

Sobre a Campanha da Fraternidade 2018, falamos sobre a marcha pela paz que a coordenação de pastorais da arquidiocese está preparando para o mês de março, onde todos estaremos participando e mobilizando a sociedade local para discutir os dados sobre o problema social endêmico da violência com um convite a que todos participem da marcha pela paz, com o Cristo.

As lideranças serão mobilizadas e em um ato ecumênico programado para a segunda quinzena do mês de março deverá reunir 10 mil pessoas.

Será uma primeira ação de muitas para promoção de uma cultura de paz e de justiça. Social.
O lema é Vós. Sois. Todos irmãos.

Inversão de valores, mal-uso das instituições e caos democrático.

Hoje definitivamente é o último dia do primeiro mês deste ano histórico de 2018, calma, não é o William Bonner, é o seu articulista do Gente de Opinião que mais uma vez busca promover uma discussão hipotética com os leitores dessas escassas linhas.

Não quero me deter em pontos negativos ou mergulhar no farto material que ronda os nossos computadores e as mídias sociais desde meados de 2014, ano da última eleição presidencial no Brasil; quero apenas mais uma vez colidir com os pensamentos gerais sobre a anacrônica torre de babel em que está se transformando nesse ínterim a nossa nação.

Eu mesmo em breve estarei no rol dos cinquentões e em razão disso vivi os anos 70, 80 e 90 como criança, adolescente, estudante, profissional e algumas vezes já nessa primeira década do terceiro milênio, como pesquisador, administrador, técnico e professor. Viajei por todo o Brasil, coordenei projetos, programas e empreendimentos e em razão de trabalho angariei amigos e amigas em quase todas as capitais com os quais mantenho contato e diálogo profícuo. O Brasil anda mergulhado em muita escuridão.

As pessoas digladiam por ideologia, partidos, times, bônus, promoção, dinheiro, religião, pensamentos filosóficos e pelos sistemas de produção.

Este meu é o melhor, aquele dela ou dele não funciona, é enganação é fraude é comunista, ou é capitalista - são os gritos

e os escritos que temos visto.

Uma Sodoma; uma babel; uma tristeza.

Que legado esses primeiros vinte anos do terceiro milênio será realmente deixado para os nossos filhos e netos - essa é uma questão importante.

Os argumentos de A e de B fazem uma profusão, uma confusão.

Isso está afetando muito as relações humanas, familiares, empresariais, de trabalho, de renda e de vida.

Uma sociedade sem conceitos formais, sem norte institucional, com pessoas de todas os matizes em posições de poder social, público e privado (econômico) fazendo e dizendo e divulgando e tudo o mais, sem freios, sem rumo, sem ética e ao sabor das vaidades e das “oportunidades” - oportunistas.

Enquanto tudo isso acontece o mal assola, violência contra tudo e contra todos: pais e mães, crianças, adolescentes, crentes e pagãos, pretos e brancos, hétero e homo, bem e mal se misturam - um liquidificador social que não deverá produzir bons resultados.

Uma sociedade prescinde de líderes com visão de coletivo, de nação, de estado e não de famílias, times, grupos ou partidos ou ainda de igrejas.

O Brasil passa fome de projetos e programas regionais e nacionais.

Estão à míngua e naturalmente à bancarrota moral.

Sem vislumbrar luz no fim do túnel é importante, vital, parar tudo.

Observar, reduzir a marcha viral e buscar no dialogo um projeto coletivo - unir forças e dar um basta nas injustiças - procurar nas coisas simples do dia a dia um novo pacto social para salvaguardar nossos netos que precisarão (futuro) de trabalho, oportunidades e renda para continuar o sonho dos nossos pioneiros e da República.

Vamos resgatar valores e conduta de liderar para o bem do coletivo e não estou falando de socialismo e nem de comunismo.

Falo de gente com moral, conduta, pensamento em Brasil com olhos para 2030 e 2040.

Onde andam esses seres humanos, esses brasileiros estão fazendo falta.

Campanha da Fraternidade 2018 em Porto Velho.

Hoje, segunda feira de carnaval, dia 12 de fevereiro do ano eleitoral de 2018, escrevo essa resenha para alertar aos amigos e amigas leitores do nosso, já consagrado jornal eletrônico, Gente de Opinião; sobre o início da Campanha da Fraternidade desse exercício que traz pelo método VER, JULGAR e AGIR (criado pelo cardeal belga Joseph Leo Cardijn e aceito pelo papa João XXIII, em 15 de maio de 1961) uma tremenda reflexão para todos, eu digo e repito, todos os atores sociais do nosso país um tema abrangente e extremamente importante: Fraternidade e Superação da Violência.

Não vou debruçar linhas sobre os atuais e horripilantes índices de violência; tem de toda forma e de toda a cor. É violência contra os pais, as mães, os professores, policiais, amigos, irmãos, sócios, mulheres, negros, homossexuais, indígenas, refugiados, jovens, adolescentes, encarcerados e outras classes humanas.

Faz tempo, está sobrando essa tal violência em nossas relações.

Faz tempo, está ausente as boas maneiras, a educação, os valores centrados em família, amor e fraternidade.

Tenho certeza que para a maioria de nós isso é real, toca a todos nós e pode aparecer de repente em nossas vidas, Deus queira que não,

Portanto é preciso união, estratégia, força tarefa, cidadania,

amor, fraternidade, consciência e perdão para agir de forma harmoniosa e concentrada, caso contrário não haverá saída honrosa para a maioria de nós, que somos do campo ou da cidade e que pretendemos ter uma vida decente. Vamos participar minha gente amada.

A Arquidiocese de Porto Velho está movimentando suas lideranças religiosas e leigas para promover diversas ações pela cultura da paz em nossa capital.

Empresários, empreendedores, líderes de todas as denominações religiosas, operadores da justiça, policiais civis e militares, professores, pensadores, políticos, poetas, educadores sociais, trabalhadores, todos da cidade, engajados em participar.

Serão duas propostas centrais irradiadas a partir da coletiva de imprensa que será transmitida na manhã dessa quarta-feira de cinzas pelo nosso arcebispo Dom Roque Paloschi.

Primeiro a realização de uma marcha pela cultura da paz em Porto Velho que será realizada dia 17 de março na zona leste e segundo as rodas de conversa sobre o tema violência com a criação de um Fórum Permanente pela Paz que será apresentada em reuniões e audiências públicas para que todos os setores sociais possam participar, ter voz e vez na ação de superar a violência e promover a paz com justiça social.

Exatamente em razão de ser um tema complexo e que determina a saúde das relações sociais em nossa capital, a sua participação amigo leitor é importante. Promova a sua participação e de sua família, vamos conhecer mais as alternativas e agir a respeito, sob pena de o não envolvimento e a não participação nos colocar em desvantagem na constru-

ção de um mundo melhor e mais harmônico.

É fato que todos estamos carentes de segurança e de paz, mas isso não deve ficar a cargo de outros, deve ser um exercício intenso de nossa cidadania e de nossa espiritualidade. Graças e Paz.

Feliz semana e feliz quaresma.

Por uma cultura de paz em Porto Velho.

A arquidiocese de Porto Velho, a despeito das ações concretas para a campanha da fraternidade 2018 - Fraternidade e superação da violência está empenhada em visitar e promover as parcerias necessárias para uma caminhada pela cultura da paz em nossa capital.

O arcebispo e a equipe de coordenação geral da Campanha vem realizando visitas a entidades, empresas e autoridades públicas com o sentido de conversar, promover e arregimentar parceiros para a concretização de duas ações específicas, uma para março e outra para o mês de abril próximos.

A primeira será uma caminhada pela paz com concentração no santuário arquidiocesano de Aparecida, na rua José Amador dos Reis, donde sairá às 15h do dia 17 de março, um sábado, milhares de pessoas em percurso simbólico de 2,5 Km com o objetivo de sinalizar e sensibilizar a cidade sobre os altos índices de intolerância e violência, com efeitos nocivos nas relações humanas, sendo durante a manifestação organizada, a divulgação de poesias, cantos, musicais e apresentações da juventude sobre o tema da violência e como superar.

As lideranças cristãs e as denominações religiosas, bem como os empresários, trabalhadores, produtores rurais, comerciantes populares, representantes dos poderes públicos constituídos, profissionais e operadores de comunicação, educação e da justiça estarão reunidos nesse ato pela promoção do diálogo universal e da cultura pela paz na capital.

Após essa ação, a coordenação geral pretende ainda em abril

por meio de audiências públicas na capital reunir os representantes dos diversos segmentos da sociedade local para a criação de um Fórum Permanente pela cultura de Paz em Porto Velho, onde serão debatidos, analisados e propostas ações de superação da violência no campo e na cidade, em especial para os segmentos da educação (escolas), mulheres vítimas e discriminação e abusos sexuais e para o contexto carcerário e de violência no trânsito.

O Fórum Permanente deverá funcionar em caráter de informativo aos setores públicos das deliberações e indicação de prioridades e ações (projetos) para o enfrentamento e superação dos atuais índices de violência em nossa capital, podendo ser um instrumento de controle e apoio social para as mudanças de atitude e comportamento, o que gera com a empatia dos participantes o ambiente desejado de paz e justiça social.

Todos somos convidados a participação, por uma cultura de paz e não violência, haveremos de contribuir com a construção de uma cidade mais justa e humanizada.

Recado aos líderes: aquele que semeia, um dia colherá.

Existem atualmente vários teóricos sobre a Lei Universal do retorno, inúmeros livros, escritos, palestras, seminários internacionais, gurus, professores e mestres modernos que prolixamente versam sobre este tema que na verdade é milenar, é um tema bíblico.

O que ocorre é que andamos tão afastados, desconectados do Criador, Pai do Céu, Deus todo poderoso, Altíssimo que muitos acreditam que a Lei do retorno é coisa nova; da new age pentecostal ou dos xamãs americanos ou ainda de monges alados do oriente.

Nada disso é da natureza do universo retribuir ao semeador os frutos de sua semeadura. E isso tem a ver com a qualidade do que se arremessa no cosmo, no universo, em todo o lugar.

Pessoas passam muito tempo realizando coisas boas e más e certamente que colhem em determinado tempo, simples assim: essa é a Lei.

A despeito de muitos acontecimentos ocorridos no Brasil desde meados do ano de 2014 em todas as partes e em todos os lugares, vemos que entre 2018 e 2020 certamente que muitos que lançaram sementes do mal estão recolhendo agora e em breve os seus cestos de maldades.

São os chamados ou alto-conclamados, lideranças políticas nacionais e regionais, essas pessoas que aparecem de quatro em quatro anos para assumir pelo voto do povo a sua repre-

sentação - e que representação esses têm realizado...

Homens e mulheres que estão, em sua maioria, envolvidos com projetos de ordem egoísta e personalista, nada de povo, nada de coletivo, nada de social, nada de soberania e desenvolvimento sustentável.

Temos alguns poucos que nesse cenário e nesse grupo de lideranças, pela graça do Pai que está no céu, alguns brasileiros que vêm semeando por sua dádiva compartilhada: alegria, trabalho, harmonia, paz e honestidade.

Esses dois sim; terão em breve o seu galardão.

Vamos acompanhar, afinal de contas, o ano promissor de 2018 apenas começou.

Graças e Paz a todos.

Sobre duas estrelas do Universo Humano.

Hoje é um dia memorável para muitos cientistas, essas pessoas que nós, do mundo social, pouco conhecemos ou temos a oportunidade de interagir.

Mas eles, os profissionais das ciências exatas que amam a matemática e os códigos pelos quais Deus escreve leis naturais e universais, são também de carne e ossos. Unidades de Carbono, como dizem.

Albert Einstein, pai da teoria da relatividade, nasceu em 14 de março de 1879, em Ulm, na Alemanha.

Já o doutor (PHD) Stephen Hawking, em 8 de janeiro de 1942. Registro aqui que foi 300 anos depois da morte de Galileu.

E ele, doutor Stephen, segundo noticiado, falece no dia de hoje, 14 de março, em uma quarta-feira ensolarada para 66% do planeta pequenino que ele mesmo chegou a declarar, muito frágil para suportar as transformações causadas pela ação do homem.

Frágil realmente doutor é tudo, por mais que tenhamos apetite para a força, a luta, a guerra e a transformação; na grande verdade do amor de Deus por sua criação, tudo é simples.

Um sopro de vela, um quasar de luz, um microm de energia.

Mas sempre, e eternamente, em expansão.

Pena que nem os estudiosos das ciências humanas, sociais, exatas e políticas tem o devido tempo e o devido conhecimento espiritual para compreender, aceitar e vibrar de maneira que haja sempre entre nós e nosso Criador uma relação de harmonia e respeito.

Como está desenhado pelo Michelangelo na capela sistina. Nota-se mesmo que nos últimos 120 anos a ação do homem para a natureza é de esfoliar, denegrir, poluir, dissolver, atacar, agredir, forçar, escravizar e transformar em lixo o que levou milhões de anos para alcançar a perfeição estética.

Quero registrar aos meus escassos leitores que assisti dois filmes do Albert Einstein, li dois livros de sua biografia; também um filme espetacular sobre a vida do cientista inglês Hawking e suas escolhas de vida e de amor, e também li o livro de sua autoria.

Realmente dois grandes humanos.

Essa coincidência de datas pode nos dizer algo.

Quem tiver ouvidos, ouça. quem tiver olhos, portanto leia e compreenda.

Dois homens brilhantes com visões complementares sobre a vida e o universo já tiveram seu palco e seu momento.

Como todos e cada um de nós, temos.

Deus seja sempre louvado.

Deus recebe a todos para a conversa final.

Veremos face a face.

E apenas ali é dado a todos conhecer a verdade que liberta.
Vamos adiante, pois segundo o doutor Stephen ainda nos
restam 600 anos solares para mudarmos ou nos mudar.
Esse tempo passa rápido.

Graças e Paz.

O Gênio, a Morte e a Vida.

A morte de Stephen Hawking, nos convida acima de tudo a olhar para nossas próprias vidas. No auge de sua juventude, ele recebeu um diagnóstico devastador e mesmo assim continuou a agarrar a cada instante, de uma forma absolutamente inspiradora e revolucionou todo o pensamento da física moderna, apesar das limitações de um corpo quase completamente paralisado, se comunicando muitos anos através do movimento de um único dedo, e depois apenas pelo movimento dos olhos.

Não é meu interesse falar aqui, sobre cada uma de suas perdas e vitórias, visto que com sua morte, a mídia já está a explorar enfaticamente sua incrível jornada. O meu convite é para que olhemos além da superfície e também investiguemos se ele era aquele corpo debilitado, ou consciência a se expressar através do corpo.

É comum vermos uma multidão de vitimados que diante de desafios absurdamente menores, se voltam para a própria dor e fecham os olhos para os mistérios da existência. Stephen Hawking é uma prova viva de quanto estes mistérios podem ser arrebatadores e capazes de nos lançar em uma dimensão diferenciada da percepção, de encantamento e superação das dificuldades que acontecem na periferia.

Sua vida poderia ser considerada para muitos como uma prisão, mas a liberdade da alma estava a se manifestar não só para procurar desvendar os segredos do universo, mas igualmente para amar, criar uma família e expressar um humor leve.

Ele é um gênio que experimentou uma presença gigante da morte durante toda vida. Sua partida me fez lembrar da história de um grande sábio que não só investigou a existência, mas também em detalhes a própria morte. Sócrates. O filósofo grego que viveu de (470 a.C.-399 a.C.) e entre outras coisas nos deixou a máxima: "Conhece-te a ti mesmo." Enquanto os filósofos de seu tempo discutiam a constituição do Universo, a sua principal questão era o conhecimento de si mesmo. Seu método a "maiêutica," constrangia os mais eruditos, visto que ele só respondia a uma pergunta através de outra pergunta e repetia com frequência: "Sou o homem mais sábio de Atenas, porque só eu sei que nada sei."

Tão inquietantes eram as questões que ele trazia, que foi considerado um criminoso, e condenado a morte por envenenamento. O preço que pagam os gênios que olham para o Universo não apontando para fora, e sim para "dentro." São muito inspiradores vários de seus momentos, mas deixo aqui um que me visitou hoje a lembrança, quando o tema dos noticiários voltava muitas vezes para: a "morte de um gênio."

Deixo aqui uma citação de Osho sobre este belíssimo momento:

Sócrates estava morrendo. Seus discípulos começaram a chorar e gemer; É natural, mas ele lhes disse: "Parem! Não me incomodem, deixe-me investigar. Não me distraiam! Vocês podem chorar então, logo eu irei embora. Agora, permitam-me investigar o que é a morte. Toda minha vida, eu tenho esperado por esse momento para entrar na realidade da morte ". - Ele havia sido envenenado. Ele estava deitado na cama, observando o que É a morte. A investigar o que é a morte. Então ele disse aos discípulos:

“Meus pés estão ficando entorpecidos, mas eu ainda sou o mesmo que era antes. Nada foi tirado de mim. A sensação de meu ser é tão plena como antes. Meus pés se foram. ” Então ele disse: “Minhas pernas se foram, não as sinto mais, porém ainda sou o mesmo. Não consigo me ver reduzido a nada menos do que era antes. Eu permaneço pleno “. Então ele continuou: “Meu estômago está entorpecido, minhas mãos estão ficando entorpecidas “. “Mas eu ainda digo: Eu sou o mesmo, e nada me foi tirado” .

O veneno não removeu nada de mim. ” E então ele começou a sorrir e disse: “Isso mostra que mais cedo ou mais tarde a morte também tomará meu coração, mas não pode me levar. ” Então ele continuou: “Minhas mãos se foram, agora Até meu coração está parando, e essas serão minhas últimas palavras porque minha língua está ficando entorpecida. Mas eu digo, lembrem-se, pois estas são minhas últimas palavras; Eu ainda sou o mesmo. ”

Isto é para investigar a morte. Da própria concepção até a morte em si, o homem é uma investigação em busca da verdade E se você não está procurando a verdade, você não é um homem. Então você perdeu a oportunidade. Então, no máximo, você parece um homem, mas você não é. Sua humanidade é apenas uma aparência, mas não está em seu coração. E não se deixe enganar pelas aparências: Quando você olha no espelho você pode ver um homem, mas isso não diz nada. A menos que sua pesquisa cresça até essas alturas que toda a sua energia se transforme em uma questão e você se torna um buscador, você não é um homem. Essa é a diferença entre outros animais e o homem. Eles vivem, eles não perguntam. Eles apenas vivem sem perguntar. Nenhum animal nunca perguntou: o que é a verdade? O que é a vida? Qual é o sentido da vida? Por que estamos aqui? De onde viemos? Para onde vamos? Nenhuma árvore, ne-

nhum pássaro, nem animal ou esta grande Terra pediu isso. Este céu tão tremendamente genial nunca fez perguntas sobre isso. Esta é a glória do homem. É muito pequeno, mas maior que o céu, porque há algo único nele, a pergunta. Até o céu imenso não é tão grande como o homem, porque talvez o céu ter um final, mas a questão do homem não tem fim. É um eterna peregrinação, sem começo, sem fim.

Osho: La Búsqueda los Diez Toros Del Zen

Sócrates já se foi a muito tempo... E nesta “breve história do tempo, Stephen Hawking acaba de partir. Um investigou o Universo da consciência e o outro a consciência do Universo. Um viveu em um corpo limitado e daí flertou além dos sóis e o outro foi capaz de serenamente investigar a própria morte. E você, em que direção olha? O que investiga? Qual o sentido da sua existência?

E muitos negarão até o último momento o Desconhecido, cada mistério que o tempo todo nos envolve nesta breve jornada, tanto neste espaço que chamamos dentro, quanto no que chamamos fora, e a maioria negará a própria morte mesmo que ela esteja claramente a sua frente a oferecer o último brinde. Por medo, perdemos a chance das mais incríveis descobertas, de ser como uma criança e como Sócrates diante do infinito dizia: “Sei que nada sei”. Não estamos paralisados por uma doença auto-imune, nem tão pouco temos o corpo a morrer pela paralisia da cicuta. Seguimos mortos pela covardia de desvendar a beleza da vida/morte, nesta breve história do tempo onde somos reconhecidos por um nome qualquer.

Dev Swaran

Eu poderia viver recluso numa casca de noz e me considerar rei do espaço infinito” – William Shakespeare

Autor: Florescer

SEMANA SANTA, santa semana!

Ontem, domingo, dia do Senhor, para todos nós do mundo cristão, especialmente para os católicos as celebrações em todo o planeta foram dirigidas para a memória da semana em que, há dois mil anos atrás, um judeu conhecido à época como Jesus, de Nazaré entrou numa manhã de domingo triunfalmente na cidade de Jerusalém como o anúncio do Cristo messiânico, o Rei dos Judeus.

Esse acontecimento àquela época foi cheio de circunstâncias complexas para os homens que detinham o poder político, social e econômico naquelas terras dominadas pelos romanos e em especial foi um evento avassalador para o sinédrio - grupo de poder social e religioso com 71 membros da fé mosaica que não entenderam e nem queriam entender a missão do Filho do Homem.

É mesmo simples e complexo o sinal de Deus pela semana santa, protagonizada por Jesus, o filho de José e de Maria.

Não são por meios óbvios e racionais que o Criador fala para as suas criaturas, senão pela linguagem do amor, da fraternidade e da misericórdia.

Essa linguagem é difícil para aqueles que detêm o poder terreno e que têm naturalmente dificuldades em praticar o desapego e a diminuição do ego e das vaidades.

Por isso o sinal maior do Filho do Homem na semana santa foi não a sua entrada triunfal no domingo onde multidões o aclamaram e ovacionaram como o Messias, o Cristo ou o Rei prometido de Israel, mas por sua última ceia na quinta

feira, por suas orações na madrugada da sexta e por sua imolação e crucificação durante o dia daquela sexta-feira.

Mais ainda, O Cristo de Deus, o ungido, foi silencioso nas suas entrevistas com seus algozes, seja com os chefes do sinédrio, seja com o rei Herodes ou mesmo com as audiências com o governador romano - ele era inocente e não tinha o que falar, as suas obras e sua pregação de três anos falavam por si.

Mas como ouvir se o seu coração está impregnado pelo poder racional e terreno, como ouvir e aceitar se sua fala é distante de suas ações, como ouvir e aceitar e entender o plano de Deus se você está mergulhado no lago das vaidades e dos compromissos imediatos e competitivos do poder pelo poder??

Apenas pela meditação, paz verdadeira e pela fraternidade pode-se alcançar essa graça de promover com as pessoas um diálogo e uma empatia. Esse é o caminho do coração, o caminho do perdão, o caminho do amor.

Para esta semana com tantos desdobramentos em todo o mundo físico e suas preocupações, vamos procurar ouvir a voz da mensagem de Deus que continua, todo ano e em especial nessa semana, ecoando no planeta: dizendo com suavidade para todos (quem tiver bons ouvidos, que ouça) que o melhor caminho é o amor incondicional ao outro.

Apenas esse amor nos faz livres de nossas cruces e nos aponta a real justiça e a verdadeira paz e harmonia - sejamos ouvintes e também agentes dessa paz.

Graça e Paz

Dia do aço.

Dois assuntos para o artigo dessa segunda feira, nove de abril de 2018. Semana memorável para todos os brasileiros.

Primeiro gostaria de lembrar aos nossos queridos leitores que o economista e diplomata Roberto Campos, nascido em 17 de abril e falecido em outubro de 2017.

Memoria desse ilustre colega transcrevendo algumas de suas célebres frases sobre quanto o Estado estorva a vida de empresas e cidadãos, todas foram publicadas pelo jornal Estadão:

“O bem que o Estado pode fazer é limitado; o mal, infinito. O que ele pode nos dar é sempre menos do que nos pode tirar.”

“Uma vez criada a entidade burocrática, ela, como a matéria de Lavosier, jamais se destrói, apenas se transforma.”

“Continuamos a ser colônia, uma país não de cidadãos, mas de súditos, passivamente submetidos às ‘autoridades’ – a grande diferença, no fundo, é que antigamente a ‘autoridade’ era Lisboa. Hoje, é Brasília.”

“Sou chamado a responder rotineiramente a duas perguntas. A primeira é ‘haverá saída para o Brasil?’. A segunda é ‘o que fazer?’. Respondo àquela dizendo que há três saídas: o aeroporto do Galeão, o de Cumbica e o liberalismo. A resposta à segunda pergunta é aprendermos de recentes experiências alheias.”

“Nossas esquerdas não gostam dos pobres. Gostam mesmo é dos funcionários públicos. São estes que, gozando de estabilidade, fazem greves. Os pobres não fazem nada disso. São uns chatos.”

“Fui um bom profeta. Pelo menos, melhor que Marx. Ele previra o colapso do capitalismo; eu previ o contrário, o fracasso do socialismo.”

“Segundo Marx, para acabar com os males do mundo, bastava distribuir. Foi fatal. Os socialistas nunca mais entenderam a escassez.”

Segundo ponto desse artigo, gostaria de registrar que hoje é o dia nacional do aço, data de criação da CSN nos idos de 1941 pelo então presidente da república federativa do Brasil o grande Getúlio Vargas.

O Brasil é responsável por 4/100 do aço siderúrgica do planeta, produz 49 milhões de toneladas todo o ano. Isso é matéria prima para a geração de muito trabalho emprego e renda para mais de 160 países.

Portanto, vamos aproveitar esse tempo para construir pontes. Elas podem ser feitas de concreto ou de puro aço.

Mas vamos construir pontes em vez de muros.

Pontes e estradas trazem a liberdade plena de produzir e comercializar - gerando prosperidade; muros remetem a castelos medievais, reinados indigentes, problemas de saúde pública e ainda fome, em casos extremos.

Graça e paz.

Funcionalismo público e realidade social privada.

Iniciando mais uma semana na Graça e na Paz, gostaria de colocar para os nossos leitores uma questão que há muito incomoda os estrategistas de governo, lideranças de trabalhadores e empresários em geral: as distorções de renda e benefícios entre o sector público e o sector privado no Brasil. Quem de nós, hoje com quarenta ou cinquenta anos não ouviu de familiares que o bom mesmo é prestar concurso público e “virar” federal?

Pois bem, esse conceito é de longa data e parece que está mesmo em nossa cultura; mas certamente que há uma bela razão para esse sonho de consumo de milhões, os salários e os benefícios angariados pelo serviço público desde 1.988 para cá são atraentes, além das questões de aposentadoria especial e os valores dessas aposentadorias absorvidos pelo erário.

É fato que para os que trabalham na União em cargos de diplomados e que alcançam níveis hierárquicos de coordenação ou direção os salários são maiores que os pagos nas empresas privadas em mais de 80 e até 100 por cento.

Até a rede globo, avessa a esses temas, fez uma semana inteira de reportagens no mês de fevereiro desse ano a respeito dessa discrepância.

Gostaria de lembrar aqui o fato de que as empresas pagam atualmente quase 40% em tributos e que na folha de pagamento somam-se todo dia 30 além dos salários, 22% em média de acréscimos pagos ao governo federal.

Enquanto que no sector produtivo a margem de salários e benefícios é marcada pelas vendas e possibilidades de o mercado aceitar os produtos e serviços que a empresa vende ou presta, no sector público a sociedade “compra” sem reclamar e o congresso é quem aprova aumentos salariais e os benefícios, muitas vezes sem a nossa reclamação.

Resultado desse cenário: o Brasil tem sim, sem retoques, uma casta de beneficiados federais em sua estrutura de mais de 40 ministérios e outra penca de estatais com salários altos e renda concentrada, criando uma casta de privilegiados num país onde o salário mínimo não chega a 281 dólares por mês.

Boas reflexões, feliz semana.

Pobreza no Brasil cresce e as exportações: também!

Para aqueles que acompanham o desenvolvimento do Brasil, independente de crenças religiosas, da cor partidária e do time de futebol, há um fato inexorável ocorrendo desde 2014 - inflação crescente, redução do PIB, marasmo na indústria, queda de empregos e sinais claros de recessão; pouca habilidade palaciana e um resumido ambiente de cooperação entre os detentores do poder público para debelar esses problemas.

Resultado de tantos movimentos políticos pró pessoa A, pró pessoa B ou em favor de partido um ou partido dois... Estamos todos neste barco á deriva; vendo o país retornar a patamares de pobreza e insegurança social interna e de negócios no ambiente internacional.

Instituições nacionais que trabalham com os registros dos índices sociais e económicos iniciam sempre todo ano fazendo seus alertas - poucos têm ouvidos e quase ninguém procurado se empenhar de verdade em soluções nacionais ou mesmo regionais - a agenda anda cheia de memes nas redes sociais e de vídeos da PF ou do STF.

Mas ainda assim vamos lá para o nosso desempenho do PIB nesses últimos anos: 2014 (0,5%); 2015 (-3,77%); 2016 (-3,60) e em 2017 fechou com + 1,00%.

Ao dividir o PIB de um ano pelo ano anterior não resulta isso no valor do crescimento da economia, isto se deve a diferença entre o PIB nominal e o PIB real que desconta a inflação ocorrida no período; a medida é pelo PIB real que

desconta a taxa da inflação. Esse é o maior inimigo a ser combatido.

Com esse desempenho, óbvio que para um país de privilégios para poucos, a conta sempre é cobrada nos preços por meio da elevação das taxas e impostos e também a corrupção praticada pela relação desonrosa dos que detém o poder em suas formas reais e surreais.

Chamo aqui a atenção para exatamente a parcela mais pobre e desassistida que já tem seus índices desenhados nesse cenário de incertezas: o Brasil retoma quadros de pobreza e miséria - 14 milhões de desempregados e segundo a FGV temos mais de 22 milhões de miseráveis.

São muitas famílias que precisam do braço amigo do Estado desde ontem, não dá para esperar resultados de eleições no final de 2018 - a fome, a doença e a miséria tem pressa.

Mas enquanto isso a balança comercial cresceu e há registros de riqueza que atenuam os cálculos estatísticos do governo com as exportações do agro por exemplo.

Produzimos muito, matamos por aí a fome de outras nações, mas o nosso povo amarga a indiferença por ausência de um pacto social de melhoria interna de renda e salários.

Isso sim é preciso discutir, rever, concluir, preparar e melhorar - um plano nacional, um novo pacto de convivência e prosperidade; caso não ocorra, podemos ter mais graves problemas estruturais pipocando no centro do país, no norte e também no nordeste em 2019 e 2020.

Maio mês feminino, mês de dobrar joelhos e meditar o futuro.

No dia primeiro de maio eu preferi nada escrever sobre a data auspiciosa em que todo o mundo ocidental comemora, lembra e festeja o poder maravilhoso do ser humano de transformar a criação: o trabalho.

Mas vi e li muita coisa produzida e irradiada pelos quatro cantos do mundo.

É fato que a força e a inteligência humana são motivos de alegria para o progresso das nações, portanto aqui eu gostaria mesmo de escrever um pouco sobre todo o mês de maio e acentuar questões de fenômenos extraterrenos que vão ocorrer ao longo desses trinta dias, caso você não esteja sabendo, uma chuva de meteoros deve iluminar todo o céu nestes dias e em relação a possibilidades numéricas e estatísticas e probabilísticas, vale a recomendação do papa Francisco: vamos elevar mais forte nossas orações.

Em maio já começamos com também fenômenos sociais e econômicos que ecoam na alma do vivente. Em São Paulo na madrugada desse primeiro dia de maio vemos o desabar de um prédio sexagenário que deixa quase quatrocentas famílias em situação difícil e ataques na Europa de movimentos feministas, jovens e também de neonazistas procurando ocupar as telas de TV de dos Smartphone.

Realmente temos que concordar: o mundo nunca viu tantas luzes e as pessoas estão meio que extasiadas com as possibilidades.

Pelo calendário religioso judaico esse é primeiro mês do ano de 5.778 que tem o nome de nissam e finda no dia 25 de maio posto que iniciou em 26 de abril passado, pelo calendário Cristão.

Nissam está descrito para aqueles que queiram conferir no livro de Êxodo 13:4; 23:15; 34:18.

Apenas levando em consideração o calendário acima, parece que em breve nós, humanos, criaturas de Deus, moradores deste planeta devemos completar em breve seis mil anos de convivência e ainda não despertamos para o melhor da vida que nissam, palavra originada na Babilônia, ou mês de maio nos diz muito sobre amar, viver e sobre o sagrado nas mulheres - são elas que recebem a semente e geram a vida em um ciclo divino de nove meses.

Gostaria de apenas lembrar que em tudo devemos a nossos pais e muito especialmente às nossas mães; essas mulheres corajosas e doces que no ciclo eterno da vida, carrega os sonhos e os projetos humanos de dias melhores.

Graça e Paz

Obrigações tributária das entidades do terceiro setor.

Nem todas as entidades do chamado 3º setor, têm isenção total de tributos, como ingenuamente pensam várias pessoas e mesmo líderes do corpo voluntário; mesmo aquelas organizações que pratiquem ações sociais e filantrópicas, colaborando em muito com o setor público gozam de benefícios oficiais.

Ao contrário disso, a Receita Federal e as receitas estaduais e municipais olham para as organizações como se fossem empresas que guardam seu objetivo em gera receitas e lucros;

Neste artigo que é o primeiro de três (03) que devo repassar ao público cativo dessas minhas escritas, digo sem medo de errar que existe uma má vontade do Estado – chamado primeiro setor no Brasil em reconhecer o fabuloso trabalho social que as organizações filantrópicas prestam para os milhões de brasileiros que não são alcançados pelos recursos e pela burocracia pública.

É um emaranhado de normas, taxas, datas, prazos, recomendações, e toda a sorte de legislação que um presidente ou uma diretoria mesmo diligente, acaba mesmo por desistir.

É urgente que o Congresso Nacional possa tratar o assunto terceiro setor com mais importância e responsabilidade.

Apenas para que o leitor possa ter a dimensão da pilha de obrigações desanimadoras, seguem em formato resumido:

01 - FOLHA DE PAGAMENTO, GRATUIDADES E DESTAQUE DA ISENÇÃO

A entidade isenta deve manter as folhas de pagamento relativas ao período, bem como os respectivos documentos de arrecadação que comprovem o recolhimento das contribuições ao INSS, além de outros documentos que possam vir a ser solicitados pela fiscalização.

A organização deve também, registrar na sua contabilidade, de forma discriminada, os valores aplicados em gratuidade, bem como o valor correspondente à isenção das contribuições previdenciárias a que fizer jus.

02 - RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE - IRF

Caso houver pagamentos sujeitos ao IRF, a entidade deverá reter o imposto respectivo e recolhê-lo nos prazos determinados pela legislação. Neste caso, deverá ser entregue a DIRF no ano subsequente da retenção.

03 - PLACA INDICATIVA

A pessoa jurídica de direito privado que se enquadre na isenção das contribuições patronais deverá manter, em seu estabelecimento, em local visível ao público, placa indicativa da respectiva disponibilidade de serviços gratuitos de assistência social, educacionais ou de saúde a pessoas carentes, em especial a crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência, indicando tratar-se de pessoa jurídica de direito privado abrangida pela isenção de contribuições sociais, segundo modelo estabelecido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. Detalhe: para a entidade

conseguir essa isenção são necessários 5 anos de serviços prestados e mais dois anos de processos intermináveis de processos correndo em Brasília-DF.

04 - PIS DEVIDO PELAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

A contribuição para o PIS das será determinada na base de 1% sobre a folha de salários do mês, pelas seguintes entidades:

1. Templos de qualquer culto;
2. Partidos políticos;
3. Instituições de educação e assistência social imunes ao Imposto de Renda;
4. Instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e associações isentas do Imposto de Renda
5. Sindicatos, federações e confederações;
6. Serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei;
7. Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas do tipo CRC, CREA, etc;
8. Fundações de direito privado e fundações públicas instituídas ou mantidas pelo poder público;
9. Condomínios de proprietários de imóveis residenciais ou comerciais;
10. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e Organizações Estaduais de Cooperativas - previstas na Lei 5764/1971;

05 - DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS

A Instrução Normativa SRF 695/2006 (alterada pela Instrução Normativa SRF 730/2007) trouxe a obrigatoriedade de

entrega da DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais, para todas as entidades sociais, esportivas, associações religiosas, mesmo que não tenham qualquer valor a declarar.

Somente se a entidade estiver inativa (ou seja, não tiver realizado qualquer atividade operacional, não-operacional, financeira ou patrimonial no curso do período e apresentar declaração IRPJ de inativa) é que estará dispensada da entrega da DCTF.

06 - DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

A entrega do DACON relativo a fatos geradores ocorridos a partir do primeiro trimestre do ano-calendário de 2005, será obrigatória para as pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, submetidas à apuração do PIS e da COFINS, nos regimes cumulativo e não-cumulativo, inclusive aquelas que apuram o PIS com base na folha de salários.

Alguns pontos importantes para as eleições.

É certo que quando se analisa a recente história de eleição no Brasil vemos muitas pequenas mudanças introduzidas desde a virada do milênio; são muitas ideias, tecnologias, experiências inovadoras variadas e o fato de possuir um dos maiores colégios eleitorais do mundo, o que traduz uma potencial disputa acirrada.

Um pouco mais atrás, vale a pena lembrar - desde a Constituição de 1.824, se previa a competência do Poder Legislativo no que concerne à edição de regras e ao controle dessas eleições. Essa era uma das formas utilizadas para se preservar a autonomia e independência do Poder Legislativo em relação ao Poder Executivo, sendo exercida, inclusive, por órgão próprio, denominado de “Comissão de Verificação Eleitoral”.

De lá para cá os anos se passaram e as inovações chegaram.

Hoje aquele importante papel institucional é exercido pela Justiça Eleitoral (criada em 1.932), sendo responsável pelo controle das eleições.

Todavia, além de controlar os atos preparatórios e organizacionais das eleições, bem como solucionar as questões litigiosas entre os partidos e os candidatos, a Justiça Eleitoral também possui uma função normativa.

Obviamente que não se assemelha ao Poder Legislativo, mas ostenta sua singularidade.

Ao Poder Legislativo reside a incumbência de promover as

grandes alterações na legislação eleitoral, inclusive as reformas eleitorais mais importantes, principalmente aquelas que visem melhorar o sistema eleitoral vigente, atendendo aos anseios da população, para que os índices de representatividade possam ser, por assim dizer: otimizados.

Para as eleições de 2018, o Poder Legislativo editou algumas modificações importantes, que certamente irão alterar o regramento eleitoral dos candidatos e dos partidos.

É verdade que não se trata da reforma política amplamente esperada pela sociedade, mas representa uma resposta política do Congresso Nacional.

A primeira importante mudança é a criação do Fundo Especial para Financiamento de Campanha, que será abastecido com recursos públicos. O orçamento aprovado ano passado para esse exercício é de R\$ 1,71 bilhão de reais, que serão distribuídos entre os partidos políticos.

Essa novidade vem como consequência direta do julgamento da Ação Direta de Inconstitucional n° 4650, onde o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do financiamento empresarial de campanha.

Também se tornou factível a arrecadação de recursos por meio de “vaquinhas online” a partir do dia 15 de maio de 2018, como também a venda de bens e serviços, além da promoção de eventos.

Quanto ao limite de doações de pessoas físicas, foram realizadas duas alterações na legislação eleitoral. A primeira alteração diz respeito à multa por doação em excesso, que passa do quantitativo de cinco a dez vezes o valor doado em excesso para somente 100% desse valor, que não chega

nem a ser o dobro, mas somente uma vez o próprio valor do excesso. A segunda alteração diz respeito ao limite de doação para recursos estimáveis em dinheiro, que passa a ser de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por doador e passa a englobar expressamente a utilização de bens móveis e imóveis e a prestação de serviços próprios, alterando assim a legislação anterior que previa somente a utilização de bens móveis ou imóveis (art. 23, §7º, Lei nº 9.504/97).

Atenção, portanto: manteve-se a limitação de doações para pessoas físicas a 10% (dez por cento) dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição.

Também foram feitas algumas alterações no que concerne aos gastos de campanha. A legislação passou a prever os custos com a criação e inclusão de sítios na internet e com o impulsionamento de conteúdos contratados diretamente com provedor da aplicação de internet, o que antes era literalmente vedado pela legislação.

Uma interessante alteração no que concerne aos gastos de campanha diz respeito à descaracterização como gastos de campanha as despesas realizadas com alguns itens de natureza pessoal do próprio candidato, compreendendo-se: a) combustível e manutenção de veículo automotor usado pelo candidato na campanha; b) remuneração, alimentação e hospedagem do condutor do veículo a que se refere a alínea a deste parágrafo; c) alimentação e hospedagem própria; d) uso de linhas telefônicas registradas em seu nome como pessoa física, até o limite de três linhas. Em outra sorte, não são mais considerados gastos de campanha, não devendo serem incluídos nas prestações de contas.

De outra sorte, importante ressaltar que essas despesas, justamente por não receberem a classificação dos gastos de

campanha, não podem ser mais custeados com verbas do fundo partidário ou do fundo especial de financiamento de campanha, sob pena serem despesas irregulares, sujeitando o candidato a devolução dos valores informados e a reprovação das contas.

As emissoras de rádio e televisão continuam com a faculdade de transmitir os debates sobre as eleições majoritária ou proporcional, assegurando a participação de candidatos dos partidos com representação no Congresso Nacional, de, no mínimo, cinco parlamentares.

Pois é, aquela emoção de campanhas realizadas nas décadas de 80 e 90 chamadas livres e participativas, que emocionavam e traziam cantores e eventos sociais de alto cacife para as capitais e algumas bibocas, ficou na saudade; agora os candidatos têm inúmeras obrigações, equipe técnica e assessores que devem ficar ligados nos manuais de mais de 200 páginas e os advogados consumindo tempo e honorários para ficar em total alerta para os editos eleitorais que saem do hoje forte e altamente tecnológico TSE.

Mas você pode doar para a vaquinha eleitoral do seu partido ou candidato até R\$ 1.064,10 por dia a partir de amanhã até o dia 15 de agosto para empresas as 17 credenciadas no portal eletrônico do TSE.

Esse dinheiro ficará congelado em conta específica e o candidato apenas poderá utilizar esses valores dentro da lista de gastos determinados pelo TSE em normativa publicada no dia 18.12.2017 e de acordo com o mais perfeito calendário executivo eleitoral.

A carne é forte em Rondônia.

Hoje acontece no Centro Tecnológico Vandeci Rack a sétima edição da Feira de tecnologias e negócios do setor rural de Rondônia, projeto de 2012 que agora é uma realidade inovadora e motor da divulgação dos produtos e de novas tecnologias rurais de produção de alimentos.

Um dado muito celebrado é o marco das exportações dos produtos agropecuários do estado, onde reinam duas colunas fortes: a carne e a soja.

Os números do Ministério da Agricultura, confirmados pela agencia IDARON e a EMATER e outros órgãos e entidades associativas do meio produtivo dão conta de valores expressivos.

Os produtos do setor cárneo em Rondônia em 2017 foram levados a 37 países do globo e resultaram num saldo de US\$ 578,89 milhões de dólares; Em Rondônia foram abatidos em 13 plantas industriais com o selo de inspeção federal um total de 2.256.841 bovinos.

A capacidade anual de abate de bovinos nessas plantas é de 12.300 ao dia; podendo ainda o setor crescer quase 30% desse atual desempenho neste ano de 2018.

O segundo pilar é o complexo de soja que em termos gerais participa em 32,43% do total das vendas externas em 2017 ficando com a marca em valores da moeda nacional de R\$ 1,22 bilhão.

A soja é atualmente o principal grão produzido no estado e tem previsão de mais de 900 mil toneladas para esse ano.

O que ocorre nesta segunda década é que as propriedades rurais estão orientadas para realizar a função social da terra e fazer gerar a riqueza que move os mecanismos da economia no campo e na cidade.

Como em outras oportunidades eu tenho dito e escrito em meus artigos, reafirmo neste também: o governo precisa elaborar e executar um Plano Estratégico específico para o setor rural com ações de potencial investimento na produção, transporte, organização da cesta dos principais produtos e o marketing institucional para elevar e garantir as posições já conquistadas; afinal estamos a iniciar uma nova década em breve e os mercados regionais são competitivos e o mercado internacional bastante seletivo.

Ultimato que vem do povo a um presidente avisado.

Lembro muito bem que nos três primeiros meses do ano passado, movido pelo desenho do cenário nacional que ali já se mostrava que muitos brasileiros, inclusive esse modesto economista, faziam alertas e enviavam propostas a Brasília-DF, talvez antecipando quadros para 2018.

Digo quadros de desenho social mesmo, pois a crise que o governo teima em disfarçar já estava implantada no primeiro quadrimestre de 2017.

Falo aqui de propostas que choveram até junho daquele ano como avisos ao palácio do planalto, vai de minúsculo mesmo; para que a presidência reduzisse gastos, reduzisse ministérios, saísse da economia (estatais pesadas) e que revisse impostos, muito especialmente aqueles do combustível, a alíquota nacional do ICMS e que cobrasse dos governadores maior eficiência e que ele próprio, a União fizesse seu dever de casa.

Pois bem, os ouvidos foram mocos; nada de soluções patrióticas, nem movimento de mãos solidárias para os descontentamentos que nos exatos últimos 12 meses apenas crescem.

É bastante natural que o povo possa e deva se manifestar para o bem de suas famílias e de seu futuro.

Registro aqui o que está em memes de todos os grupos de WhatsApp do país e também no twitter e Face book: “Quando o governo é formado de homens justos e honestos o povo vive feliz, mas quando os líderes de uma nação são maus e

desonestos o povo chora de tristeza.” Livro de Provérbio capítulo 29, versículo 2.

Amigos, se a União não faz, os 27 governadores e as 27 assembleias legislativas e os dois consórcios públicos que atualmente existem no Brasil - Brasil Central e Amazônia Sustentável devem fazer.

Pois também estes governantes, em pleno exercício de seu mandato, foram eleitos pelo povo de suas cidades e de seus estados para promover a ordem e o progresso local e regional.

É imperioso que haja também da classe política discordante desses atuais acontecimentos se manifeste.

Sugiro que uma solução de redução dos impostos federais e estaduais que formam o preço do combustível possam ser equacionadas em um Decreto presidencial ou legislativo que reduza pelo menos em 50% todos os impostos relacionados com a matriz energia.

Dessa forma esses governantes podem dizer ao seus eleitores e contribuintes a que causa real servem.

Não é proibido na CF que os governantes, prefeitos, consórcios públicos municipais e estaduais possam apresentar como aval das assembleias estaduais e também até de moção de aplausos de câmaras de vereadores os clamores do povo. Afinal esses é que por meio da produção, comercialização e circulação de bens e serviços pagam a conta.

Essa é uma semana em que esses representantes, diante da aparente apatia de Brasília podem e devem se manifestar de maneira organizada e dentro da legalidade.

Prover uma proposta simples e reta (sem rodeios e alegorias

contábeis).

Pode-se chamar de pacto social pela causa do desenvolvimento e do progresso brasileiro.

A serenidade e a inteligência com o tino de dar solução a crises é o que se espera de um presidente (governante em geral) e de seus principais assessores e ministros.

É hora de os governadores e deputados unirem-se em favor dos seus eleitores; é hora do ministro da fazenda e dos secretários de finanças unirem-se em favor dos seus contribuintes - e logo, pois o cenário poderá vir abaixo antes das festas juninas.

Consortio brasil central, um novo desenho de gestão pública descentralizada.

Para aqueles que ainda não sabem e para aqueles que acompanham de perto esse consórcio público chamado de Brasil Central é uma entidade associativa de caráter público, composta pelos estados do Maranhão (MA), Mato grosso (MT), Mato grosso do Sul (MS), Goiás, (GO), Rondônia (RO), Tocantins (TO) e pelo Distrito Federal (DF).

Isso mesmo.

Seis estados da Federação e mais o Distrito federal criaram em 2017 um mecanismo estratégico de planejamento e gestão de planos e projetos em conjunto que visam auxiliar a gestão pública e o desenvolvimento das ações de incentivo ao progresso e a prosperidade, respeitando as vocações de cada unidade.

Percebe-se que desde 2015 até meados de 2017 foi um trabalho de reuniões e convencimento, estudos jurídicos e cenários políticos e econômicos encomendados pelas sete equipes técnicas que acabaram por culminar na criação do primeiro consorcio interestadual bem no meio do país.

O presidente este ano do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central é o governador de Mato Grosso, Pedro Taques.

Ele assume mandato de um ano no lugar do governador de Goiás, Marconi Perillo.

A cerimônia foi no Palácio do Itamaraty, durante o Seminário

rio Brasil Central: Transpondo Barreiras e Ampliando Fronteiras.

O Consórcio Brasil Central foi criado com o objetivo de fomentar o crescimento individual e regional com base na cooperação entre os chefes dos Executivos locais.

Do ponto de vista da produção agropecuária - nota-se que desde 2012 vem salvando o PIB brasileiro, os números do somatório dos PIB desses sete são como um país da Europa.

E ainda que o sistema de escoamento dessa produção segue pelo estado de Rondônia, no caso das bacias do Madeira e Rio Negro e pelo extremo do mapa desenhado com o consórcio temos a saída de produtos pelo Maranhão.

Muito inteligente e produtivo esse consorcio.

Tem também uma questão de política institucional nisso, imagina o resultado do desempenho medido pelos estados unindo-se ao Distrito Federal (DF) e a possibilidade de novos desenhos geográficos e de geopolítica para a próxima década.

Vamos seguindo.

A década de vinte do terceiro milênio está a caminho, tudo poderá ser diferente para o povo, para as empresas e administradores públicos desse pedaço central de Brasil novo.

Artigo de final de mês, curtos pensamentos para uma boa reflexão.

Agradeço aos leitores dessas poucas linhas escritas para o Gente de Opinião, procurando dar alguma contribuição e possíveis luzes aos cidadãos de todas as classes e matizes sociais de nossa cidade centenária: Porto Velho.

01 - Estamos concluindo esse primeiro semestre do auspicioso ano de 2018 e realmente em questões palacianas, o Planalto continua ensurdecido, primeiro por crises de comando muito mal dissimulados desce o carnaval, depois pelas delações de março e abril, mais há pouco pela greve dos caminhoneiros e agora pelo barulho ensurdecido da copa do mundo - realmente as desculpas do presidente para o clamor da sociedade é mesmo a cara de sua trajetória política.

02 - A Amazônia Legal tem agora um consorcio público assinado entre nove (09) governadores (com lei estadual debatida e autorizada pelas nove Assembleias Estaduais) que somam juntos mais da metade do território brasileiro e mais de trinta milhões de brasileiros - se esse ano der problemas na União, e o pessoal tiver coragem tai um novo País que nasce com as dimensões de sexto (6º) maior País do planeta, imaginem só...

03 - Rondônia tem atualmente, apenas no Poder Executivo 48 mil servidores públicos estaduais e mais seis mil profissionais em cargos comissionados; são uma galera de eleitores com muita influência em suas famílias, esse filão representa certamente um universo de mais de 165 mil eleitores o que dá de fazer uma diferença nas eleições majoritárias e

nas proporcionais; ai me pergunto - onde estão as propostas concretas dos políticos para esses profissionais... até ontem sinceramente não vimos.

04 - O setor comercial de Porto Velho está recebendo baixas desde meados de 2017, segundo informações de amigos que operam nesse setor na capital e ainda pelas placas de aluguel e vende-se que florescem a visão nas fachadas do centro, zona sul e zona leste aproximadamente seis mil comércios e pequenas indústrias e escritórios fecharam, alguém se habilita a fazer uma pesquisa para que os números corretos da crise possam ser divulgados?

Ou vamos elaborar planos mirabolantes mais uma vez, na escuridão do anti-ecnicismo com vistas apenas às eleições de 2020 para prefeito e vereadores?

Abraços a todos, boas festas juninas e que tenhamos melhor sorte no próximo semestre.

Amazônia brasileira, um país dentro do Brasil.

A primeira vez que o mapa do Brasil e a Amazônia me chamaram a atenção eu tinha doze anos. Foi por causa do primeiro profissional da professora Marli de Estudos Sociais que aqueles mapas de geopolítica, clima, vegetação, populações e a História do Brasil embalavam os meus sonhos de conhecer o país continental que em breve (naquela época) estava caminhando para 500 anos.

Pois bem, o tempo passou, eu saí do Nordeste com 22 anos e estou morando na capital de Rondônia, sul da Amazônia há quase trinta anos.

E foi no trabalho do SENAI/RO, SEBRAE/RO e SENAR/RO que conheci esse pedaço gigante e potente de Brasil: a Amazônia.

Coordenei projetos e trabalhos em educação profissional e empreendedorismo, aprendendo sobre a economia urbana e rural; viajando muito para encontros, seminários e reuniões e visitas técnicas; fizemos muitas capacitações pelo sistema social autônomo - o sistema S.

Essa faceta profissional me colocou ao longo de 20 anos vez por outra em missão nas capitais e nos diversos municípios.

Conheci pessoas, entidades, projetos, empresas e planos de programas de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável para os povos da floresta e dos rios.

Tem sido uma bênção e muitas graças viver por aqui.

A Amazônia agora tem uma entidade pública que se chama Consorcio Interestadual Amazônia Sustentável com nove (09) estados, incluindo aí o Maranhão e o Mato Grosso.

Muito a se fazer ainda.

É realmente um país dentro do Brasil.

Anotem aí, por favor, os números dessa nova nação amazônica construída por pioneiros e desbravadores há mais de 300 anos.

São nove unidades da federação, mais de oitocentos municípios, 59% do território nacional, produção vegetal, mineral e animal excepcional, PIB de mais de 600 bilhões de reais, fronteiras com sete países sul-americanos (mercado) e uma produção extrativista com sustentabilidade comprovada.

Tudo isso é mesmo um país que conta com um povo de cultura pela preservação, trabalho e sustentabilidade bastante diferente do modo de vida sulista e das populações da extensa faixa de praias.

A Amazônia é uma nação com média de vida de 73 anos e contando hoje com quase trinta milhões de habitantes. A próxima década será bastante próspera para a vida na Amazônia.

Somos todos filhos dos rios e das florestas.

Viva a nossa Amazônia.

Patrocinio Cultural



Patrocinio Cultural



Apoio Cultural



Apoio Cultural



Apoio Cultural



Apoio Cultural



AGRORONDÔNIA

PURINA PORTO VELHO

Apoio Cultural

HOLANDA
PAPELARIA